



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0794/08	DATA: 03/06/2008
INÍCIO: 10h40min	TÉRMINO: 16h13min	DURAÇÃO: 5h27min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 5h28min	PÁGINAS: 129	QUARTOS: 66

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA NETO - Superintendente do Sistema Penitenciário do Estado do Pará.  
WILSON SALES DAMÁZIO - Diretor do Departamento Penitenciário Nacional — DEPEN.  
RENATO EDUARDO SOUZA - Secretário-Adjunto de Justiça do Estado de Rondônia.  
TÉLIO LEÃO AYRES - Secretário de Estado de Justiça e Cidadania do Estado do Tocantins.  
CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA - Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Amazonas.  
HUMBERTO VIANA - Secretário de Ressocialização de Pernambuco.  
LAURA KEIKO SAKAI OKAMURA - Diretora-Presidente do Instituto de Administração Penitenciária do Acre.  
UZI PEREIRA BRIZOLA - Secretário de Justiça e Cidadania do Estado de Roraima.  
TÉLIO LEÃO AYRES - Secretário de Justiça e Cidadania do Estado do Tocantins.  
MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA - Secretário de Justiça e Cidadania do Estado do Ceará.  
PAULO SÉRGIO DE FRANÇA LOPES - Diretor de Segurança e Inteligência do Estado de Alagoas.  
PEDRO ADELSON GUEDES SANTOS - Secretário de Estado da Administração Penitenciária da Paraíba.  
MARIA DO SOCORRO MORAIS RAMADA - Gestora do Núcleo Prisional de Inteligência do Maranhão.

SUMÁRIO: Debate com os Secretários e representantes da área penitenciária dos Estados do Norte e Nordeste sobre as condições dos presídios nelas situados.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.  
Há termos ininteligíveis.  
Houve exibições de imagens.  
Há falha na gravação.



**O SR. PRESIDENTE**(Deputado Neucimar Fraga) - Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI do Sistema Carcerário, criada pela Câmara dos Deputados, para investigar e diagnosticar o sistema carcerário do nosso País.

O objetivo desta nossa audiência de hoje é debater e discutir com os Secretários e representantes dos Estados do Norte e Nordeste a situação dos presídios nesses Estados. Em alguns Estados, nós tivemos a oportunidade de fazer diligências e detectarmos a situação dos presídios. Em outros Estados, não foram possíveis as oitivas. Nós queremos discutir e debater com os Srs. Secretários a situação dos presídios dos respectivos Estados.

Nós queremos convidar, para estar conosco aqui na Mesa, o Dr. Damázio, que vai representar aqui o DEPEN. *(Pausa.)*

Nós queremos convidar, para sentar aqui na primeira fileira, o Dr. Pedro Adelson Guedes dos Santos, que é Secretário de Cidadania e Administração Penitenciária da Paraíba. *(Pausa.)*

Queremos convidar também o Sr. Télió Leão Ayres, representando o Estado do Tocantins. Secretário... porque não está escrito aqui. Cada Estado tem uma nomenclatura diferente. Uns usam Secretário de Segurança; outros, de Cidadania, outros, para Assuntos Penitenciários. Ficamos na dúvida aqui. *(Pausa.)*

Queremos convidar também o Sr. Uzi Pereira Brisola, Secretário de Roraima. *(Pausa.)*

Queremos convidar também o Sr. Ermício Sena de Oliveira, Secretário do Acre. *(Pausa.)*

Queremos convidar também o Sr. Marcos Cesar Cals, do Ceará. Secretário de Justiça e Cidadania do Ceará. *(Pausa.)*

Queremos convidar também, representando o Estado de Pernambuco, o Sr. Humberto de Azevedo Viana Filho. *(Pausa.)*

Representando o Estado de Rondônia, o Sr. Renato Eduardo de Souza. *(Pausa.)*

Representando o Estado do Pará, o Sr. Sandoval Bittencourt. *(Pausa.)*

Representando o Estado de Alagoas, Sr. Paulo Sérgio de França Lopes. *(Pausa.)*



Representando o Estado do Maranhão, Sra. Maria do Socorro Moraes Ramada. *(Pausa.)*

Representando o Estado do Amazonas, o Sr. Carlos Lélío Ferreira, Secretário de Justiça e representando também o Colegiado de Secretários de Justiça. Queremos convidá-lo para tomar assento à mesa, conosco.

Há outro Estado aqui que não foi chamado? *(Pausa.)*

Nós queremos convidar também o Sr. Cristiano Orem, Diretor-Executivo do DEPEN para estar conosco aqui, à mesa. *(Pausa.)*

Queremos convidar também a Dra. Laura Sakai, Presidenta do Instituto de Administração Penitenciária do Estado do Acre. *(Pausa.)*

Nós queremos agradecer a presença aos demais convidados. Também queremos agradecer a presença aos representantes dos Estados que prontamente atenderam ao convite da CPI e estão conosco aqui para a realização deste debate.

Nós achamos oportuno esta data e este debate, juntamente com os membros da CPI do Sistema Carcerário e juntamente com os representantes do DEPEN, porque nas visitas que nós realizamos nos 19 Estados brasileiros que nos receberam, nós encontramos alguns problemas que eram locais, mas encontramos alguns desafios que só poderão ser resolvidos com a integração do Governo do Estado e do Governo Federal. E o DEPEN é o órgão do Governo Federal responsável pela administração penitenciária.

É bem verdade que no Brasil nós temos uma Lei de Execução Penal, que é única e é nacional, mas cada Estado tem a liberdade para aplicar a Lei de Execução Penal. E nós sabemos que, dentro dessa mesma visão, cada diretor de presídio administra o presídio de acordo com o seu estilo. Aí, temos estilos diferentes, variando de acordo com a função, posição ou ideais daquele diretor ou do Secretário.

Nós encontramos nos presídios brasileiros experiências boas e experiências muito ruins de administração penitenciária. Em alguns Estados, nós temos alguns exemplos que poderiam até ser padrão para o Brasil. Mas nós percebemos que nem mesmo nesses Estados onde nós encontramos as boas experiências, as experiências são padrão em todas as unidades. Por quê? Porque nós percebemos



que no Brasil, apesar de nós termos uma Lei de Execução Penal, cada Estado aplica do seu modo e cada diretor de presídio governa o presídio do seu jeito.

Então, o objetivo nosso nesta audiência é debater com os Secretários de Estado e representantes de administrações penitenciárias, com os membros da CPI e com os representantes do DEPEN os problemas encontrados em cada Estado.

Há alguns Estados que nos alegavam que a falta de infra-estrutura é porque não recebiam recursos nenhum do Governo Federal; outros, que tinham várias solicitações no DEPEN, e o DEPEN não aprova com a rapidez necessária os projetos que estão sob a análise dos seus técnicos; outras reclamações são de que os recursos do FUNPEN nunca chegaram aos Estados, ou, quando chegaram, chegaram de forma reduzida, que não dá para fazer os investimentos necessários; do outro lado, o DEPEN nos informa que muitos Estados nem projeto apresentam ou têm dificuldades de apontar áreas para receber investimentos para a construção de presídios.

Então, o objetivo nosso aqui é fazer esse debate. Nós temos aqui os técnicos do DEPEN. Queremos saber quais os Estados que estão realmente integrados com a política do DEPEN, que já estão com os dados cadastrais de atualização no INFOPEN realizados; quais os Estados que se comprometem a realmente executar o Plano Diretor do Sistema Penitenciário; quais os problemas ou dúvidas que possam existir em relação à aplicação do Plano Diretor Penitenciário.

O que nós queremos com este debate, envolvendo DEPEN, membros do Congresso Nacional e representantes do Governo do Estado... Seria até bom se nós tivéssemos aqui representantes dos Municípios, quem sabe até alguém da frente dos Municípios brasileiros, porque hoje se tornou também um grande problema a segurança pública, porque os Municípios acham que segurança é dever do Estado e se esquecem de que é lá que nasce o marginal, é lá que nasce o delinqüente, é lá que, por falta de política pública, muitas pessoas fazem a opção pelo crime. E muitos Prefeitos hoje estão lavando as mãos e não querem nem construir cadeias nem presídios em seus Municípios, gerando uma dificuldade para o DEPEN.

E eu falo aqui por conta própria, em relação ao meu Estado. O Dr. Damásio conhece. O Departamento Penitenciário tentou construir um presídio federal no Estado do Espírito Santo desde 2003, e nenhum Município quis. Em alguns Estados



também se tentou construir novas unidades, e nenhum Município quis. Nós costumamos dizer que presídio, cemitério, quebra-mola, feira e ponto de ônibus toda cidade precisa, mas ninguém quer perto da sua rua, ninguém quer perto da sua casa. Todo o mundo quer bem distante, um vizinho mais longe. E esse tem sido também um dos desafios que nós percebemos que os Estados estão enfrentando, que o Governo Federal está enfrentando.

Estou citando como exemplo o meu Estado, o Espírito Santo, porque eu acompanhei a luta do Dr. Damásio e do Dr. Maurício lá para construir um presídio, que acabou indo para um outro Estado, para Brasília, e nós temos vários presos do Estado que estão nos presídios federais.

Então eu queria encerrar esta primeira parte aqui, para nós darmos uma seqüência no nosso trabalho.

Como é que vai funcionar o trabalho? Nós temos microfones de acesso fácil para cada grupo de Secretários nas mesas. Nós vamos fazer algumas perguntas padrões para os Estados e vamos dar a oportunidade para cada Secretário responder essas perguntas, que serão feitas pelos membros da Mesa.

Algumas dúvidas nós vamos confrontar diretamente com o DEPEN. Informações que dependerem de respostas do DEPEN ou de algum acréscimo de informações por parte do DEPEN nós vamos acrescentar e aproveitar aqui a oportunidade do DEPEN para tratar do mesmo assunto.

Antes, porém... Está pronto, Renato? Nunca está pronto também isso aí. Está faltando o que agora?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Tem como usar o microfone?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas é melhor acender uma vela do que dormir no escuro. Então vamos colocar o som baixo mesmo, porque senão nós vamos ficar o dia todo aqui tentando ouvir esse som e não vamos conseguir. *(Pausa.)* Pronto?

Então nós vamos aqui, Dr. Damásio, nós vamos passar a palavra para o Relator, para S.Exa. fazer uma saudação, e logo em seguida nós vamos passar um



VT para mostrar para os Secretários aqui representados o vídeo que nós fizemos sobre algumas visitas realizadas em alguns dos Estados visitados. E depois nós vamos entrar na nossa série de perguntas.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, demais Deputados, Srs. Secretários, Sras. Secretárias, imprensa, assessoria, eu quero cumprimentar e agradecer a todos os Secretários que aqui estão, na pessoa da Maria do Socorro Moraes Ramada, lá do Maranhão, do meu querido Estado do Maranhão, representando aqui a Dra. Eurídice Vidigal.

Na verdade, Sr. Presidente, eu quero ser bem breve, porque, pela quantidade de Secretários aqui, a gente já vislumbra que esta audiência vai até tarde. Portanto nós queremos mesmo é colher dos Secretários informações, porque nessas nossas andanças um dos problemas mais graves que nós encontramos foi justamente informações precárias, desconstruídas, falta de estatísticas confiáveis. E, na medida em que o Estado não possui estatísticas sérias, concretas, reais sobre os presos, a consequência é a falta de planejamento para atingir as causas dos problemas.

Então o primeiro objetivo da audiência é a gente receber a maior quantidade possível de informações. Vamos confrontar essas informações com aquilo que o DEPEN nos passa, com as informações que colhemos nas grades e nas diligências, para ver se a gente consegue formular alguma alternativa para o sistema.

E o segundo objetivo é obter dos Secretários sugestões que possam resultar em medidas legislativas e recomendações para os vários entes públicos que têm responsabilidade sobre o sistema carcerário.

V.Exa. já tocou num ponto que eu considero muito importante, que é a contradição inicial expressa. Primeiro, a legislação, na grande maioria, é uma legislação federal, mas a gestão dos presos compete aos Estados. Há uma desarmonia muito grande entre o legislador, que faz a lei, o julgador, que condena, e aquele que é responsável pelos presos. Porque o Congresso, já este ano, já pariu alguns tipos de crimes novos; ou pariu ou refletiu o que está na sociedade. Mas o Congresso, quando aumenta pena, endurece pena e cria novos crimes, ele não diz onde é que está a fonte de financiamento de novos presos. Da mesma forma, o juiz, quando, ao invés de aplicar uma pena alternativa, prefere botar o cara na cadeia, ele



não pergunta para o Governador do Estado onde é que estão os recursos para manter esses presos.

Portanto o que nós queremos é tentar criar uma certa harmonia entre os vários entes que cuidam da questão carcerária, de tal forma que a gente, daqui a alguns anos, não tenha que conviver com uma realidade tão brutal, que creio que todos os Secretários conhecem. Porque nós fizemos visitas rápidas, até superficiais, mas foram visitas suficientes para qualificar o sistema carcerário brasileiro como o caos, como o inferno, onde homens e mulheres estão amontoados como resto de lixo.

Portanto o que nós queremos com esta audiência é, primeiro, a maior sinceridade possível, as informações mais reais, também, e contribuições, para que, ao final, Congresso Nacional, Governos de Estados, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria possam estar contribuindo não apenas para com os presos. Esta CPI está preocupada é com quem não está preso, porque, na medida em que cada preso é transformado numa fera, na hora em que ele sai da cadeia, o único desejo dele é se vingar de nós, e é por isso que a reincidência é altíssima. E o custo é um custo que todos nós pagamos, ou em vidas, ou em patrimônio, ou em tributos.

Portanto este é o objetivo desta audiência. Esperamos que ao final o Brasil ganhe com este esforço concentrado e conjugado de todos nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pronto o VT? *(Pausa.)*

É difícil.

Vamos então dar início...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, eu queria só sugerir. Como nós vamos ter outras audiências — está prevista para quinta-feira uma audiência com Secretários; no dia 10, com o Ministro da Justiça; e, no dia 17, com o Ministro do Trabalho, o Ministro da Cultura e o Ministro dos Esportes —, que a assessoria faça um estágio com a direção técnica da Câmara, para saber se o som não nos pega mais uma vez com essas falhas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Acho que é algum preconceito contra o sistema carcerário também, viu?

Mas eu queria então iniciar os trabalhos da Comissão...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Está o.k.?

Então solta aí. *(Pausa.)* Pode apagar as luzes para nós aí. *(Pausa.)*

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então pode desligar. Depois, quando acertar, vocês avisam de novo. Sem áudio não dá.

Vamos iniciar. Queria pedir só para melhorar o nosso áudio agora, o nosso áudio. *(Pausa.)*

Vamos iniciar, então, fazendo algumas perguntas para o nosso Secretário do Estado do Pará. Vão ser as mesmas perguntas basicamente para quase todos os Secretários que aqui estão. Nós só vamos pedir para que sejam bastante sucintos nas respostas. Depois, se houver necessidade de um debate mais aprofundado, poderemos fazer nas considerações de cada um, ao final da exposição.

Sr. Sandoval Bittencourt, Secretário do Estado do Pará, primeiramente, queremos agradecer a receptividade com os membros da Comissão nas duas vezes em que estivemos no Estado do Pará. Então queremos agradecer ao Secretário do Estado do Pará pela forma como nos recebeu e o tratamento dado aos membros da Comissão na visita realizada àquele Estado.

Sr. Sandoval, qual é a população carcerária hoje do Estado do Pará e qual é o déficit de vagas no sistema?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA NETO** - Sr. Deputado, hoje a população se aproxima de 10 mil presos — são 9.900 e uma fração — e nós temos 6.100 vagas. Precisamos de quase 4 mil vagas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual é o déficit de vagas para as mulheres do Estado do Pará, para as presas? Quantas vagas existem e qual é o déficit de vagas para as presas?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA NETO** - Com a recente ação do Tribunal de Justiça que colocou em liberdade um grande número de presas provisórias, hoje não temos carência de vagas femininas. O de que nós precisamos é uma melhor qualidade no tratamento que é oferecido a essa presa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quantos presídios, qual é o investimento do Governo do Pará — recursos próprios do Estado —, no setor carcerário para o ano de 2008?



**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA NETO** - Dezoito milhões e meio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - É investimento ou custeio?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA NETO** - Investimento em obras. Total do orçamento é 110 milhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E investimentos do Governo Federal no Estado do Pará?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA NETO** - Dezenove milhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Para 2008?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA NETO** - Para 2008 apenas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - É o previsto ou já está sendo concreto esse investimento do Governo Federal?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA NETO** - Esse orçamento já foi detalhado, e os projetos estão andando para viabilizar a liberação dos recursos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então investimento do Governo do Estado, de recursos próprios, 18 milhões.

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA NETO** - Quase 38 milhões no total.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quantas vagas estão sendo construídas com esse investimento?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA NETO** - Para 2008, 1.200; para metade de 2009, 2.500, aproximadamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quantos por cento dessas vagas são destinados às mulheres, às presas?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA NETO** - Vão ser abertas 150 vagas, aproximadamente, destinadas às presas, o que, na verdade, vai possibilitar o deslocamento de presas que estão concentradas hoje na Capital para o retorno ao Município mais próximo de sua família.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Essas vagas que estão sendo construídas estão sendo construídas dentro do modelo que é defendido pelo DEPEN ou foram projetos definidos pelo próprio Governo do Estado?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA NETO** - A Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado Pará segue diretamente as orientações do DEPEN com relação... Há uma abertura muito grande e um diálogo que permitem que o projeto seja seguido conforme o DEPEN prevê.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quantos projetos o Governo do Pará apresentou ao DEPEN que estão sob análise e ainda não foram aprovados?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA NETO** - Na verdade, os projetos todos já foram aprovados, já estão dentro de um pacto que foi firmado recentemente e foram no total em torno de 12 ou 13 projetos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então todos os projetos que o Governo do Estado apresentou ao DEPEN já foram aprovados?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA NETO** - Afirmativo. Não há pendência, não há nenhum em trâmite.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O Estado do Pará está atualizado com os dados cadastrais do INFOPEN?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA NETO** - Esse processo é lento. Acho que V.Exa. recorda que o Pará tem um número muito grande de presos provisórios, e existe um trabalho em conjunto com o Ministério Público e o Tribunal de Justiça para recadastramento de cada preso, para que as informações processuais sejam verdadeiras. Por conta disso, a finalização desse cadastramento deve ocorrer apenas no final do ano.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual foi o recurso recebido pelo Estado do Pará no ano de 2007 do FUNPEN?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA NETO** - Em dezembro de 2007, 6 milhões, aproximadamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - No total do ano de 2007?



**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA NETO** - Na verdade, era referente a um projeto apresentado em 2006. Isso tramitou, teve problemas e só foi viabilizado no final de 2007.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Com esses investimentos que estão sendo feitos pelo Governo Federal e o Governo do Estado, nós poderemos afirmar que o sistema prisional do Pará vai conseguir resolver todos os seus problemas ou ainda vai precisar de mais aporte financeiro por parte do Governo Federal?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA NETO** - Certamente, esses recursos são grandiosos, mas não são suficientes, porque a realidade do nosso sistema carcerário é bastante precária. Por exemplo, vão ser ofertadas neste primeiro ano e metade do ano que vem 2 mil vagas, um pouco mais do que isso, e a carência hoje é de 4 mil. O próprio crescimento do encarceramento, que no Estado é muito acentuado... O encarceramento este ano cresceu três vezes o montante do ano passado. Então, é certo que esse recurso não será suficiente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quantas unidades prisionais do Estado do Pará têm aparelhos detectores de metais para evitar a entrada de celulares nos presídios?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA NETO** - Detectores manuais, em torno de 8. Pórticos são 2 unidades. Mas já foram adquiridas, inclusive semana passada, mais 4 mesas de Raios X, 6 pórticos e detectores manuais, que vão reforçar essa estrutura.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O Relator tem alguma pergunta?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Queria perguntar se o senhor sabe quantos presos provisórios têm no Estado do Pará.

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA NETO** - Se nós considerarmos como preso provisório aquele que ainda não tem sentença, são em torno de 5.500, 6.000 presos. Se nós contabilizarmos também os presos que estão respondendo a algum processo, mas já têm uma condenação, esse número chega próximo a 8.000. São 7.800.



**O SR. DEPUTADO DOMINGO DUTRA** - Quantos presos dessa população carcerária estão em delegacias ou cadeias públicas?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA NETO** - No dia de hoje, são cerca de 1.800 presos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O senhor tem idéia de quantos presos estão indevidamente presos por excesso de prazo, em função de deficiência na assistência jurídica?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA NETO** - Não posso afirmar, mas essa questão, inclusive, nesta semana, de 16 a 20 de junho, está sendo foco de atenção, de uma ação conjunta — Ministério Público, Tribunal, Defensoria e OAB — que vai atender apenas à questão dos provisórios, buscando identificar esses casos. Após o dia 20, eu posso enviar à Comissão um diagnóstico.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, só para ganhar tempo, como essas perguntas vão ser padronizadas, era bom que os demais Secretários já pudessem...

Quantas mulheres grávidas o sistema tem hoje e com crianças?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA NETO** - Com crianças eu não posso lhe informar agora. Teria que consultar. Mas tínhamos uma grávida que já deu à luz.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Lá no Estado do Pará foi o Estado onde a Comissão, além do caso de Abaetetuba, foi o Estado onde nós verificamos o maior número de mulheres presas em estabelecimentos masculinos. O senhor tem informação de quantas mulheres... Além do caso de Abaetetuba, constatamos lá na Capital o caso de uma senhora que também foi presa numa cela masculina e ela teve que escolher um daqueles presos para ficar junto para se autoproteger. Tem inclusive 2 filhos. Se o senhor tem conhecimento de outros casos de mulheres presas junto com homens e casos de mulheres que tiveram filhos de presos por conta dessa situação.

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA NETO** - Nas unidades penitenciárias não há. Nós temos hoje apenas 1 centro de recuperação feminino, onde há o total isolamento, porque se destina exclusivamente a presas. Nós temos 7 outras unidades masculinas que têm alas isoladas que custodiam presas. Essa



situação a que o senhor se referiu ocorreu em uma delegacia, não ocorreu em uma unidade penitenciária.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O senhor sabe qual é o número de creches que o Estado do Pará tem hoje?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA NETO** - O Estado do Pará não tem creche. Nós fomos contemplados com um projeto que vai viabilizar a construção de um berçário ainda este ano.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O senhor sabe quanto tempo de permanência as crianças que nascem em cárcere ficam com as mães?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA NETO** - No Estado do Pará não ficam. Nós não temos estrutura. Não é permitido.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Mas as mulheres que têm filho no cárcere...

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA NETO** - Somente o tempo do hospital. Tão logo há a liberação, não é permitido esse convívio.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O senhor sabe quantos mil mandados de prisão tem a cumprir no Estado do Pará?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA NETO** - Não sei afirmar.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O senhor sabe quantas mulheres estão com os maridos presos e mulheres e maridos com os filhos presos?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA NETO** - Não entendi a pergunta.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Nós encontramos muitos casos onde a mulher está presa, o marido está preso ou o companheiro está preso. Encontramos casos onde a mulher está presa, a mãe está presa, o pai está preso, o filho está preso. O senhor tem essa informação?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA NETO** - Não sei informar agora.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Qual o número de presos que trabalham no Estado do Pará e em quê?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Hoje se aproxima de 2 mil presos. A grande maioria em serviços gerais. Atividades mais significativas como



marcenaria, mecânica, cursos profissionalizantes ainda é muito pequeno, em torno de 300 a 400 presos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Serviço geral a que o senhor se refere é serviço interno de auxílio ao estabelecimento — limpeza, distribuição de comida?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Nas unidades penitenciárias, sim, mas os presos do aberto e egressos têm a Fábrica Esperança, que permite serviço de limpeza, jardinagem, que nós consideramos como serviços gerais.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Os que trabalham dentro do estabelecimento apenas têm a remissão, não têm remuneração?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Têm a remuneração e, seguindo o plano diretor, nós, a partir deste mês de julho, iremos cumprir o que determina a LEP, pagando três quartos do salário mínimo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Quer dizer, o Estado paga para esses presos pelos serviços que eles prestam ao próprio Estado?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - O Estado sempre pagou. Agora ele só se aproxima do que determina a lei.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Seria bom, Sr. Presidente, que o Estado mandasse para nós quanto o Estado do Pará pagou com recursos próprios por trabalho prestado pelos próprios presos.

O senhor sabe quantos estudam?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - A população de presos que estuda cresceu 4 vezes, mas ainda é muito pequena. Está em torno de 1.500 presos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Qual é o custo do preso no Estado do Pará, médio?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - De manutenção, aproximadamente 800 reais.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O custo do preso masculino é o mesmo do feminino?



**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Sim, porque não existe hoje uma diferenciação na qualidade dessa execução.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - E qual é o custo de criação de uma vaga no Estado do Pará, a última que vocês criaram?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Nós temos cálculos que vão de 12 mil a 35 mil, dependendo do modelo do presídio.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - A alimentação é toda ela terceirizada? E qual é o custo *per capita*? Ou onde for feita, no próprio estabelecimento, qual é o custo *per capita* também?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Na região metropolitana, nós temos a autogestão, a comida preparada nas unidades, em que o custo sai em torno de 6 reais a etapa completa. Mas esse cálculo ele é precário porque ele não considera alguns insumos, que deveriam ser melhor contabilizados. E também existe a alimentação terceirizada, que é no valor de 8 reais e 56 centavos. A mesma questão, café, almoço e a ceia. No interior do Estado, nós temos convênios com associações de diversas naturezas, para fornecimento da etapa, e esse valor oscila de 6 reais a 9 reais no município mais caro.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Há algum... Desses presos que o senhor disse que são poucos que trabalham há algum que trabalhe na atividade agrícola?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Sim, nós temos uma colônia agrícola no sistema.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Quantos presos trabalham lá?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - São quase 300 presos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O que é que produzem?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Nós temos criação de cabras, criação de porcos, aves. Na agricultura, há plantação de banana, cana, mas tudo em pequena escala. A comercialização é muito incipiente.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Quem consome esses produtos? O próprio sistema ou são vendidos?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - A grande parte é o sistema.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O senhor sabe informar qual o número de escoltas, pelo menos no ano passado ou este ano?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Em 2007, eu posso afirmar: foram 12 mil audiências saídas de presídios e todas elas com escolta.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Vocês têm dados de quanto custa para o Estado essas escoltas, quantos homens são deslocados de suas funções para esta atividade?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Eu não posso calcular o custo, mas isso envolve pelo menos 2 policiais em cada uma.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Então, no ano passado, foram 24 mil...

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Policiais empregados.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - ...policiais que saíram de suas atividades.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quanto?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Houve 12 mil escoltas, em média 2 policiais por escolta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Somam 24 mil policiais...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Não sabe o custo? O senhor sabe informar quantos policiais civis e militares têm no Estado do Pará?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Hoje são, aproximadamente, 11 mil policiais militares e 5 mil policiais civis. Eu só gostaria de esclarecer que a Superintendência do Sistema Penitenciário trabalha apenas com o Sistema Penitenciário. As informações sobre a polícia, daí a falta de precisão, pertence à Segurança Pública.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Eu estou fazendo essa pergunta porque a gente quer fazer um comparativo...

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - ...entre o que é que tem no aparelho de segurança, tanto Corpo de Bombeiros quanto policiais civis, militares em relação à população, como também vamos fazer isso em relação aos defensores



públicos, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário. O senhor sabe o soldo inicial de um soldado e de um agente da Polícia Civil?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Do policial militar é próximo a 400 reais; do policial civil eu não sei informar.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Quantos agentes penitenciários e qual é o salário inicial?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - No total são 1.270 agentes penitenciários. O salário é em torno de 1.200 reais.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Quantos celulares, drogas ou outros objetos estranhos ingressaram nos estabelecimentos penais no Pará, no ano passado?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - No ano de 2007, aproximadamente, 370, mais de 1 por dia.

**O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO** - Sr. Relator, só uma observação. Eu queria que o Secretário esclarecesse com relação ao salário do policial militar. Eu entendi ele falar 400 reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Isso, 400.

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Próximo. Soldo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Soldo, soldo.

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Foi perguntado o soldo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Você sabe a remuneração completa de um soldado?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Eu não sei com precisão. Prefiro não responder.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Além dos celulares, o que mais... drogas, o que mais tem entrado no interior do estabelecimento?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - As revistas periódicas encontram drogas, encontram serras, encontram armas e celulares, principalmente celulares.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Há algum agente, diretor ou algum servidor do sistema envolvido em irregularidades?



**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Neste ano de 2008, já está sendo apurado em sindicância o envolvimento numa possível colaboração.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Em quê?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Na entrada de aparelho celular.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Quantos agentes?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - São 2 agentes.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Você podia informar qual o salário do diretor das penitenciárias, do estabelecimento?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Em torno de 3.500 reais.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Três mil. Qual é o orçamento de 2008 para o Sistema Penitenciário, o orçamento do Governo do Estado do Pará?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - O orçamento total é em torno de 110 milhões; em obras, 18 milhões.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O senhor sabe o que é que foi executado no ano passado?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Do orçamento?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Do Governo do Estado.

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - A obra foi concluída em março de 2008.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Você não sabe quanto o Estado do Pará gastou com o sistema no ano passado?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Em torno de 90 milhões, sendo que para investimento — e este foi um grande problema, que eu repassei, inclusive, à Comissão — contamos apenas com 1,5 milhão para o ano de 2007.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O senhor sabe qual é o percentual de reincidência no Estado do Pará?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Estimado em 80%.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Oitenta. O senhor sabe informar... Se o senhor souber, se não souber... Quantas Varas de Execuções penais tem no Estado do Pará? Quantos defensores públicos atuam no sistema carcerário?



**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Com relação ao número de varas, eu não sei informar. defensores públicos, foi criado recentemente o Núcleo Criminal, que conta com 12 defensores, salvo engano. Também não sei informar com precisão.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O senhor sabe a remuneração dos defensores?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Não sei informar.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Vou fazer uma pergunta aqui que é mais geral e serve também para todos. Queria que o senhor informasse qual é a sua opinião sobre o Sistema Carcerário do Pará e quais são as dificuldades que o senhor... Se o senhor considera que ele está ruim ou regular. Se estiver bom, não precisa responder a segunda pergunta. Quais são as dificuldades que o senhor tem encontrado para tornar o sistema razoável?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - O Sistema Penitenciário do Pará cresceu muito nos últimos 10 anos. Ele saiu de 1 unidade penitenciária para 37 unidades penitenciárias. Esse crescimento não foi acompanhado da devida estrutura administrativa e quadro de funcionários. Então, esse é um grande problema. Por outro lado, o sistema conta com 95% de servidores temporários. Carece de uma profissionalização urgente, que já está em andamento, seguindo o plano diretor. O elevado número de presos provisórios também sensibiliza a administração dos presídios, porque o preso provisório comporta-se, em geral, de maneira muito intranquã, até pela incerteza do tempo que vai permanecer no cárcere. Mas essa questão está sendo trabalhada, a partir da atuação, inclusive, da CPI, e hoje o Tribunal, o Ministério Público já tem se manifestado favorável a esse entendimento. Mas são esses os 3 grandes problemas.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Nós temos aqui uma Sub-Relatoria sobre Arquitetura Prisional, cuja responsabilidade ficou com o Deputado Luiz Carlos Busato. Eu vou fazer uma pergunta que acho importante, que é um debate entre nós: na sua opinião e na opinião dos demais, quando forem falar, o que é melhor: ter complexo de presídios, onde se transforma ali numa pequena cidade de encarcerados, ou presídios regionais?



**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Considerando a particularidade do Estado do Pará, com as dificuldades de vias de acesso e as grandes distâncias, nós entendemos que as cadeias públicas são fundamentais, e há uma grande carência. Nós não temos cadeias públicas nos municípios. Nos centros regionais, foram alternativas que nós encontramos para poder acomodar essa população com menor custo, mas aí as distâncias prejudicam até o comparecimento às audiências.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Eu queria também pedir a sua opinião sobre a questão da divisão na execução da pena, que é outro debate aqui na Comissão. Dividir em 3 níveis: nível municipal, ficar para o próprio juiz sentenciante cuidar da execução — pequenos delitos, delitos sem menor gravidade, que foram cometidos sem violência. Pelos dados do DEPEN, 50% dos que estão presos hoje são de crimes de roubo simples, roubo qualificado, furto simples, furto qualificado. Pergunto para o senhor qual é a sua opinião de esse tipo de crime ficar a cargo do juiz que sentenciou, os crimes contra o patrimônio com violência ficar a cargo do Estado, do juiz de execução, que hoje estão localizados nas grandes capitais, e os crimes hediondos, a liderança de organizações criminosas ficarem sob a responsabilidade do Governo Federal, dos presídios federais.

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Em 2007, ocorreu a descentralização da Vara de Execuções Penais. Contávamos apenas com uma Vara de Execução e hoje nós temos 3 varas em regiões-chaves. E nos locais onde existem presídios, o juiz daquela comarca é responsável pela execução. Então vai em direção àquilo que o senhor falou. Com relação aos presos de maior periculosidade, o Governo Federal, através do DEPEN, tem nos prestado uma grande ajuda, e todos os presos do Pará de maior perigo foram encaminhados para o presídio federal.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Eu perguntaria também ao senhor qual a opinião sobre acabar a progressão para os crimes hediondos como pistolagem, talvez incluir também até os crimes de corrupção. Não tem progressão, embora normalmente a pena hoje seja no máximo 30 anos, e aumentar o piso e o teto dos crimes sem violência, de tal forma que um maior número seja atingido pelas penas alternativas.



**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Eu, particularmente, sou favorável à pena alternativa, embora, no Estado do Pará, perceba que a abrangência dessa pena não será tão grande quanto nós desejamos, haja vista que um grande número de presos está envolvido em roubo qualificado, por exemplo. Por outro lado, a progressão é necessária. Talvez o melhor controle no acompanhamento desse preso durante a execução da pena — e, falando pelo Estado do Pará, é ainda muito limitado... Poderia assim, através das questões subjetivas, o comportamento dele no cárcere interferir na concessão ou não da progressão, na medida em que ela seja, de fato, justificada.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - As 3 últimas perguntas, Sr. Presidente. Eu perguntaria ao Secretário assim com a maior franqueza, porque nós detectamos também como falha: o juiz de execução faz ou não as inspeções que a Lei de Execução determina? O juiz, o promotor, faz visitas, vistorias, ou não nos estabelecimentos penais do Estado do Pará?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Eu assumi a Superintendência em 2007. E, a partir de 2007, eu tenho presenciado a fiscalização permanente de juizes e promotores, sobretudo após a virada de 2007 para 2008.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - A que o senhor atribui — o senhor declarou no início — o excesso de presos provisórios?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Essa questão é uma questão complexa, certamente tem a ver com a estrutura de todos os órgãos do sistema de administração da Justiça. Isso tem a ver com a estrutura do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Sistema Penitenciário e também a participação da OAB, por exemplo. Todos esses atores concorrem para esse resultado.

**O SR. DOMINGOS DUTRA** - No Estado do Pará, quantos advogados, se o senhor tem conhecimento, estão envolvidos em atividades ilícitas com organizações criminosas, ou advogados que receberam os honorários dos presos e não cumpriram o seu papel?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Não sei informar.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só um comentário. Por acaso foi detido ou abordado algum advogado tentando entrar com droga, celulares ou armas dentro dos presídios? Talvez a pergunta fosse mais...

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Nesse sentido não, não foi. Em 2007/2008 não há registro.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Alguma organização criminosa dessas conhecidas aí — Comando Vermelho, Terceiro Comando, ADA, IDI...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - PCC.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - ... PCC, amigo de Israel, inimigo da Palestina — no Estado do Pará?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Com a transferência dos presos envolvidos com quadrilha de roubo a bancos, para as penitenciárias federais ocorreu um contato desses presos com alguns grupos do Sudeste, mas isso não teve força e não chegou até as penitenciárias do Estado.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, por último eu vou fazer duas perguntas, uma pergunta para o depoente, que é extensiva aos demais e uma outra para o DEPEN, porque o DEPEN foi convidado também. Eu perguntaria ao representante do Estado do Pará: na sua opinião, o que o Governo Federal e o que o Ministério da Justiça, através do DEPEN, deveria ter feito e que, na sua opinião, não foi feito até agora no sistema carcerário?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Eu, como falei anteriormente, iniciei a gestão em 2007, e num período extremamente promissor. Nós temos recebido grande apoio do DEPEN, orientação no sentido de uma política penitenciária clara. Fomos privilegiados como Estado que primeiro elaborou o plano diretor, o que dá uma base muito sólida para que o gestor possa caminhar em direção à legalidade e ao que prevê a Lei de Execuções Penais. Então eu não sei dizer o que faltou ao Governo Federal, ao DEPEN. Eu só posso testemunhar o grande apoio que vem sendo dado a nossa gestão, a partir de 2007.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Mas, considerando que o Estado do Pará foi emblemático nesses últimos meses, a partir do caso de Abaetetuba, a partir da superlotação (*ininteligível*), o que é que está faltando para que o Sistema Carcerário do Pará possa ser classificado pelo menos como razoável?



**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Efetivamente maior controle. Nós temos unidades localizadas no interior do Estado, cujo efetivo controle é muito limitado. Essa é uma questão que está sendo trabalhada com bastante rigor para chegar a uma condição de melhor trabalho.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - A pergunta para o DEPEN, Sr. Presidente, deixa talvez para o final. Na visão do DEPEN, o que que os Estados deveriam ter feito, e não fizeram, que ocasionou o estágio atual do Sistema carcerário? E perguntaria por último se tem algum indício, denúncia de corrupção no sistema carcerário do Pará.

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Sim, a nossa Corregedoria é bastante atuante por acompanhar os movimentos onde ocorrem a facilitação, seja na entrada de materiais proibidos, seja na entrada de uma visita não cadastrada. Então temos acompanhado e temos alguns casos. Como eu falei há pouco, 2 servidores estão sendo, estão respondendo a processo disciplinar.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, só pediria que essas duas informações o Secretário nos mandasse com a maior brevidade, em função do nosso tempo para concluir o nosso trabalho. Uma é sobre as irregularidades que estão em apuração e a segundo foi sobre o salário, parece, a remuneração dos...

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Eu pediria, se for possível, essa lista de perguntas, para que eu pudesse providenciar toda a documentação, para passá-la de forma bem mais exata.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Vou solicitar logo ao DEPEN que possa responder essa pergunta feita Relator. De repente, vai servir de orientação para os demais Secretários que estarão respondendo também posteriormente. Dr. Damázio.

**O SR. WILSON SALLES DAMÁZIO** - Bom-dia a todos. Sr. Presidente, Sr. Relator, demais membros da Mesa, Dr. Cristiano, Srs. Secretários de Justiça e do Sistema Penitenciário do Brasil — aliás, das duas Regiões do Brasil aqui presentes —, servidores aqui presentes, para mim é uma satisfação muito grande mais uma vez voltar a esta CPI para poder contribuir de alguma forma, levando em conta



aquilo que o DEPEN tem feito para minorar os problemas causados pela execução penal no País. Basicamente, com relação a pergunta, talvez eu não seja a pessoa mais indicada para respondê-la, mesmo porque estou no Sistema Penitenciário Federal e no DEPEN há apenas 2 anos. Como todos sabem ou a maioria aqui sabe sou delegado de Polícia Federal e durante quase 30 anos eu contribuí para esse caos que está hoje no sistema penitenciário. Ou seja, encaminhando presos diuturnamente para o sistema penitenciário. Agora estou do outro lado do balcão, sentindo os problemas do Sistema Penitenciário Nacional. Eu acredito que o que os Estados não fizeram nesse tempo todo e por que isso chegou a essa realidade triste, o próprio vídeo da CPI do Sistema Carcerário tem, e aquilo que a *Rede Globo* tão bem mostrou na semana passada, através do *Jornal da Globo*. Eu acredito que basicamente foi tratar o sistema penitenciário como uma coisa séria dentro da estrutura governamental. Eu acredito que a maioria dos Estados, salvo raríssimas exceções, deixou o sistema penitenciário como última política pública a ser tratada. Eu acompanhei a edição de vários planos de segurança pública, enquanto representante do Governo Federal, Vice-Diretor da Polícia, Superintendente, trabalhei em vários planos governamentais de segurança pública, mas nunca o sistema penitenciário tinha sido contemplado. E os Estados, os Estados membros, eles realmente pouco investiram em seus sistemas, esperando sempre que o Fundo Penitenciário Nacional resolvesse os seus problemas. Hoje, graças a Deus, a gente vê que a realidade tem mudado, vem mudando sensivelmente, o DEPEN está realmente cumprindo o seu papel. A edição do PRONASCI pelo Governo Federal é uma providência que vem também ajudando os Estados até a construírem uma política melhor. O Sistema Penitenciário Federal concebido pelo Governo Federal veio ajudar sensivelmente os Estados na custódia daqueles presos considerados de alta periculosidade, líderes de organizações criminosas. Nós sabemos que com a separação desses presos, eles, saindo do sistema estadual, vindo para o federal, o nível de eventos críticos nos Estados caiu sensivelmente. Eu só sinto não ter condições de receber todos aqueles presos que já me foram solicitados. Para se ter uma idéia, Sr. Presidente, nós temos hoje cerca de 500 vagas já solicitadas ao sistema. Nós temos 267 presos sob custódia do Governo Federal, e uma capacidade total de 416. Esperamos receber até o final deste primeiro semestre pelo



menos mais 100 presos — e aí se esgota a capacidade do Sistema Penitenciário Federal com as 2 penitenciárias que estão funcionando. Esperamos ansiosamente que o Ministério do Planejamento autorize a realização do concurso público para cargos de agente penitenciário federal e para técnicos para o sistema federal, a fim de que possamos inaugurar, de fato e de direito, as duas penitenciárias que já estão prontas: uma em Mossoró e outra em Porto Velho. Aí, nós duplicaremos a nossa capacidade e aí, sim, poderemos receber aqueles presos que os Estados já nos solicitaram. Então, a edição do plano diretor também pelo DEPEN, em conjunto com os sistemas estaduais, tem também levado os Estados a tomarem consciência daquilo que deve ser feito. Eu estou muito otimista, temos uma equipe especial do DEPEN trabalhando nisso. Todos os Estados já fizeram o seu plano diretor, agora estamos na fase de monitoramento. O DEPEN, o Governo Federal tem investido sensivelmente na geração de vagas, e isso também tem estimulado os Estados a investirem também. Nós temos o exemplo prático aqui de Pernambuco — o Coronel Humberto, que é o Secretário de Ressocialização, sabe disso. Um dos problemas cruciais em termos de penitenciária, de presídio no País é o Aníbal Bruno, uma média de 4 mil presos custodiados em um estabelecimento que cabe uma média de 1 mil, 1.200. A outra realidade do presídio, a penitenciária central do Rio Grande do Sul, também já estamos com uma proposta. O Governo de Pernambuco já fez uma proposta ao Ministro da Justiça, e o Ministro da Justiça já aceitou. Ou seja, transformar o Aníbal Bruno em 4 unidades autônomas, uma espécie de um complexo, onde o Governo Federal entrará com a metade do investimento e o Governo Estadual também. Estamos aguardando também a proposta do Governo do Rio Grande do Sul que vai cair nessa mesma linha. Então, aqueles 2 problemas cruciais que nós vimos aqui no seu vídeo, Sr. Presidente, então, eu acho que, dentro em breve, o nosso sistema vai estar livre disso. Bom, as penas alternativas. Os Estados têm trabalhado muito nisso, os Tribunais de Justiça têm trabalhado. O atendimento ao egresso tem que ser melhorado, a gente sabe que a reincidência é muito grande por falta justamente do atendimento, do acompanhamento ao egresso. A assistência judiciária, nem é necessário falar, e também os programas de ressocialização. Agora, respondendo à pergunta, como já disse no início, eu acho que hoje os Estados — eu acredito quase todos, salvo raras exceções — tomaram



consciência de que têm que investir pesadamente no sistema penitenciário. Não adianta investir somente na segurança pública clássica nem somente no Judiciário e no Ministério Público. O final da linha é o sistema penitenciário, e é ali que nós temos que trabalhar. Infelizmente, foi necessário aqueles eventos que ocorreram em 2006, em São Paulo, para que houvesse essa tomada de consciência. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós vamos agora ao Secretário de Rondônia. Normalmente, é a mesma linha de perguntas. Então, vamos agora estipular um tempo para que uns não usem mais tempo que os outros. Vamos tentar fazer uma bateria de perguntas e respostas, no máximo, entre 15 a 20 minutos com cada um, para que tenhamos noção. Se puder ser mais rápido, vai ser melhor para todos.

Dr. Renato Eduardo — primeiramente, quero agradecer a recepção também aos membros da CPI no Estado de Rondônia e a acolhida que nós tivemos lá por parte do Governo do Estado e do Secretário —, qual é população carcerária do Estado de Rondônia hoje?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Cinco mil e duzentos presos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quantos presos masculinos e do sexo feminino? Qual é a divisão?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - No masculino temos... Deixa eu ver aqui: 4.900 presos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Femininas?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Femininas, 300 presas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Trezentas presas.

Qual é o déficit de vagas hoje no sistema carcerário de Rondônia?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Duas mil e duzentas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Duas mil e duzentas vagas. Desse déficit de vagas que nós temos, é na área de presos provisórios ou é no cumprimento da pena, ali na penitenciária? Qual é o déficit? Onde é o maior déficit?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - No regime fechado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - No regime fechado.



Qual o investimento do Governo de Rondônia em recursos próprios no ano de 2008 no setor carcerário?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Em torno de 20 milhões de reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Recursos próprios?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Próprios.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quanto o Governo de Rondônia está recebendo do Governo Federal para investimento no ano de 2008?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Em torno de 8 milhões e 500 mil reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quantos projetos o Governo de Rondônia apresentou ao DEPEN que ainda não foram aprovados?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Apresentou este ano eu acho que foram doze projetos. Aí, tivemos uma oficina aqui no DEPEN, diante de um teto que o DEPEN teria para liberar para cada Estado, que seria esse valor de 8 milhões e meio de reais. Por exemplo, o nosso maior projeto seria uma penitenciária para 500 vagas, exclusivamente para o caso de Urso Branco, que está denunciado na Corte Internacional. Dessas 500 vagas, que ficaria em torno mais ou menos de 14 milhões de reais, o DEPEN liberou este ano... ficou de liberar 5 milhões e meio de reais, com uma contrapartida de 20% do Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quantas vagas estão sendo construídas para as mulheres no Estado de Rondônia?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Cento e quarenta vagas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - É um presídio novo?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - É um presídio novo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Resolve o problema da situação da capacidade feminina?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Ameniza bastante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - V.Sa. acha que esses recursos que o Governo está mandando é pouco...

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Ah, com certeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - ...ou é suficiente para resolver o problema de vocês?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Com certeza é pouco.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quanto que o Governo de Rondônia recebeu o ano passado do FUNPEN?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Do FUNPEN?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - É.

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Em torno de 8 milhões de reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O ano passado?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Ano passado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quantos aparelhos detectores de metais... Quantas unidades têm aparelho de detector de metais no Estado de Rondônia?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Praticamente quase todas unidades. Inclusive, nós adquirimos o ano passado aquele banco detector de celular também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Está instalado em todas as unidades?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Quase todas. As maiores, todas têm.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - As maiores, todas têm. O.k.

Relator.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, eu posso ceder para os outros colegas, depois, o que faltar, eu complemento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, eu vou continuar aqui. Depois, o Deputado Busato pode acrescentar.

A situação das mulheres grávidas no Estado de Rondônia. Elas ficam em alas separadas, têm alas para gestantes, ou ficam misturadas na mesma cela que as demais presas?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Todas misturadas com as demais. Mas depois da gravidez tem a creche, que lá é obrigatório pelo juiz que toda... após o parto, 6 meses, tem direito de ficar com o filho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, as crianças ficam 6 meses...

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Seis meses.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - ...com a mãe, depois é retirada.

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quantas unidades prisionais femininas têm creche?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Uma, a da capital.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só a da capital que tem creche?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E atende à necessidade?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Precariamente, mas atende.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E o que está sendo feito para resolver essa questão precária?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Um novo presídio feminino.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Será construído em quanto tempo?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - A licitação dele é dia 30, agora, inclusive recurso do DEPEN.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual o número de óbitos de presos no ano de 2008 no Estado de Rondônia?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Em 2008? Nenhum preso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Em 2007, desculpe-me. *(Pausa.)* Total de óbitos?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Um óbito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - No ano de 2007?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - De 2007.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Somente 1 óbito. Os dados do DEPEN apontam 11, em 2007.

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Não, nós temos 1 aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quatro por morte natural... É, aqui aponta 11, dados do DEPEN.

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Um suicídio...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Que os outros Secretários pudessem ir anotando depois para facilitar, para não perdermos muito tempo.

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - No levantamento aqui, eu tenho 1 óbito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. Depois nós vamos checar com o DEPEN para confrontar as informações.

Quantos por cento dos presos estudam em Rondônia?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Quantos por cento? Deixa eu ver aqui, 11,50%, 529 presos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Doze por cento estudam. Quantos por cento trabalham?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Mil oitocentos e quarenta e três, 40,05%.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Qual o custo de um preso? O custo médio de um preso em Rondônia?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Em torno de 1.200 reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Os que trabalham, trabalham em que tipo de serviço? Serviço próprio, dentro da unidade, ou prestam serviço fora, ou há empresas terceirizadas que prestam serviços dentro da unidade?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Vários tipos: dentro da unidade, com artesanato; trabalham em prestação de serviços fora das unidades. Por exemplo, o Estado mantém um grupo de serviço de 200 apenados prestando serviços em escolas, fazendo limpeza, enfim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quantos agentes penitenciários há hoje lá?

**O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO** - Sr. Presidente, eu gostaria só de uma explicação. Já 2 Secretários que respondem o custo do preso. O primeiro diz: "Custo de manutenção, 800 reais. O outro diz: "Custo médio". Quando se diz o custo, está incluído aí o custo geral da Secretaria, incluindo funcionalismo, terceirização, ou se estão colocando um custo de manutenção sem o funcionalismo, para termos idéia do preço real que custa o preso ao Estado?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Normalmente, o custo de um preso é global. Por exemplo: qual o custo daquela unidade com água, com energia, com salário do agente, com a conta de telefone, com o salário do funcionário, com o custo da alimentação. Normalmente esse é o custo médio, o custo da unidade dividido pelo número de presos.

**O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO** - Com base nessa resposta, eu voltaria, com a permissão de V.Exa., a perguntar ao Secretário do Pará. Quando ele diz "custo de manutenção de 800 reais", está incluída a folha do funcionário nesse serviço? É o custo total do preso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Esse é o custo médio.

**O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO** - O.k. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não é isso?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Isso, custo médio geral.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Normalmente, a regra usada é essa: o custo médio, o custo da unidade pelo número de presos, ou o custo de presos do Estado pelo custo da Secretaria na questão orçamentária.

Quantos agentes há no Estado de Rondônia?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Nós temos 3 tipos de servidores no nosso sistema carcerário: temos os agentes do quadro efetivo, que é em torno de 980 agentes; temos 450 agentes, que é do quadro emergencial; e temos em torno também de 450 servidores RR, da Reserva Remunerada. O que é isso? Policiais militares que são da reserva, o Estado criou uma lei que convoca esses policiais para trabalhar no sistema com 65% dos vencimentos dele.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O senhor pode informar o intermediário? Efetivos...

**SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Efetivos, 980, em torno. Só que nós realizamos há 15 dias um concurso público, a primeira fase da prova objetiva, para 900 agentes penitenciários e mais 430 socioeducadores, que também fazem parte ...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quanto ganha um agente?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Inicial, 985 reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Chega a quanto no total?



**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Tem agente em fim de carreira especial com 3.200 reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Diretor de presídio ganha quanto no Estado de Rondônia?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Depende da unidade, mas nas maiores unidades, 2.700 reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Ganha pelo número de presos?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Não, lá, por exemplo, de presídio é esse valor. Agora, nas casas de detenção é menor o valor, menor. Numa casa de detenção é 1.600 reais, num presídio, 2.700 reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Sim. Os diretores de presídios são concursados ou nomeados?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - São nomeados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - São nomeados. É exigido curso superior de bacharel ou não é feita nenhuma exigência nesse sentido?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Dificilmente encontramos alguém que atenda às exigências da LEP para exercer esse cargo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não, mas não é exigido ou não tem regra?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - A lei exige...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não, mas lá no Estado de Rondônia não é exigido?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Não, se eu for exigir, eu não encontro ninguém para ser diretor lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Por que não tem ninguém com curso superior em Rondônia?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Não, tem, mas normalmente não querem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quem tem curso superior não quer?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Normalmente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O Sr. Relator quer fazer alguma pergunta?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Quero.

Queria só que o depoente informasse se sabe quantas mulheres grávidas e quantas crianças estão nos estabelecimentos.

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Grávidas, na capital tem 10, no interior, acho que tem umas 3 e tem 4 na creche lá.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Tem 4 crianças só?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O tempo de permanência das crianças é de 6 meses?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Seis meses.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Depois são entregues para parentes, terceiros...

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Você sabe qual o número de doentes, especialmente tuberculosos e HIV no sistema? (*Pausa.*)

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Eu não tenho esse total para informar.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Tudo bem. O custo de 1.200 do preso é igual do masculino e do feminino?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Igual.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - A alimentação é totalmente terceirizada?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Totalmente terceirizada.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Qual o custo *per capita*?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Varia do interior para a capital. Nós temos local no interior que é 5 reais no custo, e na capital chega a 12.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Cinco e doze. Algum preso dessa população trabalha em atividade agrícola?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Existem na capital em torno de 60 presos.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sessenta presos. Eles produzem o que e os produtos vão para onde?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - É um projeto recente que iniciamos agora. Vão produzir hortifrutigranjeiros e vão ser vendidos na própria capital mesmo.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Alguma empresa que vende alimentação para o Estado para servir os presos compra esses produtos?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Uma intenção nossa é vendê-los agora, porque é um projeto recente.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Hoje não tem, hoje ela não compra?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Não, hoje nós não temos para vender. Está no início esse projeto.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O senhor sabe quantos policiais civis e militares no Estado?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Civis, em torno de 2.800 policiais; militares, em torno de 5.300; e bombeiros, em torno de 500, 600 policiais.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O senhor sabe a remuneração desses 3 níveis de policiais?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Do policial civil, o inicial é em torno de 1.580 reais; do policial militar, em torno de 980; e do bombeiro da mesma forma que o policial militar.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Pergunto ao senhor sobre a reincidência. Qual o percentual de reincidência no Estado de Rondônia?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Em torno de 80%.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Oitenta, também. Celulares e drogas apreendidos?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Ah! Esse número exato eu não tenho aqui, mas são muitos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Tem algum servidor envolvido respondendo processo?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Tem, tem vários. Inclusive teve um fato que ocorreu no ano passado, que foi a própria morte de um agente penitenciário, no



Presídio Urso Branco, onde foi preso, preventivamente, logo após, 4 agentes penitenciários que estavam envolvidos, que deram entrada em 2 armas naquela unidade.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Eu queria que o senhor também mandasse esses processos com maior rapidez de quem está respondendo a qualquer tipo de processo por causa disso.

O senhor sabe quantas punições disciplinares foram aplicadas aos presos no último ano?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Não tenho esse número aqui exato.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Algum advogado envolvido em práticas ilícitas no exercício da profissão?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Teve um fato no ano passado. Um advogado foi preso juntamente com o diretor de uma unidade nossa, envolvido na liberação de fuga, na transferência de preso para possível fuga para outros presídios de menor segurança.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, nós já solicitamos à OAB, creio, os pedidos de advogados que respondem processo na OAB. Ratifico esse requerimento.

O orçamento, o senhor já falou...

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - O orçamento total é em torno de 80 milhões 519 mil reais — o orçamento total.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Eu pergunto ao senhor sobre a questão do salitre, específico de Rondônia. O salitre continua sendo aplicado na alimentação?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Olha, eu estou há 1 ano no sistema e não tenho conhecimento que é aplicado isso lá.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Mas a CPI esteve no Urso Branco, os presos disseram que o salitre era colocado. Quem depôs, houve uma autoridade que depôs lá, na Assembléia, confirmou que o salitre é colocado na alimentação.

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Olha, eu acho que alimentação tá lá todo dia fornecido. Se quiser fazer qualquer hora um exame lá para constatar isso aí, tá livre lá, eu acho que vocês têm todo direito — entendeu? Mas do meu



conhecimento não existe, até porque foi feita uma licitação, que a alimentação é terceirizada e tem que seguir todo aquele procedimento do cardápio lá que exige nessa licitação. E não consta salitre nesse...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Não foi o senhor que prestou depoimento na Assembléia, não?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Não. Foi o Secretário.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Pois o Secretário ele confirmou... para quem não...

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Não, ele não confirmou que existe salitre lá. O senhor tá... Ele falou que não tem conhecimento. Eu estava lá, ele não confirmou que existia salitre não.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Para quem não tem conhecimento, salitre — foi revelado pelos presos — é uma substância que ocasiona uma sensação de barriga cheia aos presos, quando, na verdade, eles estão com a barriga vazia. E também a informação de lá é que o salitre diminui o apetite sexual. Então, o salitre tinha esses 2 objetivos: transmitir aos presos a sensação de que eles estavam com a barriga forrada, portanto, a alimentação tinha que ser diminuída; e, como visita íntima é difícil, diminuiu o apetite sexual.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Esse é o fome zero.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Isso. Eu pergunto ao senhor: continua a situação lá dos presos do Panda no mesmo espaço dos presos do Urso Branco?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Foi retirado alguns, mas devido a nossa superlotação não foi possível tirar todos.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Continuam lá as duas facções juntas.

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Isso. Não é no mesmo espaço; mas separadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quero informar que lá, em Rondônia, nós temos o presídio do Panda e do Urso Branco. Quando mistura...

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - São 2 facções.



**O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA** - ... as 2 populações é cabeça cortada, não é?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Isso.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Eu perguntaria ao senhor, as perguntas mais gerais, qual é a sua opinião sobre o que é melhor para o sistema, ou seja, para ressocializar os presos, etc. Ter grandes presídios, um complexo, um próximo ao outro, ou presídios regionais?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Regionalizado.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Regionalizado. Por que o senhor defende essa posição?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - É porque teria, além dos presos terem (*ininteligível*) de qualidade, por exemplo, além de estarem próximo da família na região, é mais fácil para controle.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Ele é mais barato para o Estado também? O senhor tem informação?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Olha, se ele é mais barato eu não sei, mas será de maior controle, com certeza.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Além dos presídios da Capital há algum presídio regional em Rondônia?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Existe, existe um de segurança máxima em Nova Mamoré, outro em Rolim de Moura, bem como também temos presídios em Vilhena, Ji-Paraná, Ariquemes, Guajará-Mirim, Cacoal, Pimenta Bueno, esses são os maiores.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O senhor tem informação... Você já fez algum comparativo, tanto na parte prática como na parte econômico e financeira, se é mais viável os presídios regionais, os complexos?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Não. Comparativo de valor eu não fiz. Mas, por exemplo, no meu Estado, se eu construísse um presídio na região de Vilhena, na região de Ji-Paraná, na região de Cacoal, na região de Ariquemes, na região de Guajará-Mirim, na região de Rolim de Moura, do porte que eu tenho lá, do Panda, que vocês conhecem, com certeza eu resolveria o meu problema na carceragem do Estado.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O senhor informou que apenas 40% trabalham, uma boa parte é interna, 11% estudam. Quais são as dificuldades para o exercício pleno do estudo e do trabalho lá no sistema?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - A dificuldade é inúmera, porque nos estamos com a nova grade agora curricular lá, complementando. Mas se você pegar, hoje 85% dos apenados são praticamente analfabetos, não têm o primeiro grau. Entendeu? Então, praticamente... Então, é um número assim... Acho que uma das maiores causas também é essa população carcerária de baixa instrução.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - E qual é a sugestão que o senhor pode oferecer já que as coisas estão muito bem interligadas? Os presos não trabalham, poucos estudam, a reincidência é de 80%. Então, eu lhe pergunto: há alguma sugestão do Governo de Rondônia para garantir emprego, garantir trabalho, para diminuir a reincidência?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Olha, eu acho que para a gente resolver qualquer outro problema posterior, primeiramente a gente tem que resolver o problema de vagas. Nós temos que criar vaga no sistema todo do Brasil, para depois começar a pensar em ressocialização, entendeu? Por que como eu vou fazer uma ressocialização, por exemplo, no Urso Branco, onde tenho 456 vagas e 1.080 apenados? Com todo aquele... Daquilo que aconteceu no passado lá, que vocês têm conhecimento. Então, a gente prima muito pela segurança ali. E tudo na movimentação desses presos é muito difícil. Então, se criar vagas, atender o número de vagas, com certeza tudo ficará mais fácil.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Tá. O senhor falou que há um número muito grande de presos provisórios.

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Provisórios?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Provisórios.

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Temos presos provisórios. Nós temos é 1.255 apenados masculinos e 144 femininos, provisórios.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O senhor, se houvesse um mutirão conjunto, Governo Estadual, Governo Federal, na sua opinião, quantos presos sairiam do estabelecimento?



**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Hoje pouquíssimos, porque direta... Os juízes da Vara de Execuções no Estado atuam, sempre tem mutirão no Estado. Há 3 meses atrás tivemos, há 4 meses atrás tivemos mutirão. Para você ter uma idéia, no Urso Branco, que tinha 1.100 apenados, abaixou para 700 e hoje nós já temos 1.100 apenados novamente.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Existe algum comércio no interior dos estabelecimentos, no Estado de Rondônia?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Num presídio existe. Só em um presídio, na Capital, de menor segurança.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Esse comércio é de responsabilidade de quem?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Próprio... Quem toma conta é o próprio apenado.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O próprio apenado. Você tem alguma tabela de preço? O Estado tem algum controle sobre esse comércio?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - O diretor que tem o controle do local.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Mas a compra de mercadoria, a compra e venda é responsabilidade do encarcerado?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - É do encarcerado.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Você não sabe tabela de preço?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Não.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Há algum órgão de controle de registro de estatística criminal no Estado de Rondônia?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - No caso o INFOPEN? Seria?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Não. A gente quer saber o seguinte: há informações de que uma boa parte dos crimes nem registros tem, mas quantos homicídios tem no Estado de Rondônia?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Ah, tem, tem. A própria estatística da Polícia Civil tem tudo isso registrado.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Você sabe quantos mil mandados de prisão tem no Estado de Rondônia a cumprir?



**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Em torno de 12 mil, sendo que 9.500 apenas na Capital.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Doze mil?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Em torno.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Por último, qual é a sua opinião sobre a divisão da execução da pena, no (*ininteligível*) que eu falei ainda pouco?

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - Poderia repetir a pergunta?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Se os crimes mais, de menor, mais leves, cometidos sem violência, ficar a nível do próprio juiz de execução, já que uma das dificuldades que a gente encontrou é que os presos, às vezes, comete um crime no interior, ele vai para a Capital, para a Vara de Execução, ele vai e o processo fica.

**O SR. RENATO EDUARDO SOUZA** - É, com certeza, seria uma alternativa interessante, até que poderia amenizar muito até a situação do apenado, nesse caso.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Obrigado, senhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Busato.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Eu gostaria de perguntar... Eu observei que no Estado do Pará o secretário, o tenente-coronel nos relatou que 2 mil presos trabalham e 300 fazem um trabalho profissionalizante. No caso, o profissionalizante que o senhor nos citou é agrícola, não é isso?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Não apenas agrícola. Nós temos marcenaria.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Marcenaria. Profissionalizante, mais ou menos, trabalho que gere ao presidiário alguma profissão futura.

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - A marcenaria é um caminho. Nós temos a confecção também.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Quantos presos mais ou menos dentro dessa linha aí?

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Eu vou ter que pesquisar, então, em cada uma dessas, porque são números separados.



**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Tá. E a mesma pergunta eu faria lá para o Estado de Rondônia, dentro dessa linha. Porque eu observo que existe, Presidente, muito trabalho em serviços gerais, ou seja, para manutenção do presídio. Mas, na realidade, a grande importância que a gente quer dar aqui é à questão do estudo para o preso e uma profissão. Na realidade, eu acho que é dentro dessa linha que a gente tem de começar a caminhar.

Eu concordo com o senhor, Dr. Renato, que nós temos que resolver o problema das vagas, mas enquanto nós não resolvemos o problema do estudo e o problema da profissão, cada vez nós vamos ter mais gente voltando. E isso aí talvez facilite para que não voltem.

É só essa a observação, Presidente.

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Sr. Presidente, o senhor me permite?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Uma pequena contribuição. Cursos profissionalizantes foram realizados a partir de 2007, principalmente em atividades que com pouco investimento o preso possa no futuro exercer um trabalho como mecânica de autos, eletricidade. Então, os cursos foram feitos. Agora, o exercício dessa atividade demanda certa estrutura.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, eu queria só perguntar ao Estado do Pará sobre óbitos, que acabou não sendo feita a pergunta...

**O SR. SANDOVAL BITTENCOURT DE OLIVEIRA** - Eu vou procurar aqui o número exato para passar para o senhor.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - E também quero perguntar para o senhor — e estendo essa pergunta a todos —, pelo seguinte: os índices de presos que nada fazem é muito grande e boa parte dos que dizem que trabalham, trabalham para o Estado sem receber nada. Só recebe, no máximo, a progressão, o que, para nós, consideramos uma irregularidade.

Agora, eu pergunto o seguinte: quais são as dificuldades que impedem o Estado de fazer o preso, que está sob a sua guarda, trabalhar?

Nós vamos chamar aqui o Ministro do Trabalho. Esse é um nó. Se o preso entra, desqualificado, analfabeto, e ele sai desqualificado, analfabeto, idoso e ainda



com atestado de preso, não há alternativa, vai para o crime. Então, eu faço essa pergunta: o que impede os Estados?

Aqui, em Brasília, na Papuda, há 600 hectares de terra. O que impede o Estado garantir que essas pessoas produzam o alimento que consomem? E por que em todos os presídios a alimentação é terceirizada? Por que os presos não produzem pelo menos o produto para o seu auto-sustento?

Então, eu gostaria, adiantando já, Sr. Presidente, que dissesse quais são as dificuldades que impedem o Estado de garantir trabalho para os presos, garantir escola, e especificamente na agricultura.

Nos Estados do Norte, que têm terra que todos os estrangeiros estão comprando, as pessoas consomem alimentos e estão ociosas. Eu não consegui entender por que os presos não trabalham.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Talvez essa pergunta, não sei se é a resposta, mas eu, no debate, nas andanças pelo País, sobre o sistema penitenciário — não sei se a culpa é nossa... No Brasil, o preso é obrigado a trabalhar? Não é. Trabalha quem quer. No Brasil, o preso é obrigado a estudar? Não é. Estuda quem quer. Ao passo que, nos outros países, isso é uma obrigação. Então, pelo que nós percebemos, é que nós temos tantos direitos garantidos que acabamos sendo reféns dos benefícios que concedemos em excesso. Então, eu percebi, nas andanças em alguns presídios, e perguntava aos presos: “*Você trabalha?*” “*Não*”. “*Por quê?*” “*Ah, não quero*”.

Perguntamos o que um diretor pode fazer com um preso que não quer trabalhar. Vai puni-lo? Vai aumentar a pena dele? Porque a resposta pode estar aí — quem sabe?

Quem sabe, se nós aprovássemos na legislação: preso, o cara está apenado, ele é obrigado a trabalhar no presídio, e o dinheiro que ele vai ganhar vai manter a sua família lá fora, ou vai indenizar a vítima. Porque, de repente, o diretor do presídio vai ter um instrumento para falar que aquele cidadão tem que trabalhar, ou obrigá-lo a estudar.

Nós fomos em muitos locais também que tinham vaga para estudar e o cara não estuda porque “*Não gosto*”, “*Não quero*”.



Então, eu acredito que a resposta que os Secretários vão dar deve ser esta: não quer trabalhar, muitos não trabalham porque não têm oportunidade, muitos não trabalham porque não querem, e porque a lei não exige e nem nos permite obrigar. Talvez seja uma resposta...

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - E nem que seja também, Sr. Presidente, para trabalhar para complementar a questão da Previdência do preso, para que ele possa depois ter uma...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, é muito bom que o Secretário fale, porque o que nós vimos é que os presos querem trabalhar e não há oportunidade. O que nós vimos é que nos estabelecimentos não há espaço para escola. Vimos espaços do tamanho de uma cuia, num estabelecimento que tem 2 mil presos. Então, não tem estabelecimento, na arquitetura prisional não está previsto escola.

E nós vimos muitos presos dizerem: *"Eu quero trabalhar, eu quero estudar, e o Estado não oferece"*. Então, é importante que os Secretários nos digam quais são os problemas, quais são as dificuldades, para ver se a gente encontra uma alternativa conjunta, porque o que não pode é de 440 mil pessoas presas, 400 mil não fazerem nada, não produzirem nada, não estudarem. Então, o resultado é a reincidência de 80%.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas eu estou tocando nesse assunto para levantar o debate porque eu tenho certeza de que, se a legislação obrigasse o preso a trabalhar, todas as unidades dos presídios têm que ser construídas com espaço de oficinas para o trabalho.

Como não obriga, cada Estado constrói o seu presídio do jeito que quer. Há uns que não têm espaço nem para o cara sentar, nem para cumprir a pena. Não é verdade, Presidente Damázio?

Então, quem sabe até o DEPEN poderia nos informar.

Nos novos projetos arquitetônicos financiados pelo DEPEN, de presídios, é obrigatório o espaço para as políticas de ressocialização, como trabalho e educação? É obrigatório, Dr. Damázio? Responda essa pergunta para nós.

**O SR. WILSON SALLES DAMÁZIO** - Sim. Os novos modelos, a nova arquitetura prisional preconizada pelo DEPEN contempla justamente isso: módulo



educacional, módulo de saúde, aqueles setores para o trabalho. Quer dizer, especialmente — e agora, recentemente, com o PRONASCI — essas penitenciárias para jovens adultos, com 421 vagas. Não pode passar desse número. Celas com, no máximo, 6 presos. E esses módulos todos já contemplados dentro da arquitetura da nova prisão.

Então, eu acho que com isso vamos aumentar consideravelmente o número de presos envolvidos tanto na educação como no trabalho, como até nas artes também. Esse novo modelo trazido pelo PRONASCI, eu acho que é uma espécie de revolução na arquitetura prisional do País, e vamos mudar sensivelmente os paradigmas no que concerne à execução penal. Então, eu acho que se nós acreditarmos nisso, como estamos acreditando, o Governo Federal fazendo a sua parte, como está fazendo, com a liberação de recursos nunca vistos na história do sistema prisional brasileiro, e os Estados acompanhando o exemplo que o Governo Federal está dando, fazendo a sua parte também, investindo no sistema prisional, eu acho que a gente muda esse paradigma.

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Dr. Damázio...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só uma pergunta nesse sentido, Deputado Busato, porque é um assunto que também nós encontramos muitas fugas nas respostas, durante essa questão que nós debatemos sobre a educação. De quem deve ser a responsabilidade da educação da população carcerária? Da Secretaria de Justiça ou da Secretaria de Educação do Estado? Porque a educação tem dinheiro sobrando para fazer essa política e não faz porque não tem integração com a Secretaria de Justiça.

Então, seria importante que a nossa legislação determinasse que a educação da população carcerária ficasse por conta da Secretaria de Educação, que tem recursos e tem profissionais para executá-la?

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Mas os professores, Sr. Presidente, não vão aos presídios — pelo menos é o que constatamos aqui, em Brasília — porque falta garantia, os professores têm medo de ir, e falta uma remuneração condizente nesse sentido.

Eu gostaria de saber do Dr. Damázio, depois, a questão do regime previdenciário dos presos, se está se pensando em alguma coisa.



**O SR. TÉLIO LEÃO AYRES** - Sr. Presidente, sobre esse assunto é possível falar? Complementar sobre a educação?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Sim. Eu só queria fazer uma outra ponderação aqui para o Damázio. Porque vai chegar a vez de todos os Secretários. Vamos seguir a seqüência. Só porque ele levantou esse assunto. Até para vocês refletirem também.

Viu, Dr. Damázio? Queria uma opinião. Seria possível o DEPEN iniciar essa discussão de quem é a responsabilidade da educação dos presos? Da Secretaria de Justiça ou da Secretaria de Educação do Estado, que tem recurso para educar aquela população carcerária e tem profissionais?

O segundo item é o seguinte: hoje, no Brasil, temos ensino a distância, que é uma modalidade de ensino aprovada pelo Governo Federal. Não precisaríamos ter professores dentro das unidades prisionais. Hoje, tem gente fazendo faculdade a distância. Eu faço faculdade a distância. Tem muitos outros que fazem faculdade a distância. É a presença de uma tela de um monitor. Por que não poderemos implantar? Não é caro — fica até mais barato do que mandar um professor para lá — um modelo de ensino a distância para a população carcerária do nosso País!

**O SR. WILSON SALLES DAMÁZIO** - Aí é onde eu digo que eu acredito muito nesse plano diretor que foi feito. Essas 22 metas que foram lançadas aos Estados — e os Estados se comprometeram a cumpri-las — contemplam justamente a educação dentro das cadeias. É lógico... Desculpe, Humberto, dar exemplo do seu Estado, do nosso, não é, o Aníbal Bruno. Você trabalhar módulos de educação, de trabalho e de saúde dentro do Aníbal Bruno do jeito que está hoje é muito difícil.

Agora, é lógico. Com essa reforma que vai ser feita, transformando aquilo lá, de 4 mil vagas baixando para 1.500, e 4 unidades ali dentro, nós vamos ter condição de fazê-lo. O DEPEN está patrocinando os módulos de educação, os módulos de saúde. Está dentro do PRONASCI também — o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

Gente, são 7 bilhões de reais envolvidos em tudo isso, não somente para a segurança pública, mas também uma soma considerável para o sistema prisional! Eu acho que é este o momento. Agora, é lógico, quando o senhor me pergunta de quem é a responsabilidade, a responsabilidade é do Governo Estadual e uma



parcela também do próprio Departamento Penitenciário Nacional. Muitas vezes eu fico envergonhado quando vejo um vídeo igual aquele. Eu, como Vice-Diretor do DEPEN, Diretor-Substituto, me sinto envergonhado, mas era a realidade do que a gente encontrou. Nós estamos trabalhando para mudar isso aí. E esta mudança tem que ser feita. Esta CPI é espetacular. A própria imprensa está trabalhando nisso, as próprias Comissões que existem nesta Casa. Eu acho que está havendo uma conjunção de esforços de todos para mudar esta realidade, porque acho que o caminho é este. Não vai ser apenas o Estado que vai resolver o problema, não vai ser só o Governo Federal, acho que todos, inclusive a sociedade organizada também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O Sr. Télió e o Deputado Luiz Couto pediram a palavra. Eu quero seguir a ordem dos...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Pela ordem. Sr. Presidente. É sobre o encaminhamento. Acho que neste momento em que os Secretários estão aqui seria importante que nós fizéssemos um debate sobre o sistema, os problemas que ele tem e como nós podemos enfrentá-los. E que essas questões que foram levadas sejam encaminhadas para cada Secretário, para que eles possam responder. Eu acho que o aspecto aqui é debatermos sobre como enfrentar esse sistema, porque falamos de superlotação, de problemas que há, das informações que são prestadas. Eu acho que este é o momento para fazermos o debate. E aí as questões todas que o Relator e o Presidente têm seriam encaminhadas e haveria um tempo para que o Secretários pudessem encaminhar. E haveria um confronto entre as informações que o DEPEN e as que os secretários têm.

Porque eu acho que se formos fazer isso para cada Secretário, vamos chegar amanhã de manhã e ainda não teremos terminado, porque as perguntas cada vez mais vão criando outras questões. Por exemplo, os Parlamentares que estão aqui precisam também fazer perguntas. Por exemplo, com relação ao Urso Branco, eu tenho uma série de indagações. E aí não daria para ficarmos aqui porque V.Exa. sabe que às 2 horas começam outras Comissões, e nós vamos ter que sair.

Então vamos aproveitar esse tempo que há para fazermos um debate. Quais são os grandes e graves problemas que a Comissão encontrou e como é que nós devemos enfrentar essas situações? Eu acho que seria este o momento deste



grande debate, para que pudéssemos, de forma solidária, encontrar uma saída ou dizer: “*Olha, fecha tudo porque esse sistema não dá mais para nada. Nós temos que começar algo novo*”.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, eu tenho uma divergência com o Deputado Luiz Couto. O que a gente pode fazer é abreviar essas respostas, porque nós estamos na fase final de elaboração do relatório, e um dos problemas do sistema é a falta de informações. E aqui já deu para ver que entre o que nós ouvimos lá na porta das cela e nas diligências, entre o que o DEPEN tem e o que está sendo dito há diferenças. Então é importante ter essas informações. Podemos apressar. Enquanto se apressa essas indagações pontuais, podemos listar aqui 2 ou 3 temas, porque todos aqui, eu tenho certeza, sabem que o sistema está caótico. Todos sabem que a superlotação é grande, que há problema na alimentação. Ou seja, dos problemas todo mundo sabe. E mesmo as perguntas, Deputado Luiz Couto, que eu tenho feito aqui, mais gerais, sentimos que o debate ainda é muito pequeno. Eu, pelo menos, preciso dessas informações, porque estabelecer qual é a realidade e qual é o diagnóstico do sistema carcerário, para a Relatoria, é importante. E há dificuldades. Nós temos dificuldades justamente ou por ter informações desconstruídas, ou porque o sistema é todo às vezes manual, etc. Portanto, gostaria de acolher, em parte, a sugestão do Deputado Luiz Couto e que apressássemos essas respostas sem prejuízo de fazer um debate mais de fundo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Eu só queria direcionar o trabalho, porque, se eu for começar a dar ao palavra para cada um agora, nós vamos atrasar mais ainda. Eu queria dar seqüência, Deputado Luiz Couto. O que o Deputado Domingos Dutra está dizendo é o seguinte, veja só. Eu vou dar um exemplo. Nós fomos a um Estado, fomos fazer um debate. A Secretária era boa de debate, ela falava de tudo, mas não sabia nada do sistema de presídio, quantos presos havia, quantos agentes havia, quanto custava, quantas mulheres havia. Porque para debate cada um de nós temos uma teoria e uma opinião sobre o assunto...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Mas eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - ...mas saber e conhecer a realidade do seu Estado... Tem Secretário que não conhece a realidade do Estado.



**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Eu diria o seguinte... A proposta que eu tenho...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - São esses números que nós temos que confrontar.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - A proposta que eu tenho, ela não...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Eu só queria dar prioridade para o nosso...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - ...impede isso aqui. Quer dizer, essas questões todas que foram colocadas aqui seriam encaminhadas agora aos Secretários que estão aqui e àqueles que não vieram e eles teriam tempo para responder ao Deputado Relator, não (*ininteligível*) e que começássemos agora a debater. As informações que são encaminhadas correspondem? V.Exa. está levantando esta questão. Há um critério no DEPEN sobre o nível das informações que chegam, de ótima qualidade, de boa qualidade, de baixa qualidade e sem qualidade nenhuma.

Então, seria importante que pudéssemos debater essas questões. Eu não estou prescindindo da questão das informações. As informações poderiam chegar, os Secretários poderiam vir até aqui pedir a sua assessoria para que, a partir dessas questões que são levantadas, que pudessem chegar, e o Deputado teria, ainda esta semana, essas informações.

Então, eu não estou liberando as informações que são importantes. O que ocorrerá é que no final nós não teremos todos os Secretários com tempo para responder as indagações, porque elas muitas vezes são feitas, e há Secretário que diz: *“Olha, eu não tenho condições de responder isso agora. Eu posso mandar depois.* As informações tem, mas muitos não estão com elas aqui para colocar para o Relator ou para a Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Dr. Télió e Dr. Carlos, vou passar um vídeo depois para continuarmos a nossa sistemática.

**O SR. TÉLIO LEÃO AYRES** - Sr. Presidente, Sr. Relator, o Estado do Tocantins quer dar a sua contribuição em relação à questão do sistema educacional.

Em final de 2005, começo de 2006, nós iniciamos um processo, envolvendo a Secretaria de Educação e a Secretaria de Segurança Pública, para implantar nas



unidades, tendo em vista que no Tocantins nós estamos uniformizando o sistema, e os presos condenados estão afetos à Secretaria de Cidadania e Justiça e os provisórios, afetos à Secretaria de Segurança Pública. Nós firmamos um convênio com a Secretaria da Educação no sentido de que fossem implantadas nas unidades prisionais o sistema educacional, inclusive com o EJA, e essa parceria tem ocorrido de forma extremamente positiva, sendo que uma unidade já conta com uma escola autônoma e a segunda escola está prestes também a ser também autorizada.

Então nós entendemos que a responsabilidade é da Secretaria da Educação e a parceria deve ser buscada em todos os Estados no sentido... Porque com a educação dentro das unidades a tranqüilidade aumenta sobremaneira.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Vamos dar oportunidade depois para todos os Secretários comentarem os problemas do seu Estado, do sistema e aquilo que está acontecendo de bom dentro do sistema, para seguirmos uma ordem e não perdermos tempo neste debate agora.

Dr. Carlos, está O.k.?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não, Dr. Carlos. É só ligar o microfone.

**O SR. CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA** - Em primeiro lugar, quero enaltecer. Nós temos um Conselho Nacional de Secretários de Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária, formado pelos meus colegas aqui, que eu tenho a honra de presidir.

Uma questão de ordem. Eu acho que o Deputado Luiz Couto foi muito feliz. Eu mesmo já estive em contato com os senhores, estou vendo inclusive um livro meu aí na mesa, em que conto a história de sistema penitenciário do meu Estado e tudo.

Nós recebemos um ofício, todos os colegas Secretários, e nós entendemos, pelo menos os colegas com quem conversei, que nós viríamos aqui mostrar, pelo menos é o que consta aqui do ofício, e fornecer informações e documentos que orientam as providências implementadas com relação aos planos diretores formulados. Com todo o respeito, e volto a enaltecer, temos acompanhado... Isso



nos ajuda muito no nosso Estado, o trabalho da CPI, mas creio que seria mais propositivo, e nós temos aqui muitas propostas, que essas informações que os colegas de Rondônia e do Pará já forneceram, elas já constam do plano diretor, que o DEPEN esteve em cada Estado elaborando isso. Nós já fizemos oficinas inclusive sobre projetos.

A minha proposta, sendo bem objetivo, é que, na linha do que colocou o Deputado Luiz Couto, essas perguntas muito boas que foram feitas aos colegas Secretários sejam novamente encaminhadas a todos os Secretários. Nós teremos o maior prazer em responder detalhadamente. Por exemplo, perguntas sobre custo de preso, o senhor colocou muito bem. Eu duvido que alguém aqui nesta sala diga quanto custa realmente um preso, qual é o custo social, qual é o custo previdenciário, porque são várias questões subjetivas que são colocadas.

Então, minha proposta é que a gente realmente ouça os colegas Secretários sobre os problemas e as providências que realmente já foram implementadas quanto ao plano diretor, com todo o respeito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado, nós vamos passar um VT. Enquanto o VT vai ser transmitido, nós vamos ter uma conversa aqui e retornamos à questão de ordem levantada. Renato, pronto?

Esse VT é só para os colegas de outros Estados conhecerem um pouco da situação dos presídios do Brasil. Pronto, Renato? )

*(Segue-se exibição de imagens.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Esse é o vídeo que nós fizemos de algumas visitas realizadas. Nós não vamos nem tanto ao mar, nem tanto à terra, porque algumas informações nós vamos continuar precisando solicitar e retirar dos Secretários ainda nesta audiência. Mas, como nós temos algumas informações que nós temos alguns Estados que já nos disponibilizaram, então nós vamos a algumas informações que nós achamos necessárias e depois vamos ter esse tempo para permanentemente entrar em questões de debate aqui na nossa Comissão.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, eu queria fazer o seguinte: eu acho que todos os Secretários vieram para cá com boa vontade para contribuir. Não sei, mas acho que a grande maioria deve ter vôo para a noite. Então,



a gente permite o seguinte: cada Deputado que está aqui é livre para fazer a indagação que achar conveniente. Mas eu gostaria muito de fazer essas perguntas. Porque a gente vai mandar para o Secretário, e isso pode demorar 3, 4 dias. Nós estamos correndo contra o tempo. E isso é importante. Portanto, eu acho que a melhor mediação é: os Deputados que quiserem fazer pergunta genérica, o depoente que quiser fazer o debate, como propôs o representante do Amazonas, faz, e eu me reservo o direito de ir fazendo as perguntas e colhê-las logo aqui. Embora nós não almoçemos, não jantemos e vamos até a noite, demonstrar que os dados estão incompletos, defasados é importante.

Doutor do Estado do Amazonas, é verdade que a gente não tem dados, e é uma falha do Estado. Porque, se você computar desde a hora em que a pessoa é presa em flagrante, o custo da Polícia, depois o custo do hospital, se ele sair ferido, o custo do juiz e do promotor, isso não está computado. Mas a gente quer saber, pelo menos, o custo depois que ele está dentro da cadeia e por que esse custo é elevado; por que há diferença de Estados da mesma região: por que um custa um tanto e outro custa outro? Porque também nós achamos que tem muita coisa estranha nesse custo. Por que estão presas pessoas que deveriam estar soltas? Portanto, eu me reservo... Garante-se o direito de quem quer expor e dar sugestões. Porque é isso que nós queremos. E essas informações pontuais nós vamos perguntar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então nós vamos fazer algumas perguntas. Nós já temos algumas informações.

O que o Relator disse é uma verdade: nem todas as informações que vêm do Estado e que estão no relatório do DEPEN se confrontam com os números, e às vezes os números são desiguais. Nós temos algumas informações que nós precisamos convalidar.

Mas eu vou, então, fazer as perguntas aqui, por exemplo, para o pessoal do Estado de Pernambuco.

Dr. Humberto Viana, qual é o investimento do Governo do Estado, com recursos próprios, para 2008?

**O SR. HUMBERTO VIANA** - Aproximadamente 74 milhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Em recursos próprios?



**O SR. HUMBERTO VIANA** - Recursos próprios.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E do Governo Federal? Para investimento, eu estou falando. Não é para custeio, não; é para investimento.

**O SR. HUMBERTO VIANA** - Aproximadamente 22 milhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Governo do Estado, 75 milhões para investimentos, e Governo Federal, vinte e...

**O SR. HUMBERTO VIANA** - Vinte e dois milhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quanto vocês receberam do FUNPEN no ano passado?

**O SR. HUMBERTO VIANA** - Algo em torno de 8 milhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Lá no Estado de Pernambuco, qual é a idade permitida para que as crianças fiquem com as mães nas unidades prisionais?

**O SR. HUMBERTO VIANA** - Isso é um procedimento quase padrão, Sr. Presidente: 6 meses. Até os 6 meses ela permanece na unidade prisional. Depois o juiz já determina que ela fique com a família.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A unidade Bom Pastor é uma das piores unidades prisionais femininas que nós vimos nas viagens feitas pelo Brasil. Tem capacidade para 100 mulheres, e lá tinha cerca de 550. Havia 20 recém-nascidos dividindo esse espaço, já de superlotação, com a mães, nas mesmas celas que as demais detentas. A situação lá mudou ou melhorou nesses últimos 6 meses? Qual é a providência que o Governo do Estado de Pernambuco está tomando com relação à unidade Bom Pastor?

**O SR. HUMBERTO VIANA** - Bom, nós estamos em fase de execução e com previsão para encerrar essa obra em dezembro, que é o Presídio Feminino II. Isso vai gerar aproximadamente 360 vagas. Isso nós tivemos uma reunião com o Governador na segunda-feira e foi aprovado, e a perspectiva, pelo menos do ponto de vista da engenharia, é a de que a gente entregue esse novo presídio em dezembro. Então, isso vai distensionar pelo menos em 80% a superpopulação que tem em Bom Pastor. Afora isso, nós estamos em fase de execução também de uma creche dentro do Bom Pastor, para justamente acolher as mães. Então, essas foram



as providências que nós adotamos nesses últimos dias, depois da visita dos senhores lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Na época, o Governador manifestou o desejo de construir 2 novos presídios, com capacidade para 3 mil presos. Houve até uma discordância por parte dos membros da CPI, porque nós entendemos que um presídio com uma quantidade menor de presos facilita a administração, facilita a execução da pena. O Governo continua insistindo em resolver o problema da superlotação construindo essas unidades com capacidade para 3 mil presos para resolver o problema ou já está se adaptando ao formato do DEPEN, de presídios menores, para atender a uma população menor e prestar um melhor serviço à população carcerária?

**O SR. HUMBERTO VIANA** - Sr. Presidente, o nosso entendimento é diferente. Não é questão de insistência. A gente elaborou um estudo que durou 6 meses, com técnicos aqui do País e técnicos de fora, para que a gente pudesse encontrar, dentro do diagnóstico que nós fizemos dentro do sistema prisional em Pernambuco, quais eram os principais problemas e possivelmente quais as soluções que a gente poderia apontar. Essa questão é bastante discutida, tanto aqui no Brasil quanto fora. Eu passei, agora, a propósito, e a título de ilustração, 24 dias entre Alemanha e América, só para ver o que eles têm lá. Não que naturalmente a gente vá trazer modelo pronto para cá, mas para ver se a rota que a gente estava dando precisava ser corrigida. E a discussão realmente persiste em todos os lugares: se a gente deve ter um complexo com várias unidades prisionais ou fazer unidades isoladas. Há quem defenda uma linha e há quem defenda a outra. Nós estamos defendendo o seguinte: quando nós juntamos, por exemplo, essas unidades que o senhor citou, que o Governador se comprometeu a criar (3 mil vagas), é um centro integrado de ressocialização que vai gerar 3.126 vagas. Só que são 3 unidades para fechado e 3 unidades para semi-aberto, totalmente independentes. Essa questão é preciso ser colocada para não dar aquela sensação de um Carandiru, que nós vamos ter ali aquela mesma confusão de presídios. São unidades independentes. Tem várias linhas de pensamentos aqui que defendem isso, e outras, não. Nós estamos defendendo isso embasados em estudos. E isso aí vai ser uma PPP, a primeira do Brasil. É muito discutido isso, mas nós vamos persistir nessa linha,



porque há um entendimento de que isso aí é um caminho que vai nos ajudar a resolver o problema da superpopulação carcerária.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O Congresso está aprovando a PEC da Política Penitenciária. Qual é a opinião do senhor sobre o assunto?

**O SR. HUMBERTO VIANA** - Eu não entendi. O senhor pode repetir?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O Congresso está aprovando a PEC da Polícia Penitenciária. Temos uma Polícia Penitenciária...

**O SR. HUMBERTO VIANA** - Outra discussão extremamente ampla sobre isso. Eu tenho hoje... Eu acredito que todos os companheiros aqui... Tem, até... Eu aproveito, Sr. Presidente, se o senhor me permite, para dizer ao senhor que... Eu creio que todos os Secretários ou representantes que estão aqui tenham um relatório das suas atividades ao longo dos anos. Isso pode ajudar o nosso Relator com as informações que o nosso Deputado bem colocou. Se a gente tivesse recebido essa pauta antes, a gente traria, independente de que o debate é importante, porque acalora, a gente vai mais a fundo na investigação. Mas, certamente, cada Secretário aqui tem um relatório sobre suas atividades, com todas essas respostas, de forma que a gente pode dar uma resposta ou outra com margem de erro porque nós não dominamos os números todos. Mas, com relação à pergunta que o senhor fez sobre Polícia Penitenciária, é muito debatido isso. Eu tenho hoje agente penitenciário que faz a segurança interna — me parece que é comum isso em todos os Estados. A Polícia Militar faz a guarda externa. E surge agora a perspectiva de uma Polícia Penitenciária. Para que papel? Eu tenho uma preocupação — sou policial de formação — que a gente crie mais uma polícia. Polícia Federal, Civil, Militar, Penitenciária, Rodoviária e tantas outras. Eu tenho a preocupação do que isso possa gerar. Agora, certamente, Sr. Presidente, a gente precisa encontrar uma maneira de resolver, sem comprometer a questão da segurança — não sou eu o Secretário de Segurança —, o efetivo da Polícia Militar com as unidades prisionais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Com certeza.



**O SR. HUMBERTO VIANA** - Se bem que é competência constitucional, no meu Estado — creio que nos outros —, da Polícia Militar fazer a guarda externa. É preciso encontrar uma saída para isso. Esse é um tema muito importante para hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A CPI solicitou ao Estado de Pernambuco, reiteradas vezes, 3 informações, e até hoje não nos foi enviada nenhuma informação a respeito, inclusive alguns dados como esses que nós estamos perguntando. O senhor sabe me informar por que não foi enviado?

**O SR. HUMBERTO VIANA** - Eu precisaria saber a que endereço foi mandado isso. Na nossa Secretaria, se tiver registro disso em protocolo, eu vou responder por isso. Mas eu não tenho...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Secretaria da Comissão, pode me informar de imediato? Nós mandamos ofício em agosto; depois reiteramos em janeiro, reiteramos em março e reiteramos agora em maio. E o Estado de Pernambuco não nos mandou nenhuma das informações solicitadas pela CPI.

**O SR. HUMBERTO VIANA** - Eu insisto, Sr. Presidente: eu tenho que saber.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós vamos solicitar cópia.

**O SR. HUMBERTO VIANA** - Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Traz a cópia para nós.

**O SR. HUMBERTO VIANA** - Isso. E o protocolo, para saber aonde chegou isso. Porque, certamente, se bater na nossa Secretaria, nós adotamos lá, por prática, a transparência — até porque não fomos nós que construímos toda essa situação que está aí. Eu estou há 1 ano e 4 meses, e a nossa única meta é resolver o problema. Então, todos os problemas estão sendo repassados a qualquer autoridade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Os investimentos que estão sendo feitos pelo Governo do Estado e com os investimentos feitos pelo Governo Federal vão se abrir quantas novas vagas no Estado de Pernambuco?

**O SR. HUMBERTO VIANA** - Somadas, nós pretendemos, até o final de 2010, gerar 6 mil vagas no Estado. Até o final de 2010.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Isso resolve o problema do Estado?

**O SR. HUMBERTO VIANA** - Não.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Ameniza em quantos por cento?

**O SR. HUMBERTO VIANA** - Não... O saldo migratório entre entrada e saída nos remete para uma projeção... Para o senhor ter uma idéia, o crescimento carcerário do Estado de Pernambuco por ano, média dos últimos, 2000 a 2007, é 10.28%. Mesmo assim, a gente fica com um déficit ainda. Não resolve por completo, mas ameniza bastante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Relator.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, para atender ao Deputado Luiz Couto, aos demais e aos secretários, vou fazer uma pergunta então aberta para que o debate se estabeleça e as alternativas surjam. O vídeo evidenciou aí que esse sistema é um caos, e é isso em todos os Estados: presos junto com porcos; preso com tuberculose numa cela superlotada; quitandas dentro de estabelecimentos com preços superfaturados; presos provisórios em excesso; falta de assistência jurídica. Então, acho que nós não vamos aqui mais questionar se o sistema não presta, porque não presta. Eu pergunto a todos: qual é a saída? Presos não trabalham, não estudam, a reincidência é alta. Então, essa a pergunta que faço para todos, para atender a esse debate mais amplo. Porque o meu medo, é que em cima de um debate amplo, fiquem só debatendo aqui e depois tudo fique só no debate. Acho que nós temos de definir responsabilidades. E eu digo aqui o que já disse outras vezes: se nós formos olhar a lei, comparar a Constituição do País, a Lei de Execução Penal, os tratados internacionais sobre a matéria, comparar com a realidade, se nós aqui tivéssemos interesse em indiciar, todos seriam aqui indiciados, não tem como: juiz, promotor, secretário, governador, todos. A nossa intenção aqui não é partir para indiciamento, porque não é possível que num Estado onde 600 homens estão num lugar em que cabem 80, em que 60 dormem com porcos, no sistema semi-aberto, não é possível que não dê para responsabilizar. Como a nossa Comissão é diferente até nisso, nós não estamos aqui tentando criminalizar ninguém, mas encontrar alternativas, porque sabemos que esse problema não é de responsabilidade de quem está agora no momento; é uma coisa histórica, sucessiva, onde tem vários atores, de Governo Federal a governos estaduais. Nós não estamos partindo aqui para indiciar ninguém. Mas nós temos



consciência, e todos a têm, de que o sistema está falido. É muita gente presa injustamente. É gente com HIV sem receber remédio, é tortura em todo canto. Por onde nós passamos, encontramos presos feridos. Se não tivesse torturas físicas... E só o fato de botar 50 pessoas num lugar em que cabem 5, quando a lei diz que cada preso tem direito a 6 metros quadrados... Portanto, eu deixo aqui a pergunta: quais são as alternativas para melhorar esse sistema? Porque, do contrário, todos nós estamos sendo vítimas disso, e pagando tributos indevidamente. É o cidadão comum que está ralando, trabalhando, engraxando sapatos, tocando uma carroça, ganhando 200 reais por mês, enquanto o cara que está preso gasta 1.500 por mês, ou 12 mil, para ter uma vaga, como foi dito, ou 20 mil, como no Maranhão, em que criaram agora um centro de detenção provisório, onde o custo para criar 400 vagas, para se tirar da delegacia, é de 20 mil reais. Como é que o cidadão comum pode admitir e apoiar que preso esteja gastando 3 vezes mais do que ele, que não fez nada? Então eu deixo esta pergunta aqui para abrir o debate: quais são as alternativas para a gente resolver, abrir ou deslanchar esse nó?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só para organizar o debate: então a pergunta está feita. Nós vamos seguir a ordem; cada secretário vai opinar, vai dar sua opinião e vai dizer o que o seu Estado está fazendo para contribuir com isso. Ok? Assim fica melhor, porque, se cada um for falar desordenadamente, nós vamos gastar muito tempo.

Então, eu só queria o seguinte: a pergunta está feita, a colocação do nobre Relator. O Estado de Pernambuco está com a palavra. Ele vai dar a sua opinião e vai dizer o que a sua Secretaria e o seu Estado têm feito para contribuir com a solução que ele acha que deve ser dada. Está entendido? Só para seguir a ordem.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Eu até ampliaria: não sei se só o Estado, mas o que cada Secretário que está vivendo pode sugerir: mudança na legislação, recomendações para o Poder Judiciário, para o Ministério Público, assistência jurídica etc. Nós queremos obter o máximo de sugestões viáveis.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Ok.

Pernambuco com a palavra.

**O SR. HUMBERTO VIANA** - Posso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pode.



**O SR. HUMBERTO VIANA** - Certamente, Sr. Relator, neste início de trabalho, que já vem se prorrogando há algum tempo, a primeira sugestão que nós poderíamos apresentar é o debate. Se não se tornar transparente e não se permear essa questão fora daqui, do Parlamento, com as universidades, com as organizações não-governamentais, com os governos — o senhor está me compreendendo? Tem que debater isso com todos os segmentos para que isso aí seja um assunto do cotidiano e não pontualmente se faça uma CPI para discutir. Isso tem que ser tratado diariamente. Nunca houve, Sr. Relator, política pública específica para o sistema penitenciário. Se tiver algum plano de política pública específica, formatado com início, meio e fim, eu queria ter conhecimento. Eu pesquisei e não vi. Hoje está se discutindo formatação de política pública, porque o Governo Federal tem nos apoiado em cada Estado e tem desenvolvido suas tarefas. Então, só vou repetir, mas não quero me alongar: primeiro, o debate permanente e não pontual; segundo, estabelecer uma política pública nacional e para cada Estado. Se o senhor for discutir a parte técnica de solução... Ouvi o companheiro falando aqui de geração de vagas. Certamente. O senhor tem que gerar vagas, porque não vai dar para ressocializar nos espaços que nós temos hoje, que já estão superlotados. Então, geração de vagas certamente é uma saída. Programas de ressocialização. Para o senhor ressocializar, naturalmente terá que ter vagas e espaço. Mas, se não tiver programas de ressocialização... Eu ouvi alguns companheiros falando aqui — e todos nós fazemos isso, uns mais outros menos — das dificuldades de cada Estado. Cursos de capacitação, qualificação profissional, oportunidade de emprego etc. Acho que foi o senhor, Presidente, que tocou nisto: por que uns fazem mais e outros fazem menos? O preso é um concessionado. O Estado tem que pagar. O Estado não tem dinheiro para pagar. Eu tenho uma população carcerária hoje de 18 mil presos. Eu tenho um déficit de quase 10 mil vagas. E eu não tenho dinheiro para oferecer emprego para todos os presos. Se bem que ainda tem aquela questão: nem todo preso quer trabalhar. Mas esse não é um problema. Eu vou apresentar uma proposta aqui de encaminhamento. Talvez isso não seja de agrado de todos, mas é o estudo que nós estamos fazendo. Não é uma coisa solta. O senhor imagine o seguinte: preso provisório. Sr. Relator, dos que eu tenho hoje, dos meus quase 18 mil presos, quase 40% são presos provisórios



que estão em presídio, em penitenciária, nas cadeias. Eu não tenho preso em delegacia no Estado de Pernambuco. Eu tenho 84 comarcas com cadeia e tenho 185 municípios. Então, eu tenho uma demanda de municípios sem comarca. Mas para o senhor ter uma idéia: se aproximadamente 40% dos meus internos são presos provisórios... É um assunto polêmico. E há a questão da pulseira, do monitoramento eletrônico que está aqui na Casa em discussão. O senhor imagina o seguinte...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Foi aprovado já.

**O SR. HUMBERTO VIANA** - Pois não?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Foi aprovado agora.

**O SR. HUMBERTO VIANA** - Foi aprovado, não é? Estava em discussão. O senhor imagine essa conta matemática. Eu tenho um preço médio no Estado de Pernambuco por preso; é de um estudo recente. Como disse o nosso Dr. Lélío, não há número que comprove cientificamente que o valor é esse. Porque é muito difícil esse estudo, que tem custos indiretos que não aparecem nas planilhas. Mas Pernambuco fez um estudo agora, um trabalho com esse grupo de diagnóstico, e chegamos a um valor de 1.400 reais por preso no Estado de Pernambuco. O preço médio, salvo melhor juízo. Algumas empresas que nós consultamos. E o preço médio para o custo de uma pulseira dessas, com a melhor tecnologia... Porque tem várias tecnologias. A última que eu vi inclusive fala-se com o preso; ele pode estar com a pulseira e a central de monitoramento tem canal de voz para falar com ele, por exemplo, para dizer: *“O senhor está fora do horário que foi estabelecido. O senhor está fora da rota que foi preconizada.”* Esse é o equipamento que eu vi de mais atual, de tecnologia. Um equipamento desses custa aproximadamente — isto é média, é discutível isso, a tecnologia de país para país — em torno de 700 reais a unidade. O senhor imagine o seguinte: se eu gasto... Vou puxar para Pernambuco. Essa conta precisa ser melhor elaborada, precisa ser melhor discutida. Se eu gasto 50% para tirar o preso de lá, quais são os benefícios? Se o senhor fizer uma pesquisa em qualquer unidade prisional, todo preso vai querer sair com a pulseirinha. Ele não quer ficar lá; ele quer sair. Por quê? Por que ele quer sair? Porque ali, o preso que chega lá, de pequeno potencial, Dr. Damázio, tem 2 opções quando chega no presídio: ou ele adere a quem comanda — e aí a barra é pesada;



ele vai ter de consumir, vai ter de matar, vai ter de ser robô, etc. —, ou ele vai para fora.

Então, o que ocorre? Se eu economizar, no Estado de Pernambuco, 50%, o que eu poderia fazer com esses 50%, Presidente? Eu poderia criar uma bolsa-ressocialização para o preso, mas com a garantia de que ele fosse trabalhar em várias oportunidades que nós não estamos tendo, porque o Estado não tem dinheiro para bancar.

Então, eu gostaria de deixar, para encerrar, essa sugestão de se fazer uma conta com as pessoas que são mais habilitadas para fazer essa conta: o custo que a gente teria, a economia e a aplicabilidade desse saldo, para ressocializar esse preso, oferecer emprego. E o preso gosta muito, doutor, quando ele sente que a família dele está sendo assistida. Isso é uma experiência que todos devem ter, mas nós temos também lá.

Portanto, eu não me vou alongar porque creio que todos os companheiros têm também muitas sugestões.

Seria isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Dr. Ermício Sena, do Acre.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - (*Inaudível.*) a todos os Parlamentares que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Ah, sim! Dr. Luiz Couto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Eu não quero ser (*falha na gravação*) das perguntas que forem feitas. Acho que o Presidente fez, o companheiro Domingos também poderá fazer. E, na fala do Secretário de Pernambuco, ele respondeu a uma série de questões que foram colocadas para outros e que, normalmente, os Secretários que tomaram nota é que podem responder, também, naquele momento.

O que eu queria saber de Pernambuco é se aquela situação, Secretário, de presos que ficavam com as chaves das celas, se aquilo foi resolvido. E também das mordomias que tinham alguns presos, que tinham inclusive televisão e tudo mais, e outros não. Se aquilo já foi resolvido em Pernambuco. E também com relação ao número de rebeliões que aconteceram e também de mortes que foram... Ou seja, de grupos que executaram presos dentro do próprio centro penitenciário.



**O SR. HUMBERTO VIANNA** - Muito bem. A pergunta do senhor é extremamente importante para nós, mas vamos responder por etapa.

Primeiro, a questão do chaveiro. Isso é uma coisa que foi criada há pelo menos 19 anos no sistema estadual de Pernambuco. É a substituição do agente penitenciário, às vezes porque o agente penitenciário não tinha a disposição de enfrentar a responsabilidade de conduzir um pavilhão e porque depois foi ficando defasado o número de agentes penitenciários. Então, criou-se a figura do chaveiro. Respondendo objetivamente: isso aí como é que está hoje? O Juiz da Vara de Execuções da Região Metropolitana, Dr. Adeildo Nunes, que é membro do Conselho Penitenciário Nacional, determinou um prazo para que a gente retirasse todos os chaveiros. Nós estamos trabalhando nisso. Conseguimos tirar parte deles. Hoje, já funciona de uma forma, assim: durante a noite, as chaves são recolhidas para os agentes penitenciários. Como a gente não tem um número de agentes suficiente para ficar durante o dia, ainda permanece. Reduzimos do COTEL, que é o Centro de Observação e Triagem. Nós reduzimos. Hoje não tem chaveiro no COTEL, que tinha. E, no Aníbal Bruno, nós começamos a retirar por etapas. Se o senhor perguntar: *“Ainda tem?”* Tem. *“Esse processo pode ser da noite para o dia?”* Absolutamente. Se o senhor tirar isso da noite para o dia, gera rebelião. Os presos reagem porque eles preferem aquela proteção. Então, essa é a 1.

Sobre as regalias, quando nós assumimos o sistema prisional, existia um inquérito policial sobre as regalias. Nós fomos para lá verificar o andamento disso e começamos a tirar todas as regalias: celas especiais que tinham, celas com um tipo de aparelho de televisão, com geladeira. Nós passamos lá um esforço muito grande. Começamos a retirar.

E eu até aproveitaria, Sr. Presidente, para dizer que, se o senhor tiver oportunidade de ir ao Aníbal Bruno hoje, o senhor não vai encontrar lá um mar de rosas. Da vez que o senhor esteve lá eu não pude acompanhá-lo porque tinha sido convocado pelo Governador para acompanhá-lo numa outra questão. Mas, se o senhor puder, passe no Aníbal Bruno hoje. O senhor verá que houve uma mudança. Nós estamos com 2 pavilhões que foram destruídos na rebelião prontos. Os presos estão voltando para a normalidade. E mudamos a gestão.

Parece-me que falta 1 pergunta do senhor.



**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Rebeliões e também as mortes que aconteceram dentro do sistema.

**O SR. HUMBERTO VIANNA** - Isso. Muito bem.

Rebeliões. Nós tivemos, no ano passado, uma grande quantidade de rebeliões no Estado, considerando historicamente que não era tanta rebelião que havia. Para este ano de 2008, o senhor pode ter absoluta consciência: nós vamos ter rebelião ainda. E nós não precisamos ter constrangimento para dizer isso porque é risco. Aquilo é um barril de pólvora, no Brasil todo; qualquer hora pode ter. Nós vamos ter rebelião. Agora, este ano está controlado porque nós tivemos o apoio para fazer rodízio de presos, inclusive uns estão indo para penitenciárias federais, que são membros do PCC, que controlam essas atividades.

Sobre mortes. A maioria das mortes que ultimamente têm veiculado hoje pela imprensa é resultado de acerto de conta de droga não paga dentro de presídio, e preso que rouba preso. O senhor pode acreditar que é justamente isso. No dia de visita... Eu tenho no Aníbal Bruno hoje 3.600 presos. Entram, aproximadamente, no dia de visita, mais 6 mil pessoas. Eu tenho uma população de 10 mil. Tem roubo. O preso vê aquilo, ele não diz nada. Na hora em que se recolhe para o pavilhão, que está tudo na cela, eles matam. Então, essas mortes a gente está tirando porque estamos transferindo presos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, aquele ditado “ladrão que rouba ladrão tem 100 anos de perdão” é mentira?

**O SR. HUMBERTO VIANNA** - Pois é. Não funciona. Não funciona.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - O senhor sabe quantos chaveiros tem dentro do Estado de Pernambuco?

**O SR. HUMBERTO VIANNA** - Hoje, no Estado de Pernambuco...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Não, que tinha... Sim, hoje.

**O SR. HUMBERTO VIANNA** - Hoje?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Quantos tinham antes e hoje?

**O SR. HUMBERTO VIANNA** - Em torno de 96 chaveiros. Hoje, nós estamos já com quase 60. Estamos diminuindo devagarinho.

Nós vamos procurar — só para concluir, Presidente —, nós vamos procurar o Juiz da Vara de Execuções para dizer a ele que nós não temos condições de



cumprir. E eles... Naturalmente, o Conselho da Magistratura se reúne, e avalia, e dilata o prazo para que a gente possa trabalhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

Secretário do Acre. O Acre assinou com o DEPEN o termo de ajuste, ou aceitou o Plano Diretor Penitenciário com o DEPEN. É signatário, não é isso?

**O SR. ERMÍCIO SENA DE OLIVEIRA** - Isso. Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só para fazer a pergunta: assinou?

**O SR. ERMÍCIO SENA DE OLIVEIRA** - Assinou.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Quais são...

**O SR. ERMÍCIO SENA DE OLIVEIRA** - Sr. Presidente, eu queria fazer...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só para eu deixar uma pergunta para o senhor responder...

**O SR. ERMÍCIO SENA DE OLIVEIRA** - Eu queria fazer uma proposta: eu estou aqui acompanhando a Diretora-Presidente do Sistema Penitenciário do Acre. Eu sou Diretor-Executivo da Secretaria de Segurança, e houve uma reestruturação do sistema penitenciário, com a criação do Instituto. E a Dra. Laura responde pelo Instituto. Eu gostaria que as perguntas relacionadas ao sistema fossem direcionadas à Dra. Laura e aquelas que têm a ver com a integração das nossas políticas, em torno da Secretaria de Segurança Pública, eu possa eventualmente estar ajudando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

**O SR. ERMÍCIO SENA DE OLIVEIRA** - O.k., Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, Dra. Laura, o Estado do Acre assinou com o DEPEN o convênio aí para as ações que serão implementadas através do Plano Diretor Penitenciário. A partir da assinatura, o que já foi feito no Estado do Acre para implementar as ações definidas pelo Plano Diretor? Está sendo feito o que está sendo previsto?

**A SRA. LAURA KEIKO SAKAI OKAMURA** - Bem, o chamado, então, sistema penitenciário, no Acre, nunca teve sistema penitenciário. Ele tinha uma cadeia pública enorme, com 3 mil presos. Então, todos misturados. O Instituto existe há 9 meses. Quando eu assumi, não existia nenhum cadastro de quem estava preso, quem fugiu, quem estava em provisório, quem está sentenciado. Nós



conseguimos concluir isso depois de uns 6 meses. Foi necessário fazer um levantamento cela por cela. E ele não tinha nenhum controle.

Então, vamos dizer assim: sempre foi a Polícia Militar; não existe 1 agente penitenciário. Agora, nós estamos em processo do primeiro concurso público para agente. Técnicos, tipo assistente social, psicólogo e advogado, nunca houve. Eles assumirão... O primeiro grupo da história do Estado assume no dia 6 de julho, agora.

E a alimentação era feita em caldeirões, no meio do pátio.

Então, vamos dizer assim: eu assisti ali não muito diferente do que encontrei.

Tinha uma pocilga enorme, que também foi necessário fechar. Então, as condições... E eu vi aqui realmente dificuldades. Mas eu acho feliz o Estado que já tem agente penitenciário. Lá não tem agente penitenciário, não tem técnico. As mulheres ocupam um pavilhão dentro de um complexo masculino. Nunca houve uma unidade feminina. O provisório e o sentenciado é tudo misturado, com o semi-aberto, inclusive. Então, agora é que nós estamos conseguindo fazer um discernimento de quem é quem, fazer o cadastro. Então, nós já, de partida, adotamos o INFOPEN. Do nada, nós entramos no INFOPEN. Isso foi muito bom, porque já introduzimos no melhor que tem já de pronto.

O plano diretor, ele foi para nós uma tábua de salvação, porque, nesse mar de coisas não acontecidas durante quase... Vamos dizer assim, o Estado tem 48 anos de história como Estado. Ele era um Território. Como Estado, ele está se instituindo. O sistema penitenciário, eu diria que ele está nascendo há 9 meses. Nesse mês faz 9 meses. E foi exatamente nesse mês que nós também pudemos ser aceitos como parte do PRONASCI.

Então, em termos de trabalho, o que nós temos tido é toda a orientação e todo o apoio que vem do DEPEN. E a orientação do Governo do Estado é de que a gente faça um alinhamento já com aquilo que há de melhor de orientação no País e no Estado. Eu tenho tido apoio de vários Estados brasileiros onde eu solicitei ajuda.

Numericamente, o número é bem pouco, sabem? Nós temos, hoje, lá, 2.786 presos. Desse número, homens, 2.621. Mulheres... 207 mulheres no Estado todo e 2.621 homens. Então, a situação não é grande. Só que a população do Estado é de 700 mil pessoas, o Estado todo. Então, mantidas as proporções, a cada 100 mil habitantes, 400 presos. Então, eu acho elevado o número de presos. No caso de



provisórios, nós temos 1.371 provisórios; em regime fechado, 816; semi-aberto, 370; aberto, 230.

O investimento, vamos dizer, o custeio anual para o Estado, até agora, tinha sido de 9 milhões de reais, para tudo o que era necessário. Em termos de investimento mesmo que o Estado fazia, era em torno de 300 mil reais/ano, até agora. A partir do ano passado, então, esse índice se elevou. Nós tivemos um aporte financeiro do DEPEN de 6 milhões de reais. Então, nesses 9 meses, eu pude acelerar com cem por cento DEPEN.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, o cronograma de metas, estabelecido pelo DEPEN através do plano diretor, a senhora acha que dá para ser cumprido dentro do que está sendo feito?

**A SRA. LAURA KEIKO SAKAI OKAMURA** - Plenamente. É plenamente viável. Mais ainda: eu acho que os princípios, as diretrizes postas pelo PRONASCI, nós estamos adotando na íntegra.

Então, o que o PRONASCI nos trouxe de grande contribuição foi no sentido de que ele faz toda a articulação da segurança, da justiça e do social. Com base nas propostas do PRONASCI, nós elaboramos um plano bastante articulado no Estado, onde todos os recursos do PAC estão sendo associados aos recursos do PRONASCI. E nossa atuação está sendo muito mais intensa no foco no território, no foco no social mesmo e no foco no etário.

Então, o trabalho está sendo muito mais investimento fora do sistema penitenciário do que no penitenciário. O existente no penitenciário é para cobrir a já existente insuficiência de vagas. Ela não abre novas vagas, necessariamente. Ela é nova no sentido de oferecer condições de salubridade e habitabilidade para os 3 mil que já existem. Então, elas são novas vagas, mas praticamente para cobrir o déficit que existe. Agora, todo o financiamento do PRONASCI está sendo canalizado para as áreas de descoesão social, entendendo isso como um investimento no sistema penitenciário no sentido da prevenção e do aporte necessário a egresso, ao regime aberto e semi-aberto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

Relator, alguma pergunta mais?



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Dra. Laura, quantos mandados de prisão se tem a cumprir no Acre?

**A SRA. LAURA KEIKO SAKAI OKAMURA** - Eu não tenho esse dado. Talvez o Secretário de Segurança. Eu não tenho.

Agora, assim, em termos de funcionários do sistema penitenciário, hoje é zero funcionário. Todos são da Polícia Militar e da Polícia Civil.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - A senhora sabe o número de escoltas e o custo por ano do sistema?

**A SRA. LAURA KEIKO SAKAI OKAMURA** - Olha, o número de audiências que a gente tem é uma média de 30 por dia. E como ela não está regionalizada, então tem muita viagem. O gasto com escoltas e com transporte é muito elevado, mas é todo controlado pela Polícia Militar.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Qual é a opinião da senhora — a pergunta vale também para os demais —, não sei se isso está previsto na nova arquitetura do DEPEN, sobre ter um espaço dentro dos presídios, ou próximo, para o juiz de execução, para evitar essas escoltas tão numerosas?

**A SRA. LAURA KEIKO SAKAI OKAMURA** - Bom, existem várias alternativas. Uma é poder fazer por precatória e passar. Isso já adianta bastante. Só que isso pede também que... Bom, primeiro, que do interior não venha mais para a Capital. Então, teríamos que ter um atendimento regionalizado. A outra é essa de o juiz ter uma sala ou um local para ser feito. Acho excelente, sim, porque diminui o número de escoltas. E as escoltas usadas para audiências podem dar suporte para o trabalho, para as atividades de trabalho, e também podem dar suporte para as atividades outras que não de escolta. A escolta, hoje, ocupa, vamos dizer assim, em torno de 150 homens — só para escoltas de audiências.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Qual é o custo do preso? Desses 3 mil, quantos estudam e quantos trabalham?

**A SRA. LAURA KEIKO SAKAI OKAMURA** - Olha, é aquela questão do custo. Como eu não tenho uma estrutura própria, ele fica todo com a Polícia Militar. Eu não tenho esse dado. Eu tenho uma suposição, mas não tenho esse dado, porque a estrutura ainda não é própria.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Dr. Uzi Pereira Brizola.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Só uma pergunta...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não, Deputado Luiz Couto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Quantos defensores públicos estão à disposição do sistema penitenciário?

**A SRA. LAURA KEIKO SAKAI OKAMURA** - No Acre, para o sistema penitenciário, 2 defensores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

Dr. Uzi Pereira Brizola, também com base nesse mesmo debate, o Estado de Roraima também fez o termo de assinatura com o DEPEN para implementação do cronograma de metas do plano diretor, correto?

**O SR. UZI PEREIRA BRIZOLA** - Correto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E o que tem sido feito pelo Estado de Roraima para cumprir esse cronograma? Qual tem sido a dificuldade e o que tem sido feito?

**O SR. UZI PEREIRA BRIZOLA** - Bom dia, Sr. Presidente, Sr. Relator. O Estado de Roraima, dentro do que foi acordado com o DEPEN... Eu creio que nós somos o menor sistema penitenciário do Brasil, porque também temos a menor população. Mas temos uma grande quantidade em relação à população também por número de presos. A última unidade foi inaugurada, no Estado de Roraima, em 1988. Portanto, há 20 anos. Agora, com o apoio do DEPEN e com a decisão firme que foi tomada pelo Governo do Estado, devemos resolver um problema de superlotação. Hoje temos uma lotação de 170% a mais do que a nossa capacidade.

Nós estamos fazendo, do ano passado para cá, um investimento do Governo do Estado, de 8 milhões, e do DEPEN, de aproximadamente 12 milhões, com um presídio — já iniciada a construção — fora da Capital. E para um outro, que foi acordado nessas reuniões de trabalho, já apresentamos o projeto, estamos esperando liberar para a Caixa Econômica.

Nós estamos construindo com recursos próprios um centro de detenção provisória, um aumento do presídio feminino, um presídio de semi-aberto para 256 vagas e estamos fazendo um projeto para construir 4 cadeias públicas no interior. O



Estado de Roraima tem 5 presos em delegacia, do total de 1.459. São medidas de segurança determinadas pelo juiz. Não temos presos fora do sistema penitenciário.

A questão salarial. Eu tenho agentes não em número suficiente. Eu tenho duzentos e poucos agentes. Vamos fazer um concurso agora. Mas o meu agente ganha 2.602 reais, inicial. Perguntaram sobre o salário de todos? De todos? Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Está bom. O.k. Pode passar.

**O SR. UZI PEREIRA BRIZOLA** - Nós vamos fazer, para o ano, a ampliação desse novo presídio. Já está prevista a ampliação com recursos próprios do que está sendo construído, porque foi feito com pouca vaga, pela questão orçamentária. Como é por celas, o projeto vai ser feito. Nós vamos passar, então, de 538 vagas que temos hoje para 2.160 vagas ao final do próximo ano. Então, vamos aumentar nossa capacidade em 4 vezes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

Relator.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, como não fomos a Roraima, vou fazer algumas perguntas.

Desses 1.439, quantos são provisórios?

**O SR. UZI PEREIRA BRIZOLA** - Setecentos e vinte e seis.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - E quantas mulheres, desse total?

**O SR. UZI PEREIRA BRIZOLA** - Cento e trinta e duas.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Alguma criança? Há creche, criança?

**O SR. UZI PEREIRA BRIZOLA** - Não, nós temos uma Ala Mãe, como chamamos. Onze já nasceram. Grávidas, 11 mulheres.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Qual é o tempo de permanência na creche?

**O SR. UZI PEREIRA BRIZOLA** - Seis meses.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Quantos mandados de prisão a cumprir?

**O SR. UZI PEREIRA BRIZOLA** - A Polícia tem aproximadamente mil mandados de prisão sem cumprir.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sabe quantas escoltas?

**O SR. UZI PEREIRA BRIZOLA** - Olha, uma média diária de 12 a 15 audiências, inclusive para o interior. Como as nossas unidades são todas na Capital — e as distâncias lá são grandes —, então, o que tem acontecido? Por isso a nossa idéia de regionalizar, de fazer algumas cadeias públicas para que pelo menos os provisórios possam permanecer mais próximos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Qual é o custo do preso em Roraima?

**O SR. UZI PEREIRA BRIZOLA** - Aproximadamente mil reais.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Quantos estudam e trabalham?

**O SR. UZI PEREIRA BRIZOLA** - Duzentos e vinte e seis estudam, e 338, aproximadamente, trabalham — entre trabalhos internos e externos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Tem noção de óbitos?

**O SR. UZI PEREIRA BRIZOLA** - Dez óbitos no ano passado, nenhum neste ano.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Existe comércio no interior dos estabelecimentos?

**O SR. UZI PEREIRA BRIZOLA** - Existe.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Como funciona?

**O SR. UZI PEREIRA BRIZOLA** - Bom, mais ou menos nos moldes daquele ali, não com tanto superfaturamento, porque existe um controle mais ou menos dele lá. O comércio é controlado pelos internos.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Doenças?

**O SR. UZI PEREIRA BRIZOLA** - Dessas mortes que aconteceram, um morreu com AIDS e um, por tuberculose, no ano passado.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Obrigado.

**O SR. UZI PEREIRA BRIZOLA** - Gostaria de falar algo, Presidente. Depois eu creio que o nosso Presidente do CONSEJ deve falar. No caso de Roraima, até 2001, a vinculação era com a Secretaria de Segurança Pública. Em alguns locais existe uma tendência de que o sistema penitenciário volte a fazer parte da Segurança Pública. Quero só deixar aqui o meu testemunho de que acho que se deve lutar contra isso. Eu sou da área de segurança pública, mas nunca se deu



importância para o sistema prisional na Segurança Pública. Falo do meu Estado. Por isso ficou esse caos; hoje, estamos correndo para tentar resolver. Se você está dentro da Segurança Pública, você fica relegado ao décimo plano.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Dr. Télió. Depois, vamos passar para o Dr. Lélio.

Dr. Télió, o Estado de Tocantins também é signatário do plano diretor do DEPEN.

**O SR. TÉLIO LEÃO AYRES** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - A partir da assinatura desse termo, o que o Estado tem feito, quais as dificuldades que o Estado tem enfrentado para cumprir o cronograma de metas e quais têm sido as perspectivas do Estado em relação ao cumprimento dessas metas estabelecidas no plano diretor?

**O SR. TÉLIO LEÃO AYRES** - Bom, o nosso plano diretor, instituído recentemente, prevê a sua execução até o ano de 2011. São 22 metas que nós não vemos muita dificuldade de execução, se conseguirmos os recursos necessários para implementar as unidades que o Estado do Tocantins almeja. Nós firmamos junto ao DEPEN a questão dos projetos que apresentamos, em sua maioria aprovados, e com a perspectiva de recebermos esses recursos num prazo curto.

O sistema penitenciário do Estado do Tocantins é executado de forma partilhada com a Secretaria de Segurança Pública. Há um estudo no sentido de nós uniformizarmos o sistema no âmbito da Secretaria de Cidadania e Justiça, já autorizado pelo Governador do Estado, e estudos entre as 2 Secretarias.

Nós necessitamos, urgentemente, de um presídio na região central com capacidade para 450 vagas. Nossa demanda hoje é em torno de 350. O projeto apresentado com todos os itens, aprovado, mas ainda há discussão quanto à questão dos recursos. Há necessidade de o Estado ser incluído no PRONASCI, para que se torne realidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E o Estado está investindo quanto com recursos próprios?

**O SR. TÉLIO LEÃO AYRES** - Dez por cento, 2 milhões. O projeto é de 20 milhões — desse projeto específico —, e só a capacidade do DEPEN para o Estado



é de 8 milhões, o que foi firmado no último compromisso que tivemos. Mas nós estamos vendo a possibilidade de atender a essa demanda.

Nós temos no orçamento, no âmbito da Secretaria de Cidadania e Justiça, para o sistema penitenciário, 10 milhões e 317 mil, que correspondem a 35,38% do orçamento da Secretaria, e também 14 milhões e 723, da área meio — a maioria desses recursos são utilizados pelo sistema penitenciário.

Nós temos 2 unidades: uma para o regime fechado, de 432 vagas, e outra para o semi-aberto, uma colônia agrícola de 248 vagas, sendo que também nessa unidade temos 48 vagas para o fechado. Nós temos, entre provisórios e condenados, em torno de 2 mil presos. Desses, em torno de 50% condenados e 50% provisórios.

Nós temos no DEPEN as informações prestadas através do INFOPEN de 100% de consistência, e nós temos as 3 maiores casas de prisão provisórias, localizadas nos 3 maiores municípios, a Capital, Palmas, os Municípios de Araguaína e Gurupi, com a capacidade praticamente esgotada. O Estado conta com 139 municípios, e conta com 42 comarcas.

A média de agentes penitenciários, em torno de 340, é de 5,97 agentes penitenciários por preso, acima da média nacional. Salário inicial, 1.465 reais.

Em relação às mulheres, o déficit de vagas é de 100%, tendo em vista que nós não temos nenhuma unidade, nenhum presídio feminino. A unidade com que o Estado conta é uma unidade improvisada que fora reformada inicialmente para abrigar adolescentes em conflito com a lei.

Inclusive, há uma decisão judicial determinando a desocupação dessa unidade. Nós estamos viabilizando — já autorizada pelo Governador do Estado — a construção de uma unidade para abrigar os adolescentes em conflito com a lei, no sentido de que essas mulheres não sejam retiradas do local.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E, para as mulheres, há previsão de construção de unidade?

**O SR. TÉLIO LEÃO AYRES** - Ainda não. Existe um projeto apresentado, mas nós priorizamos a construção da unidade masculina, tendo em vista que nós estamos apresentando um projeto para a construção de uma unidade com 120 vagas. Essa unidade resolveria o problema do Estado, tendo em vista que nós



temos hoje 70 presas que estão disponibilizadas em 2 unidades improvisadas: uma numa cadeia pública na região do extremo norte do Estado, e outra nessa unidade mencionada, que é na região central, na Capital, Palmas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

Relator.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Eu só perguntaria ao Dr. Télió qual é a sua opinião sobre o sistema carcerário local e que alternativa o senhor apresenta, além da construção desse presídio, para resolver os problemas que são comuns (falta de trabalho, de escola, ressocialização)?

**O SR. TÉLIO LEÃO AYRES** - Sr. Relator, nós contamos com aproximadamente 15% do total dos presos dos 2 sistemas. Nós contamos com 15% em escolas e em torno de 10% trabalhando. O trabalho não é remunerado, é apenas a remissão. E nós estamos... Nós entendemos que a dificuldade de implantar o trabalho remunerado nas unidades, de atrair as empresas para as unidades é ocasionado principalmente pela questão da exigência do recolhimento dos tributos para o INSS. Então não há nenhuma vantagem para a empresa se instalar nas unidades. Nós vemos aí... sentimos aí um problema. O Conselho de Secretários tentou resolver essa questão, inclusive com reunião, há questão de 2 anos, com o Ministério da Previdência, mas não houve uma resposta positiva. É um dos grandes problemas que eu vejo para a melhoria do sistema. Não há o que discutir. Onde há superlotação não há como ter uma execução da Lei de Execução Penal, de acordo com o que está previsto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, o senhor também defende que, prioritariamente, no nosso sistema, nós temos que abrir mais vagas para depois pensar em aplicar as políticas estabelecidas pela lei?

**O SR. TÉLIO LEÃO AYRES** - É extremamente necessário o aumento do número de vagas, o aumento dos recursos para que o Departamento Penitenciário Nacional possa... Houve um avanço muito grande na relação Departamento Penitenciário Nacional com os gestores estaduais. Esse avanço foi extremamente positivo. A administração do Dr. Maurício e de sua equipe trouxe um grande avanço. E, com certeza, havendo recursos para o aumento de vagas, nós vamos ter uma tranquilidade maior no sentido de executarmos a Lei de Execução na forma que está



prevista. Nós temos... enfrentamos dificuldades de gestão, principalmente, às vezes, em relação ao Poder Judiciário, ao Ministério Público. No Tocantins, nós temos procurado ter uma boa convivência, mas é extremamente difícil, tendo em vista que nós estamos obrigados a atender as determinações. Nós não temos autonomia no Estado para a mobilidade entre uma unidade e outra. Sempre depende da autorização judiciária. Eu acredito que uma mudança na legislação é extremamente importante para que os gestores do sistema penitenciário tenham melhores condições para trabalhar com a segurança nas unidades, fazendo as transferências de uma forma mais ágil e mais rápida. A questão da implementação do sistema educacional dentro das unidades é de fundamental importância para que haja uma tranquilidade maior, porque lá há condições de inclusão social. Nós não falamos nem em reinclusão, porque muitos dos que estão lá nunca tiveram oportunidade. E nós estamos sentindo que muitos que estão tendo oportunidade têm abraçado e têm trazido melhorias para o sistema, principalmente em relação a fugas, em relação à questão também da tranquilidade dentro do sistema. A questão do trabalho, também, vejo como de fundamental importância. Logicamente nem todos querem. Nem todos querem se recuperar. Nós entendemos que nós temos que partir da premissa de que todos são recuperáveis, mas nós não podemos negar que muitos não querem se recuperar. E aqueles que não querem se recuperar só pensam na fuga, só pensam no confronto. Infelizmente, esta é a realidade. Mas nós sentimos que, com o trabalho, com o sistema educacional adequado, vai haver uma melhora muito grande. Já coloquei como funciona no Estado. E espero que os outros Estados possam copiar o modelo do Tocantins, no sentido da melhoria do sistema penitenciário. Em linhas gerais...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Dr. Télió, eu queria só perguntar para o senhor se há algum esforço concentrado de todos os órgãos do Estado, principalmente da saúde, da educação, da Secretaria de Trabalho, para tentar mudar esta realidade, porque, na medida em que só querem aumento de vagas, parece-me que se esquecem de que só aumentar vaga não resolve. É preciso garantir que essas pessoas saiam. Já está caracterizado que têm muitos presos provisórios, há presos que deviam estar soltos, há presos com medidas alternativas que estão encarcerados. Perguntaria para o senhor se há alguma política do



Governo do Estado. E também a gente fica... a gente tem a impressão de que os Estados ficam muito escorados naquilo que o Governo Federal tem que fazer. Então eu perguntaria para o senhor, para resolver a questão de quem está dentro, por que... Queria que o senhor falasse sobre o número de vagas, o número de mandados, sobre a reincidência e sobre custo *per capita* de alimentação. E pergunto se há alguma política do Governo do Estado para humanizar aqueles que já estão encarcerados .

**O SR. TÉLIO LEÃO AYRES** - Sim, há um trabalho... O sistema penitenciário do Estado do Tocantins tem evoluído positivamente nesses últimos 4 anos, e há uma política integrada, inclusive na colônia agrícola. Nós temos um trabalho, juntamente com a Secretaria de Agricultura, com o RURALTINS, que é o órgão do Estado que executa também a questão dentro do sistema penitenciário; a parceria com a Secretaria do Trabalho e Ação Social, principalmente para os egressos do sistema, para dar assistência quando saem do sistema; o acompanhamento da equipe sociopedagógica, de acompanhamento das famílias que são executadas; a questão da preocupação com o aumento de vagas no Estado, no sentido de nós não enfrentarmos o caos que existe em outras Unidades da Federação. Nós buscamos esses recursos junto ao Governo Federal, mas nós também temos que aportar recursos em nível estadual, no sentido de manter o sistema. Nós tivemos uma evolução muito grande e... Tivemos, em 2006, 1 óbito; em 2007, 2 óbitos. Esses 2, de 2007, ocasionados por doença — o preso teve toda assistência médica. Há um trabalho conjunto com a Secretaria da Saúde no sentido de dotarmos as maiores unidades penitenciárias do Estado de acompanhamento médico, odontológico. E esse sistema que nós estamos.... Há, sim, uma vontade política do Governo do Estado no sentido de dotar o sistema de toda a infra-estrutura que possa trazer... contribuir para que diminua a reincidência. No Estado, o número de mandados não é grande. Eu não tenho os dados numéricos. Mas há também um sistema articulado junto à Defensoria Pública. E, também nas 3 maiores unidades, nós temos o sistema de assistência jurídica próprio, no sentido de que aqueles que estão no sistema penitenciário recebam os benefícios previstos na Lei de Execução Penal e não permaneçam no sistema por mais tempo do que estão condenados. Logicamente existe aí..... Os pedidos são feitos a tempo e hora. Agora, nem sempre as decisões



judiciais têm ocorrido de forma célere. Mas nós temos procurado fazer o atendimento individualizado dos presos, no sentido de que não permaneçam presos por mais tempo do que determina a lei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O Dr. Carlos Lélío vai ter que se ausentar para uma audiência.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Dá para esperar? Então vamos ouvir o César Cals, o Marcos César Cals.

**O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA** - Marcos César Cals.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - É. E está administrando um caos no Ceará. *(Riso.)*

**O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA** - Queria agradecer a deferência do nosso Presidente da CONSEG. Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Primeiro eu queria agradecer ao Cals pela receptividade nossa lá no Estado do Ceará também, na nossa visita, nos Estados que nós fomos visitar. Fomos bem recebidos pelos Secretários. O Ceará foi um dos Estados em que nós também não tivemos nenhum problema, apesar de, no dia em que nós estávamos lá visitando, 2 presos terem sido assassinados, não é?

**O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA** - Um preso. Um confirmado. Um preso lá. É, mas vou já relatar aqui também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Então, Dr. Marcos César.

**O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA** - Eu já anotei muita coisa das perguntas. Eu podia dizer...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - É só falar sobre o Plano Diretor, então. O Estado do Ceará também é signatário do PDM.

**O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA** - É verdade. Nós aderimos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Plano Diretor Penitenciário, não é?

**O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA** - Aderimos de pronto. Estiveram lá conosco os 2 técnicos, por 2 vezes, fazendo o ajuste do Plano Diretor



do Estado do Ceará. Presidente, quero agradecer a oportunidade de falar aqui na CPI do Sistema Carcerário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - César, só queria pedir permissão para registrar a presença de 4 Vereadores do meu município: Joel Rangel e João Artem, Vereador Ivan Carlini e Beto Graciotti, da nossa querida cidade de Vila Velha, lá no Espírito Santo. Quem não conhece, é uma linda cidade do litoral capixaba.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Então o depoente (*ininteligível*) prefeito?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Sim. Também.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente... Cuidado com o TSE, Presidente.

**O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA** - Quero também cumprimentar o Deputado Domingos Dutra. Eu... Como já anotei algumas das perguntas, eu vou tentar usar já os espaços. E o que ficar deficitário em relação à informação, aí... Eu acho que seria mais prático. Primeiro, quero registrar e mostrar a minha indignação. No momento em que os membros da CPI do Sistema Carcerário compareceram ao Instituto Penal Paulo Sarasate, naquela ocasião nós nos deparamos com uma cena que até hoje ainda tenho remoído: com presos sendo alimentados através de saquinhos. De pronto, ao saírem do sistema... os membros da CPI saírem para viajar, eu determinei o afastamento do diretor. E nós adotamos... De pronto, eu já mandei informar... Inclusive, eu estou aqui com o diretor... coordenador do sistema penitenciário, Dr. Bento Laurindo, que trabalha conosco... conosco não, na secretaria do Sistema, há 27 anos. É o homem que mais entende do Sistema Carcerário do Estado do Ceará. Determinei a abertura do inquérito para apurar a irresponsabilidade que estava ocorrendo no IPPS. Então, quero apresentar as minhas desculpas de público aqui aos membros, quando me deparei... E nós tivemos a oportunidade de conhecer 4 unidades. Duas modelos, vamos dizer assim, porque é uma penitenciária feminina que é modelo... Por sinal, pedi para entregar um DVD para os senhores. Não sei se pela manhã foi entregue um DVD para os senhores. E uma outra terceirizada, onde se atende toda determinação da Lei de Execução Penal, a LEP. E as outras 2 administradas pelo Estado. O IPPS é uma



penitenciária antiga, inaugurada em 1970, com modelo obsoleto, vertical, com 2 andares e com capacidade de 940 vagas. Estávamos, naquela ocasião, com 1.350 presos. Mas, resumindo aqui o nosso sistema, nós temos lá... Esses números podem diferenciar dos do Plano Diretor, porque ele está atualizado. Certo? Não são necessariamente os mesmos números que foram coletados pelos técnicos do DEPEN, à época. Nós estamos com 12.481 presos. Nós temos, desse total, 432 mulheres lá no sistema penitenciário. Nós temos um déficit de 3.500 vagas, sendo no interior do Estado 2.200 vagas e na região metropolitana 1.300 vagas. Esse é mais ou menos o número que nós temos em relação ao déficit. Nós temos previsto para este ano um investimento, recurso do Tesouro Estadual, de 72 milhões. Lá nós temos o MAPP, que é o Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários do Governo do Estado — recursos próprios do Governo do Estado. Em relação ao DEPEN, nós apresentamos uma demanda de 35 milhões de reais. Dos 35 milhões de reais, na primeira reunião que houve com vários representantes estaduais, ficou definido para o Estado do Ceará em torno de 6 milhões e 300 mil reais. Após esse acontecido, essa reunião, houve o benefício para o Estado do Ceará, em relação ao PRONACE, de uma penitenciária de 421 vagas, que somam aí 14 milhões — 12 milhões mais 2 milhões de equipamento. Então, o Estado do Ceará ficou contemplado com algo em torno de 20 milhões para este ano, em relação ao DEPEN, de uma demanda de 35. Desses 72 milhões de recursos do Tesouro, nós vamos construir, entre cadeias de 32 vagas até cadeia de 153 vagas, que é um padrão DEPEN, todas elas padrão DEPEN, vamos construir, ofertando ao interior do Estado, 1.495 vagas, sendo que 3 cadeias do DEPEN são de 153 vagas. Os recursos já se encontram na Caixa, nos Municípios de Aracati, Tianguá e Crateús. Os demais são todos recursos do Tesouro. Todas elas, todas as cadeias, com uma ala feminina totalmente isolada. Dentro da mesma muralha, com a mesma administração, mas no nosso projeto é prevista uma ala que não tem contato — solário separado, tudo separado, área de trabalho e área de estudo separadas, com uma menor monta de 7 mulheres, para 7 mulheres. É uma cela com 6 mulheres e uma individual, e uma individual, está separada, e as demais vagas para os presos masculinos, porque a nossa demanda é muito grande. Isso para o interior do Estado. Na região metropolitana, nós temos prevista uma penitenciária, recurso do DEPEN, de 500 vagas, e a penitenciária de



jovens e adultos — isso para o convênio antigo, que é de Pacatuba, na região metropolitana. E, agora, esse convênio novo, onde jovens e adultos... de 421. Então, nós temos previstas para a região metropolitana 1.810 vagas. Das 1.810 vagas... Perdoe-me, Presidente, são 1.888, com recursos do Estado. Nós já iniciamos essas obras. Foi preciso. Devido ao caos no sistema penitenciário e devido à superlotação das delegacias, nós implantamos lá uma modalidade de um pregão reverso. Fizemos uma fundamentação na dispensa de licitação, através da modalidade de emergência. O Governador do Estado, no plenário da Assembléia Legislativa, acompanhado pelo Ministério Público Estadual, acompanhado pelo Tribunal de Contas do Estado... As empresas se habilitaram. E as empresas foram abrindo os envelopes. Quem dava menos... quem foi dando menos, nós conseguimos reduzir em torno de 15%, ao vivo, através da *TV Assembléia*, no plenário, com todos os Parlamentares, transparentemente. Nós já estamos em execução. Como a modalidade é de emergência, nós somos obrigados a concluir em 6 meses. Então, 1.888 vagas estarão concluídas agora, até o final de novembro, porque o contrato já foi assinado agora, no mês passado. E as outras 900 vagas, ofertadas pelo DEPEN, deverão ser concluídas, espero, até meados do próximo ano. Nós estamos construindo agora um presídio militar. O nosso presídio militar não é administrado pela Secretaria da Justiça. É administrado pela Secretaria de Segurança da Polícia Militar, dentro do 5º Batalhão. Nós estamos lá com cerca de 800 homens presos. E o Governador autorizou... próximo ao presídio feminino, onde os senhores estiveram, nos fundos do presídio feminino, nas costas, que é na entrada para quem vai para a penitenciária grande, IPPS, nós temos uma área, e nós vamos contemplar lá com 126 vagas. O número de escolta na região metropolitana, me desculpe, Relator, Deputado Dutra, não tenho no interior do Estado, porque nós temos 131 cadeias no interior do Estado e temos 12 grandes unidades. Eu não tenho como aferir essa numeração das cadeias em relação. Então, nós temos 80 escoltas/dia. Durante 20 dias, nós temos aí 1.600 escoltas/mês; vezes 12 — nós estamos falando em números redondos —, nós estamos com 19.200 escoltas de presos. E muitas delas simples. Nós tivemos uma reunião, semana passada, com o Diretor do Fórum, que é o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Rômulo Moreira de Deus. Naquela ocasião, com os juízes das varas criminais e de tóxicos, nós fizemos uma



ponderação: que eles ofertassem oficiais de justiça para andarem nas unidades, porque muitas dessas escoltas são só para o preso desconstituir o advogado. Aí, nós temos que mobilizar. Acho que a CPI do Sistema, Presidente Neucimar Fraga, poderia também dar uma sugestão às varas... ou, perdoe-me, às varas de tóxico, às varas criminais: que não precisassem deslocar os presos para que ele possa substituir o advogado, num procedimento simples, porque não têm, não têm funcionários... servidores suficientes para irem aos presídios. Nós fizemos essa reunião. Acho que nós vamos possibilitar a redução. Nós temos lá no sistema penitenciário a INFOPEN, que me angustia muito. Nós temos um programa que está sendo concluído, de informatização. Nós temos já um cadastro de 10 mil presos identificados, todos através de cadeiras, com fotografia.

Quanto ao sistema INFOPEN — números atualizados — temos 100% de preenchimento. Mas preenchimento não quer dizer muita coisa. De inconsistência, estamos com 8,19%. Portanto, no *ranking* somos o 4.10, estamos em primeiro lugar no “bom”. Não tem a relação: bom, ótimo? Estamos em primeiro em termos de atualização. Eu falo isso porque na primeira vez em que participei da reunião com...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Tem algum ótimo?

**O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA** - Vários. Na primeira reunião, no ano passado, o Dr. Maurício disse: olha, o Ceará está com 42% de inconsistência. Aquilo também me marcou e aí centramos fogo para atualizar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Por falar em marcar, uma coisa que nos marcou no Ceará foi a comida servida em sacolinha.

**O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA** - Não foi isso que eu falei aqui? Foi a primeira coisa que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Está resolvido.

**O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA** - Graças a Deus! Senão... Além de afastar o Diretor... foi logo de pronto. Aquilo ali foi para mim um marco que eu não conhecia. E eu tinha conhecido tudo no sistema penitenciário. E acatei a sugestão de adquirir 15 máquinas para fazer quentinhas. Mas apenas quando estiver faltando prato plástico. É mais para uma emergência. Não se deve e não se pode servir comida ao preso em sacola. Aquilo me aborreceu bastante. Eu não quis “roncar” na hora em cima da turma, mas depois eu tomei minhas providências e fiz a



substituição. Nós temos 2 sistemas de alimentação. O sistema das quentinhas, terceirizado, que custa — as 3 refeições, café, almoço e jantar — em torno de 8,50. Estamos em processo licitatório para uma administração nas cozinhas, não para fazer quentinhas; uma empresa administrará algumas cozinhas do sistema penitenciário. Penso que ocupando a mão-de-obra, mas não uma mão-de-obra paga com 70 reais, nem com 10 reais. É mão-de-obra paga com três quartos do salário mínimo, que eu acho que é um valor razoável para quem está na penitenciária e tem tudo custeado pelo Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - V.Sa. tem 2 minutos para concluir.

**O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA** - Eu vou concluir. Eu quero discordar um pouquinho do Télió em relação às empresas irem para as penitenciárias. Eu acho que é atrativo, porque elas não têm o custo das obrigações sociais — um ponto; não tem o custo...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA** - Hein? Não, elas pagam três quartos do salário mínimo e não são obrigadas a assinar carteira. Talvez nem possam por se tratar de condenado.

Elas não têm o custo da segurança, porque toda a segurança é feita pelo Estado dentro da penitenciária; elas não têm o custo da energia, se a legislação e o Estado permitirem; e não têm o custo do vale-transporte.

Eu acho que o que está nos travando no Estado do Ceará é o Tribunal de Contas do Estado que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nem greve de ônibus.

**O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA** - Não tem greve de ônibus. O Tribunal de Contas do Estado do Ceará ainda está querendo criar uma normatização.

Celulares apreendidos nas unidades em 2007, 753; óbitos, 30; fugas, 280. Isso nas cadeias, não é nas grandes unidades. Nas grandes unidades estamos com em torno de 18 fugas.

E 2008, 90 celulares apreendidos; 21 óbitos, sendo 7 por morte natural; abrimos 18 sindicâncias; 17 por maus-tratos a presos — eu não admito esse tipo de



comportamento — e uma por facilitação de entrada de celular. Por falar em facilitar a entrada de celular, no ano passado nós demitimos um agente penitenciário que foi preso com 4 celulares.

Para concluir, Presidente — e aí me coloco totalmente à disposição — temos 609 agentes penitenciários concursados, além de 100 terceirizados, cujos contratos vão se encerrar daqui a 2 ou 3 meses. Temos 160 servidores com desvio de função. Ou são auxiliares administrativos ou são auxiliares de serviços gerais, exercendo há 20 anos a função de agente penitenciário. E nós temos 40 *ad hoc*, que são os contratados pelas Prefeituras Municipais, com treinamento na Secretaria de Justiça. Nomeamos agora, neste mês, 204 agentes penitenciários, que estão fazendo o curso de formação.

O sistema é ruim, não é bom. Quero dar o meu testemunho: acho que está muito carente, com muitos problemas que não resolveremos em curto prazo, mas é preciso ter a intenção. Essa questão de só abrir vagas não é suficiente porque abrem-se as vagas mas não há servidores para cobrir os postos de serviço. Não adianta eu ter lá uma serraria funcionando se não tenho o agente penitenciário para dar cobertura. Não adianta ter uma tapeçaria se eu não tenho o agente penitenciário para fazer. Nós temos um convênio com a Secretaria de Educação. O Estado do Ceará contrata anualmente os chamados professores temporários para que a gente possa jogá-los nas unidades. Nós devemos ter hoje em torno de 35% estudando, nas cadeias e nas grandes unidades — estudando, não confundir com “trabalhando”. Temos em torno de 20% trabalhando em diversas atividades. Desde atividades pagas pela Secretaria de Justiça a atividades de empresa instalada, fazendo jóia, famel, confecção e tudo o mais.

Para concluir, quero agradecer por esta oportunidade. Coloco-me à disposição. Dos 12.481, temos 5.282 presos provisórios; 50 mil mandados. Acredito que desses 50 mil mandados uns 25 mil não valem mais, já prescreveram. Esse é um número oficial — 50 mil mandados —, divulgado recentemente.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Esses estão ressocializados sem ter ido para a cadeia. O tempo está servindo mais do que o sistema.

**O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA** - Isso aí é porque os mandados, Deputado, vão para a DECAP, que é a Delegacia de Capturas,



Secretaria de Segurança. Não é conosco, estou dizendo o número porque foi divulgado há 45 dias.

Nosso índice de reincidência, dos homens é em torno de 70%, 72%; o das mulheres é bem reduzido: 35%. Por sinal, as mulheres que na semana passada os senhores conheceram na padaria ou servindo café e água para a gente, tiveram progressão de regime para o semi-aberto. Como não têm oportunidade fora, tive de recontratá-las para ficarem trabalhando na penitenciária feminina.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Secretário, o senhor tem alguma sugestão mais objetiva que possamos oferecer ao País? Qual é a sua opinião sobre a sala de audiências para o Juiz de Execução, para evitar essas escoltas?

**O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA** - Acabei de dizer aqui para o colega que isso não será operacional porque os juízes, segundo a LEP, têm que estar uma vez por mês nas penitenciárias. Apesar de muitas delas não terem condições de recepcioná-los, algumas têm. E eles não vão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - E a videoconferência?

**O SR. MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA** - Sou total defensor da videoconferência, mas para os casos em que tem de haver aparato policial para uma mobilização maior por parte do Estado, no caso de presos mais perigosos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Dr. Carlos Lélío, aproveito para fazer-lhe uma pergunta. Na sua visão, como Presidente do Conselho Nacional, quais são as dificuldades que os Estados terão de enfrentar para implementar o cronograma de meta do PDP, e em que o Governo Federal e o DEPEN poderiam contribuir para que os Estados pudessem implementá-lo com mais eficiência, num tempo mais rápido?

**O SR. CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA** - Sr. Presidente, eu gostaria, antes de responder, de agradecer pelo convite. Na verdade, não são os senhores que têm que agradecer a nós Secretários. Eu acho que nós é que temos essa oportunidade de um fórum para falar. E temos acompanhado o trabalho da CPI — sem qualquer demagogia. Queremos agradecer mesmo por este convite. É uma pena que nem todos os colegas puderam vir. E, sendo bem objetivo, eu fiz a anotação, a exemplo dos meus colegas, de todas as perguntas que foram feitas e os dados estão todos aqui. Mas creio que será mais produtivo eu ficar à disposição,



com os meus colegas, para qualquer indagação que for feita, sobre qualquer dado das perguntas que foram feitas aos meus colegas. Respondendo à sua indagação: uma vez me perguntaram... Eu tenho a honra de integrar também o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária — CNPC, e me perguntaram como se resolveria o problema da crise penitenciária no País. Eu perguntei quanto tempo tinha. Disseram: "*Olha, talvez, 30 segundos*". E eu disse o seguinte: "*Cumpra-se a LEP. Cumprindo-se a Lei de Execuções Penais, nós vamos resolver todos esses problemas*". Curto e grosso. A questão é a seguinte: o que nós podemos fazer para implementar esse plano? E eu aproveito a oportunidade, também, para dizer, a exemplo do que falaram os meus colegas, que, pela primeira vez na história deste País, o Ministério da Justiça, por meio do Departamento Penitenciário Nacional... Eu queria apresentar votos de louvor a toda a equipe — aqui vi, hoje, a Carla e a Gisele, viu Damázio? —do DEPEN que elaborou esse plano. Respondendo, então, à sua pergunta, creio que não haverá dificuldade alguma, porque nós, Secretários, acompanhamos a elaboração desse Plano Diretor e, se está alguma coisa aqui, nós vamos cumprir. E vai ter... Como os colegas falaram, nós temos agora um norte. Hoje, nós podemos dizer que temos uma política penitenciária. É importante ressaltar também o seguinte, Sr. Presidente: foi feita uma pergunta aqui, algumas questões, mas eu vou logo para o final, respondendo para o nosso nobre Relator. E tivemos, acho que no ano passado, naquele evento, uma conversa muito demorada com todos os membros simpáticos desta Comissão — foram muito simpáticos com todos nós, Secretários. Propostas objetivas: enquanto não se atacar o problema da "prisionalização" neste País, nós vamos ficar enxugando gelo, com toda a honestidade. Se cada centavo que for investido no sistema de segurança pública não for investido também no sistema penitenciário, nós vamos fazer várias CPIs e não vamos resolver nada. Nós vamos construir quantos presídios precisarem e não vamos resolver nada e chegaremos a uma sociedade penitenciária. Essa que é a verdade. Nós temos notícias de que há incentivos, em alguns Estados, para que flagrantes sejam lavrados. Como nós, gestores, Secretários de Justiça e de Direitos Humanos, podemos agüentar? Será que os centavos que são investidos no sistema de segurança são investidos no sistema penitenciário? A resposta é: não. Construir cadeia resolve? Resolve, em primeiro lugar, o bolso do empreiteiro. Se você não



tiver uma política de gestão, uma política séria de recuperação, a pena privativa de liberdade vai desmistificar, vai mentir, na verdade, o tão sonhado objetivo, que é punir, mas também recuperar. A pena privativa de liberdade hoje serve para 2 coisas só: para prender e evitar a fuga. E nem isso, o segundo ponto, tem evitado. Há uma vergonha, Sr. Presidente — e aqui não foi falado e o Damázio talvez, por muito cuidado, mas nós temos liberdade de falar, e eu não sei se a CPI apurou: nós temos 2 presídios federais, hoje, prontos sem concurso público. Não tem não é só agente penitenciário, não! Não tem profissionais, médicos! Mas nós podemos dizer isso. Mesmo que seja feito um concurso público hoje, esses presídios só vão funcionar daqui a 1 ano. É o que eu estimo. Isso é uma vergonha! Nós estamos aqui para responder a todas perguntas, mas dessa forma não vamos resolver nada! Uma outra questão: foram construídos presídios federais pela primeira vez neste Governo. Fale o que quiser, mas o Damázio está aí, com o Maurício, no DEPEN, e hoje só quem já transferiu lideranças perniciosas sabe a importância do presídio federal. Agora, é uma vergonha: 2 presídios públicos e não tem funcionário! Outra coisa. Quer uma proposta objetiva? E o Relator começou falando muito bem pela manhã que enquanto não se municipalizar a execução penal, nós não vamos chegar a lugar nenhum. Hoje, Prefeitos ligam para nós e dizem assim: "*Nós estamos dando esmola*" — que é a comida para o preso. O crime foi onde? O Presidente colocou muito bem: o crime é da União? O crime é do Estado? Não! O crime é do município! Mas é aquela história que o senhor colocou: o Estado fica esperando pela União e o município fica esperando pelo Estado. Nós temos que integrar esses entes: município, Estado e União. Enquanto não se fizer isso, não se vai chegar a nada.

Eu vou ser bem mais objetivo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só para...

**O SR. CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA** - Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - ...aprofundar esse assunto, que é um assunto que nos interessa muito. Quando a gente fala da municipalização da pena: "*Ah, mas não tem jeito*". O pessoal começa a viajar, cria um mundo de dificuldades, não é? Como o senhor entende que poderia ser municipalizado? Que tipo de crime? De que forma?



**O SR. CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA** - Quanto tempo o senhor me dá para responder?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Tempo necessário.

**O SR. CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA** - O art. 4º da Lei de Execução Penal diz, mais ou menos, o seguinte: a União deverá recorrer à comunidade na tarefa da execução da pena. Está aí a resposta. O município tem obrigação! Isso já está na lei! Isso já está na Constituição! Mas ninguém teve a coragem hoje de fazer isso. Mais recente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Essa interpretação da...

**O SR. CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA** - Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - ... da comunidade, aí, ela é literal mesmo? Porque o município também interpreta, quando a Constituição diz que a segurança é dever do Estado, que não é problema dele.

**O SR. CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA** - É.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Essa interpretação está clara?

**O SR. CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA** - É, quando a gente não quer fazer alguma coisa, a gente sempre justifica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Essa interpretação ela é clara? Ela pode ser entendida desse jeito?

**O SR. CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA** - Ela é clara para aqueles que têm vontade política de fazer alguma coisa; ela é obscura para aqueles que não querem fazer e assumir as suas responsabilidades.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas o Conselho Nacional entende assim?

**O SR. CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA** - O Conselho Nacional de Política Criminal, nós estamos agora nessa mais recente reunião — e eu estou propondo que o Conselho, o CNPCP, edite uma resolução. E eu vou lhe dar um exemplo claro: as APACs são o quê? Uma Associação de Proteção e Assistência ao Condenado. É a comunidade participando! E por que o município não pode, pelo menos, dar alimentação para o preso? Não quer construir presídio? Tudo bem. Então, faz convênio com os Estados! A União pode repassar esse dinheiro direto



para os municípios. Eu vou lhe dar exemplo: um Estado da dimensão territorial continental, que é o meu Estado, o Estado do Amazonas, tem município a que só se chega de barco, com 7 dias. O senhor já pensou? Levar alimentação da Capital para interior, ela chega pela metade: desviaram a metade, e a outra metade chega estragada. E aí o preso fica passando fome. E se o Prefeito der comida, em alguns municípios, ele usa isso eleitoralmente. Uma outra vergonha, Sr. Presidente! O senhor quer uma proposta objetiva? Todos os meus colegas passam por isso: eu, sexta-feira, assinei uma ordem de serviço para a construção de um presídio no interior do Estado. O senhor sabe há quanto tempo esses recursos foram liberados pelo Ministério da Justiça, que estavam na Caixa Econômica? Dois anos! Dois anos! Então, o senhor vai me perguntar: quanto tempo leva para construir um presídio? Seis meses? Não! Vai levar 2 anos. Por quê? Porque a Caixa Econômica não tem experiência, hoje, em arquitetura prisional — e é um bom trabalho para a CPI. Leva, no mínimo, 2 anos. Tenho colegas que já levaram mais tempo. Pergunte para qualquer um daqui. Estão todos balançando a cabeça. Dois anos! Isso é uma vergonha, Sr. Presidente! Imagine: 5, 6 milhões de reais depositados, e a Caixa Econômica fazendo exigências absurdas. Ninguém consegue! Os presos morrendo! Isso é violação de direitos humanos! E esta CPI, eu acho que o compromisso maior dela com o País é esse. Eu vou me atrever, para não me alongar muito, a responder algumas perguntas que o Relator fez a alguns colegas, porque elas ficaram mais abertas. Complexos ou presídios regionais? Os complexos penitenciários estão desautorizados. Foi assim que começou o Carandiru; foi assim que terminou o Carandiru. Então, a proposta, hoje, é de presídios; é a descentralização da execução penal. O problema é esse que o senhor falou: ninguém... Presídio é igual feira: todo mundo acha importante, mas ninguém a quer na rua da sua casa. Vá procurar terreno num município para construir presídio! A CPI pode propor isso no seu relatório, e está nos ouvindo. Divisão da execução penal, perguntou o Relator: A matéria, hoje, é disciplinada. Foi editada uma lei federal disciplinando a jurisdição e a competência em matéria federal. Os presídios federais, hoje, já estão... Pelo menos, apesar de algumas contestações, há competência do juiz federal no que diz respeito — e o Damázio pode explicar isso melhor — aos presídios federais. Agora, quanto aos presídios estaduais, é uma



loucura! É aquela situação: o preso fica lá no município e o Prefeito diz: "*Manda para a capital porque ele é perigoso!*". E aí o preso fica na capital, o processo fica no município; aí o preso vai para ser ouvido no município, mas eles já mandaram o processo para a capital, e é o samba do crioulo doido, como dizia o finado Senador do meu Estado, Jefferson Péres. É o samba do crioulo doido. Fim da progressão. O problema não é do instituto, Sr. Relator; o problema é de Juiz, é de Promotor, que estão concedendo progressões indevidas. O senhor imagine um sistema progressivo! A coisa mais bonita que nós temos, talvez, na execução penal brasileira, é a progressão de regime! Quer-se acabar com a progressão de regime por quê? Porque alguns presos que progridem saem do sistema semi-aberto, em saída temporária, e vão cometer crimes. O problema não é da progressão; o problema é do preso! E esse preso, a ele tem que ser decretada a regressão e punir o Juiz e o Promotor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Agora, só sobre o assunto progressão, Dr. Carlos Lélío, alguns países, por exemplo — nós fizemos algumas visitas... Por exemplo, no Brasil, crime hediondo, vamos imaginar aí 30 anos de cadeia. Com 5 o cidadão tem direito a progredir. Alguns países, ao invés de dar 30, dão 15, mas o preso tira 15 de cadeia. Qual é a melhor alternativa? Dar 30, achar que está aplicando a pena máxima e ser frouxo no cumprimento da pena ou aplicar uma pena menor e ser rígido no cumprimento dela?

**O SR. CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA** - Eu defendo a teoria, em primeiro lugar, de que todo o crime tem que ser afiançável. A parte do corpo que dói mais é o bolso. Todo crime tem que ser afiançável. Por que em alguns países... Quer pagar a fiança? Paga 2 milhões de dólares! Eu defendo que — aí é uma questão muito discutida hoje — o cálculo da pena... Ah! Aumenta-se o tempo de cumprimento da pena. Então, nós temos, hoje, 422 mil presos, mais ou menos, no País; nós temos, segundo a revista *Veja* — eu acho que o número é menor, mas ela publicou há um tempo atrás esse número —, 500 mil mandados de prisão sem cumprimento; e nós temos mais outros presos que não são computados nesse número. O senhor já imaginou o caos? Aí quer-se manter nesse caos — que não é o César Cals — que é o sistema prisional brasileiro mais tempo essas pessoas presas. E não se tem a coragem, a ousadia, de atacar o problema. O problema...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas é justamente neste ponto que eu quero tocar: é mais tempo? Por exemplo, nós estamos condenando alguém, por exemplo, a 30 anos de cadeia. Com um quinto da pena, ou seja, com 5, com 6 anos, ele já teria direito a progredir em regime. Qual é o mais inteligente? Alguns países da América e da Europa aplicam, no máximo, a redução da pena de 15% a 20%. Na Itália, por exemplo, não se aplica a progressão já para alguns crimes. Ao invés de aplicar 30 anos de cadeia e o cidadão ter direito a progredir com um sexto, mas não ter lugar onde cumprir a progressão, e aí ter a quebra... Todo mundo sente, na cadeira, que está com pena cumprida. Todo mundo! "*Ah! A minha pena está vencida!*" Porque ele tem um direito a progressão, mas não foi atendido, então ele acha que já cumpriu a pena. E a família acha que já cumpriu a pena; e todo mundo acredita que realmente o cara está condenado e está preso injustamente. Mas porque ele teve direito a uma progressão que não lhe foi garantida porque nós não temos espaço, os espaços são pequenos, as vagas são poucas, e não tem condição de nós termos, praticamente, hoje, no Brasil, 3 instâncias de presídios, praticamente.

Então, ao invés de aplicar 30 anos de cadeia e progredir com 6, alguns países, ao invés de aplicar 30, aplicam 15 e tiram 15 de pena. O cidadão entra na cadeia no dia 1º de junho de 2008 e sabe que ele vai sair no dia 1º de junho de 2023. Porque uma das coisas que mais causa inquietação na população carcerária é a falta de informação sobre o dia em que ele vai sair da cadeia. É igual a gente no aeroporto quando vai pegar o avião às 7h. Ele fala: "*Olha, comunicamos que o avião que ia sair às 7h só vai sair à meia-noite*". Você vai para a lojinha, você vai para o restaurante, vai jantar, vai para o cinema. Agora, se não avisar, você fica toda hora procurando o agente: "*Que horas que vai chegar o meu avião?*" "*Que horas que ele vai chegar?*". Fica inquieto. Mas, quando avisa que só vai sair meia-noite, você vai para o bar, você vai para o restaurante, você vai para uma loja.

Então, o que nós percebemos é que essa inquietação causada pela progressão, pela falta de assistência jurídica, pelo Defensor Público, da informatização do sistema. Eu lhe pergunto: não seria inteligente? Nós não estamos sendo nem mas duros nem rígido demais, porque nós estamos reduzindo a pena de 30 para 15 anos. Estamos afrouxando? Não. Nós estamos querendo que ele tire 15



anos de cadeia, que seria o justo. Por isso eu perguntei qual que seria a forma mais inteligente de equacionar esse problema.

**O SR. CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA** - Sr. Presidente, em primeiro lugar, as realidades são diferentes: nós vivemos no Brasil. Esses países a que o senhor fez referência são sistemas penais, processuais penais e de execução penal bem adiantados. A questão envolve o sistema penal, da legislação penal. O Juiz, ao fixar a pena, não vai poder fugir daquele *quantum*. Se são crimes, por exemplo, cometidos em concurso material, por exemplo, ele tem que aplicar aquela pena. Ele pode ser condenado a 70, 100 anos, o quanto da pena. Pelo menos, a jurisprudência, hoje, diz que tem que ser calculado sobre o *quantum* da pena aplicada, e não sobre os 30 anos que o art. 75 do Código Penal diz que ele tem que cumprir. Começa por aí. Mas o senhor teria que mudar toda a legislação penal. A execução penal não obedece isso. Mas a mim parece que o problema maior — eu não sei se a mídia está aqui — é acabar com a hipocrisia. Eu duvido, eu duvido que esta CPI consiga propor e executar essas propostas e ferir interesses daquelas pessoas que vêm na prisão a justiça sumária. Então, a prisão hoje se tornou exatamente a resolução de todos os males. Como é que nós vamos resolver isso? Nós vamos ter que construir presídios. Mas para construir um presídio é outra vergonha que temos aqui no País, que a CPI pode atacar: é exatamente os recursos que estão presos do Fundo Penitenciário Nacional. São recursos nossos e que ao longo dos tempos não foram liberados! Foi preciso agora, nesta administração, se negociar. Mas, mesmo assim, esses recursos estão contingenciados, Sr. Presidente! Então, nós estamos discutindo aqui essas questões, eu vejo os meus colegas constrangidos tentando responder, e eu também, mas o problema maior, que é aqui do outro lado, no Congresso Nacional, aqui com V.Exas., lutar para que esses recursos realmente não sejam contingenciados! Nós temos 2 presídios federais — repito — sem concurso público! Não pode funcionar!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas eu perguntei aqui a todos os Srs. Secretários se eles tinham projetos no DEPEN que não tinham sido aprovados. Praticamente todos eles, praticamente...

**O SR. CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA** - Aprovado é. Mas cadê os recursos?



**O SR. MARCOS CESAR CALS DE OLIVEIRA** - Presidente, eu falei alguns...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas não estão sendo executados, então?

Então, com a palavra o Dr. Damázio, para responder.

**O SR. MARCOS CESAR CALS DE OLIVEIRA** - Eu falei a V.Exa. que tinha 35 milhões de demanda e tivemos aprovados 20 milhões.

**O SR. CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA** - Não. Nesse teto, realmente, depende.

Estou falando que há uma dívida histórica. Porque esses recursos estão... O Fundo foi criado em 1994, não é isso, Damázio?

**O SR. WILSON SALLES DAMÁZIO** - Isso.

**O SR. CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA** - O senhor pega a história do Fundo Penitenciário até hoje... A CPI quer realmente enfrentar essa questão?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós pegamos de 10 anos: foi aplicado acho que 1 bilhão e 180 milhões. E este ano a informação é de que vai ser aplicado 1 bilhão e 200.

**O SR. CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA** - Quanto ficou contingenciado? Quanto ficou contingenciado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Não. Nesse período, o que foi aplicado, estou falando.

**O SR. CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA** - Só o que foi aplicado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Tem uns 10 anos.

Só para o Dr. Damázio responder, porque é importante!

**O SR. CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA** - Claro!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Dr. Damázio, sobre o FUNPEN.

**O SR. WILSON SALLES DAMÁZIO** - Dois assuntos aqui que o Dr. Lélío falou, e o Dr. Lélío conhece muito, porque ele é Presidente do CONSEJ, não é, que trata justamente dessa área do sistema penitenciário, e é membro, também, do CNPCP, não é? Também a mesma coisa. Com relação às penitenciárias federais, Sr. Presidente, nós, do DEPEN, em agosto de 2006 — portanto, há quase 2 anos —, solicitamos ao MOG 500 cargos de agentes penitenciários federais, justamente para



atender a essas 2 penitenciárias que estão prontas hoje. Não veio resposta. Em janeiro de 2007 nós sentamos à mesa com o MOG e resolvemos. O próprio MOG propôs já regulamentar a carreira, criar outros cargos. Nós tínhamos uma proposta que o agente penitenciário federal deveria ser nível superior e ele mesmo fazer as assistências. Proposta um pouco polêmica, não resta dúvida, mas era a coisa mais fácil para se fazer naquela época. O MOG não concordou, e mais 4 cargos estão sendo criados dentro do sistema penitenciário federal. Então, em 2007, nós sentamos em janeiro, no primeiro momento, até hoje esse concurso não foi aprovado. Não saiu ainda a autorização para que nós possamos fazer o edital e colocar o concurso na rua. Aí deu nisso o que o Dr. Lélcio falou: 2 penitenciárias federais prontas; os Estados querendo vagas para presos de alta periculosidade; e nós não temos condições de atendê-los neste momento. Estamos até segurando, vendo as prioridades, que é para não estrangular essas 2 que aí estão. Porque vai que de repente ocorre um caso daquele de São Paulo, como já ocorreu em Mato Grosso do Sul, e o sistema penitenciário não tem condições de absorver esses presos? Mas, então, esse problema das penitenciárias federais, o DEPEN foi diligente, em tempo hábil. Agora, a política governamental de criação de cargos e tal, através do Ministério do Planejamento, aí já é outro problema. A liberação dos recursos. Da parte do DEPEN, a única coisa que dificulta um pouco na liberação dos recursos para o Estado é, primeiro, quando o Estado está inadimplente com o Governo Federal. Então, a gente tem que fazer uma mágica para poder liberar aquele recurso. Isso aí já dificulta. A outra é com relação ao projeto que o Estado apresenta. O projeto tem que estar bem instruído: o terreno, tudo direitinho ali, instruído. Tendo isso na mão, o DEPEN não segura o dinheiro nem por um minuto. Agora, tem chegado reclamações pra gente com relação à Caixa Econômica, que, em cada Estado, trabalha diferentemente, às vezes com muitas exigências. Nós estamos revendo isso, mesmo porque o nosso contrato com a Caixa está se encerrando agora, no meio do ano, e começo do segundo semestre. O Dr. Cristiano, que estava aqui, poderia até falar melhor sobre isso. Mas nós estamos pensando em rever esse convênio, para que não haja óbice nenhum aos Estados, a não ser aqueles legais. Se o Estado não cumpre as diretrizes que estão dentro do projeto, do convênio, então não se pode fazer nada. Mas, a nossa proposta é que, tendo



dinheiro... Outra coisa: a divisão do bolo. O bolo, gente, não é tão grande; todos sabem. O Fundo Penitenciário Nacional é um fundo que, no máximo, tem 200 milhões por ano para dividir entre tudo: construção, projetos de ressocialização, tudo aquilo que o DEPEN acompanha e aprova. Este ano, salvo engano, tem algo em torno de 580 milhões, com esses recursos que foram injetados pelo (*ininteligível*). Então, tivemos que dividir. Quanto tem para a construção? Tem isso. Então, chamamos todos os Estados, sentamos à mesa. Tem Estado que chega com projeto de 200 milhões. Eu tenho aqui 200 milhões em projeto. Se eu fizer isso, eu vou entregar a metade do dinheiro que eu tenho disponível para ele. Então, não pode. Então, tem 30 milhões. Ao Estado xis, em razão da população carcerária e dos seus problemas crônicos que existem, podemos dar 30 milhões de reais. "*O que é que o senhor prioriza aqui nesses 20 projetos que o senhor apresentou?*" Então, o Estado vai e diz: "*Olha, eu quero esse, esse e esse*". Então, isso é feito transparentemente, à mesa, com todos os representantes dos Estados e do Governo Federal. E assim foi feito neste ano. Pela primeira vez foi feita uma oficina onde o Estado disse: "*Olha, eu quero priorizar isso aqui*". Lógico que aqueles que não foram contemplados neste ano podem ser contemplados para o ano, se assim o Estado decidir — porque, de repente, pode aparecer uma outra prioridade. Então, é assim que o DEPEN está trabalhando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

Dr. Lélío, para concluir.

**O SR. CARLOS LÉLIO LAURIA FERREIRA** - Sr. Presidente, só agradecer a paciência, aí, e o convite que nos foi feito e pedir a Deus que, realmente, nos ajude. Ajude a vocês, ajude o País, porque só assim a gente vai conseguir enfrentar essas questões da execução penal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Nós agradecemos.

Dr. Pedro Adelson, do Estado da Paraíba, que também é signatário do PDP; assinou o termo.

Quais são as políticas que estão implementadas pelo Estado da Paraíba, no cumprimento do programa de metas do Plano Diretor Penitenciário?

**O SR. PEDRO ADELSON GUEDES DOS SANTOS** - Sr. Presidente, Srs. Secretários de Estado, nós estamos seguindo o Plano Diretor. Fizemos as nossas



prioridades, porque o Ministério manda fazer a prioridade e, como já tínhamos a construção de 6 presídios novos — já inauguramos 6 e estamos para inaugurar 2 —, estamos relativamente em situação confortável, porque estamos abrindo vagas e vamos ficar com uns 15% de déficit. A nossa política tem sido a de abrir vagas não só construindo, mas também resolvendo em nível do Judiciário, para liberar realmente quem já cumpriu as penas e agilizar, sem sombra de dúvida, as audiências e, conseqüentemente, as sentenças. Para isso, temos contado com o apoio do Ministério Público, da Justiça e também da Assessoria Jurídica. Uma preocupação nossa tem sido que nós estamos nesta Secretaria há 4 anos e viemos já de uma Secretaria de Segurança Pública há quase 8; conseqüentemente, com um pouco de experiência na área. Para facilitar todos esses trabalhos de perguntas, nós vamos passar às mãos do Sr. Presidente todo um gráfico que nós fizemos, onde temos aqui, presídio por presídio, região por região, quem é preso masculino, feminino, provisório, condenado, aberto, semi-aberto, capacidade da unidade e déficit. Nós estamos, aqui, com todos esses gráficos e vamos passá-los às mãos do Sr. Presidente. Vamos também passar uma pequena colaboração. Nós fazemos publicação semanal em um dos jornais da capital do Estado sobre o cotidiano dos presídios e fizemos um livretozinho para orientar aqueles que se interessam pelo sistema prisional. Este é o primeiro volume. O segundo está saindo. Talvez daqui a uns 15 dias possamos encaminhá-lo, inclusive, como sugestão, para a crítica da própria Comissão. E passar às providências que nós tomamos junto ao Ministério para a assinatura dos projetos e mais alguma coisa que nós pedimos em nível de Estado: o que depende da nossa Assembléia Legislativa, o que depende do Governador do Estado — como, por exemplo, a Ouvidoria e outras providências. Então, nós também vamos passar às mãos de V.Exa. Uma preocupação nossa, dentro do que a Comissão solicitou, todas essas providências aqui, a gente tem feito da seguinte maneira: primeiro, nós achamos que devíamos ter uma engenharia e uma arquitetura prisional. Isso aí só agora o DEPEN está conseguindo implantar esse sistema, porque já se fez presídios *grosso modo*, o que facilitava fugas, desordens e, acima de tudo, vandalismo dentro do presídio. Então, nós fazemos, na nossa experiência, lá, os pavilhões, que têm que ser separados porque existem os grupos rivais dentro dos presídios, as gangues e facções, que brigam fora e vêm se



acertar dentro do presídios ou que brigam dentro do presídio e se acertam do lado de fora. Nós não podemos fazer uma recreação com todo mundo; um banho de sol tem que ser separado pavilhão por pavilhão. E também pelo comportamento dos presos. Então, nós temos os pavilhões especiais, individuais, coletivos, o seguro e o isolado, porque muitas vezes o cidadão precisa estar garantido. Então, ele tem que estar no seguro. Se ele pratica alguma indisciplina, ele vai para o isolado. E tem o coletivo e o especial. No especial são aqueles que trabalham no sistema prisional. Se colocar um preso que trabalha no sistema prisional, porventura, misturado com os outros, ele passa por um corredor polonês, porque eles acham que ele é um capacho, um cupincha do sistema, embora eles estejam trabalhando e ganhando o dinheiro deles. Agora, precisamos também, nessa arquitetura, de salas para oficinas, lazer, recreação. Precisamos, além das salas de aula, da questão da saúde, do hospital. Se a gente não tiver o hospital, pelo menos as enfermarias, porque é um dos motivos, também, para resgate e para fuga se simular, quantas vezes, de madrugada, uma doença para ir para o hospital. E aí o grupo de resgate já está preparado para isso. Controle, por exemplo, da água, de energia do presídio, tudo tem que ser por fora; não pode ser por dentro do presídio, por dentro da cela. Salas para audiência do Juiz. Nós entendemos que se tivermos, no presídio, sala para audiências, vamos diminuir o número de escoltas. Há muito tempo que nós advogamos isso, esse nosso trabalhozinho, direitinho. Alguns juizes não gostam de sair. Dizem: "*Não. Não vou sair daqui, porque, talvez, lá eu não tenha segurança.*" Tem segurança. Oferecemos segurança ao Juiz. É uma parte, inclusive, separada dos presos — porque a administração também é separada dos presos. A nossa legislação também entendo que precisa ser mexida. Na execução penal, quando se quer mexer na execução penal, tem que ver o arcabouço jurídico, porque tem havido alguns conflitos entre a Constituição, o Código Penal e o Código de Processo Penal. O Supremo Tribunal e os Tribunais Superiores têm, às vezes, rechaçado algumas decisões tomadas em favor da melhor aplicação da pena, porque é incompatível com o arcabouço jurídico. Nós entendemos também que as penas menores talvez tenham mais efeitos e que devem ser cumpridas, porque nós estamos com penas maiores, mas há a facilidade da lei. Por exemplo, um sexto da pena. O cidadão pega 30 anos de prisão e com 5 anos está na rua; pega 20... Nós



estamos falseando a verdade. "*Pegou 30 anos de prisão.*" Então, o que se vê é o seguinte: a família fica revoltada com isso, porque vê o desafeto, o assassino do seu ente querido, passando na sua porta, e aí vai para a vingança privada, aumentando, conseqüentemente, a insegurança. Outra coisa: quando se está numa situação como esta, a pena não previne o crime. Não há uma prevenção, porque o criminoso está se sentindo, inclusive, impune, porque com 5 anos ele está na rua. Ele se sente praticamente impune. A questão do regime. Hoje nós sabemos que o semi-aberto e o aberto têm gerado os infratores na rua. A reincidência, os grandes problemas têm sido esses. Mas, qual é o problema? É que não se está obedecendo à Lei de Execução Penal. Por quê? De primeiro, se exigia o exame criminológico para saber se o preso teria condições ou não de se reintegrar, provisoriamente, à sociedade. Hoje, não. Hoje, o juiz dispensa, alguns juízes dispensam esse exame. Basta a declaração de um diretor. Ora, a declaração do diretor de bom comportamento carcerário não quer dizer condições de se adaptar à realidade da sociedade atual. Outra: ele pode dar por medo; pode dar por coação, no caso; pode dar por corrupção; pode dar para se ver livre daquele cidadão. E aí nós vamos botar o cidadão perigoso na rua. E tem fiscalização? Não tem fiscalização. Nós não acompanhamos a fiscalização. Então, fica uma situação completamente difícil. Sair do presídio, dentro desse sistema, seria para que, segundo a Lei de Execução Penal? Para trabalhar ou para estudar. Como não tem trabalho, ou então eles não vão estudar, o que o Juiz faz? "*Não, vá pra rua, pra você procurar emprego*". E é aí onde está a oportunidade em que se mata, assalta, rouba, etc. Então, seria mais fiscalização nesse sistema da concessão do fechado, na progressão para o semi-aberto e, conseqüentemente, para o aberto, porque, sem fiscalização, daqui a pouco ele está no aberto, e piora a situação. Os presídios também devem estar aparelhados, porque nós temos dificuldades. Em presídios com mil pessoas, como nós temos, entravam, na Paraíba, até 8 mil pessoas, num dia de visita. Nós baixamos para 2 pessoas. Então, são 2 mil pessoas que devem ser fiscalizadas. E aí, a família, que deveria ser a primeira interessada na recuperação do presidiário, ela, pelo contrário, fica assumindo a responsabilidade dele do lado de fora e levando instrumentos lesivos para o presídio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Só uma complementação.



**O SR. PEDRO ADELSON GUEDES DOS SANTOS** - Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Lá na Paraíba, nós tivemos o primeiro Juiz no Brasil a aplicar o monitoramento eletrônico, através da pulseira. Agora o Congresso já aprovou o monitoramento eletrônico do preso através da pulseira. O senhor está afirmando, também, que, muitas vezes, os juízes aplicam uma pena, mas não têm como fiscalizar, até para implementar o conceito da pena alternativa.

O Estado da Paraíba, que foi o primeiro no Brasil a implementar o monitoramento eletrônico, em fase experimental, por um Juiz lá daquele Estado, agora, com a aprovação do monitoramento eletrônico dos presos, aprovado pelo Congresso, e regulamentado, ele tem a tendência de aplicar o monitoramento eletrônico do preso, através da pulseira eletrônica, em boa parte da população carcerária que tem direito a essa aplicação?

**O SR. PEDRO ADELSON GUEDES DOS SANTOS** - Olha, primeiramente, a grande dificuldade vai ser a compra desse material. Esse material, inclusive, pelas melhores informações que se tem, tem uma bateria com durabilidade de 24 horas, por exemplo. E as melhores, dizem o seguinte: o preso, quando vai à rua, ele tem uma extensão, que pode ser usada para carregar a bateria em 220 ou 110. Então, na hora em que ele estiver assistindo à televisão, almoçando, lendo jornal, ele faz o carregamento. Então, nós achamos também que muita gente não vai fazer isso. Deve ir embora com pulseira eletrônica, com tudo, ou a tornozeleira. Porque há essa questão de saber quem deve ou não sair nessas condições. Uma outra questão que eu indagaria é a seguinte: nós não podemos comparar o preso a um animal. Nós podemos controlar, via satélite, etc., um animal, porque ele só tem um comportamento: o peixe estará sempre nadando; o cavalo estará sempre pastando, como o boi; o passarinho estará sempre voando. Agora, o homem tem comportamentos completamente diferentes, porque tem conduta. E é a conduta que interessa ao Direito. Nós não temos a preocupação de dizer: "*Eu quero saber onde o preso está.*" Eu quero saber é o que ele está fazendo. Isso é o que interessa à sociedade, ao Direito. E você quer saber onde está o preso? A Lei de Execução Penal é muito correta: manda sair para trabalhar ou para estudar. Não existe



caminho melhor de se fiscalizar a concessão desse benefício do que se abrir, realmente, o trabalho e...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Mas esse preso que sai para trabalhar durante o dia, à noite vem dormir na cadeia. Nós acompanhamos, em muitas regiões do Brasil, que esse preso que sai para trabalhar durante o dia e vem dormir, à noite, na cadeia, muitas vezes é chantageado pelos demais presos a entrar com drogas na cadeia, a entrar com arma na cadeia. Em como ele vai ter que dormir na cadeia, se ele não entrar, ele vai morrer. Se ele, na saída para o trabalho, não for dar um recado, mandado pelo chefe da penitenciária, para um bando ou a um outro colega de fora, quando voltar, ele vai sofrer represália.

O senhor não acha que o monitoramento eletrônico... Esse cidadão... Por que de dia ele não leva risco para a sociedade e de noite ele é perigoso? Aí vem dormir na cadeia. Que tipo de mente é essa que de dia é boa e de noite é má? Esse tipo de preso, que tem esse direito, esse benefício, se fosse trabalhar e, em vez de vir dormir na cadeia, fosse dormir em casa, com monitoramento eletrônico, o senhor não acha que seria um grande avanço?

**O SR. PEDRO ADELSON GUEDES DOS SANTOS** - Olha, nós estamos fazendo na Paraíba o seguinte: os presídios ficam com os presos de reclusão, e as cadeias e o presídio semi-aberto ficam com o semi-aberto. Porque nós achamos... Essa dificuldade que V.Exa. aponta é quando o presídio tem, a um só tempo, o sistema fechado, o aberto e o semi-aberto. Porque o cidadão que vai para a rua, quando ele retorna, ele retorna como um da casa. Então, a fiscalização já é mais difícil. Ele pode entrar com droga, com arma etc., e vai cumprir missão, lá fora, dos outros presos perigosos. "*Ou você faz isso, ou então você pode ser morto aqui.*" "*Você vai receber sanções, sua família vai receber sanção.*" Para evitar isso, então, nós temos o presídio semi-aberto. E agora, o que nós estamos fazendo? Quando inauguramos um presídio, deixamos o presídio antigo para o semi-aberto, casa de albergue, etc. É o que nós estamos fazendo para dar solução a esse problema. Então, os presídios precisam, conseqüentemente, estar bem aparelhados, porque essa questão da separação dos grupos e dos desafetos dentro dos presídios e a luta para fugar... Se ele souber que o presídio tem o piso concretado, que as paredes são concretadas, que não adianta cavar, que tem muro de proteção, que está bem



organizada a segurança do presídio, ele reluta muito em pensar. É uma coisa que ele já deixa de fazer, e a família, de levar armas, de levar instrumentos para que ele serre grades, etc., etc...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Dois minutos para concluir.

**O SR. PEDRO ADELSON GUEDES DOS SANTOS** - Pois não.

São muitas coisas, e a gente gostaria de discutir melhor as situações, porque eu acho que nós temos que mexer no arcabouço jurídico, em tudo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Neucimar Fraga) - Claro, claro.

**O SR. PEDRO ADELSON GUEDES DOS SANTOS** - Porque não adianta uma só solução. Uma tornozeleira resolve? Tem ene indagações a respeito. Uma sala de videoconferência resolve? Tem ene indagações a respeito. Nós botamos uma, mas uma só não resolve, porque num presídio eu tenho mil detentos. De mil detentos, eu tenho a metade que está sendo provisório. Sendo provisório, eu, com uma sala só, posso ter condições de resolver as audiências e organizar essas audiências com as varas de execução penal do Estado? Não. Então, eu tenho que ter várias salas de videoconferência. E outra coisa: e o custo? E este pessoal que vai operacionalizar essa videoconferência vai ganhar muito mais do que o meu diretor, do que o meu agente, etc. Eu crio um problema, também, dentro do próprio presídio. Então, eu queria dizer a V.Exa. que nós temos presídios femininos. Temos 2 e agora já criei mais um terceiro. Dois foram preparados para isso.. O que está faltando é justamente creche e berçário, que estamos resolvendo dentro das próprias celas, fazendo de uma cela um berçário. Estamos fazendo. E abrindo mais 2 presídios femininos na região do sertão para colocar as mulheres, também, como manda a Lei de Execução Penal. Como nós estamos fazendo nos presídios regionais, colocar os presos junto dos seus familiares. É o que estamos fazendo. Quanto à apreensão de celulares, nós temos uma média de 300 a 400 celulares por ano, mas, quando passamos a usar os portais eletrônicos e mais os detectores de metais e a maior vigilância, a coisa desceu sensivelmente. Temos 82 estabelecimentos penais, 62 cadeias e 20 presídios. Os presos trabalham, e esse trabalho é remunerado, e, além do mais, os que estudam também. Na Paraíba tem um fato novo, que, quem estuda 72 horas/aula tem remissão de 24 horas na pena.



Temos esse sistema. Então, toda a nossa alimentação é feita pelos presos, toda a nossa limpeza é feita pelos presos, toda a farinha consumida no sistema é feita pelos presos. Há, ainda, o pão: 70% nós atendemos, também, pelas nossas padarias. Temos gráfica, temos um artesanato no feminino muito bom, inclusive com o algodão colorido, que foi feita exposição, inclusive, por pessoas que compraram até em Paris e muito vendido. E fazemos, ainda, além da gráfica, prótese dentária, fazemos 30 mil bolas, pelo projeto Pintando a Liberdade, e fizemos projeto com firmas outras particulares e estamos fabricando outras 30 mil. Fazemos luvas para prestação de trabalhos manuais. E, no fim das contas, por tudo isso nós remuneramos o preso, e eles, na verdade, estão ganhando e reduzindo suas penas. Os presídios, na verdade, têm uma superlotação, mas, como estamos inaugurando esses presídios — são 8 novos —, os presídios antigos estão sendo recuperados, porque, senão, eu estaria substituindo vagas. Mas, com os novos, estamos criando vagas, porque estamos mantendo as vagas dos presídios anteriores. Acho que o prazo é esse, o suficiente. Para mais alguma coisa, estou aqui à disposição. Reincidência, 70%; escolta, somente na Capital, nós fazemos de 90 a 100 diárias; em Campina Grande — porque o centro de detenção da Paraíba é praticamente João Pessoa e Campina Grande; só agora está sendo regionalizado —, fazemos de 40 a 50 escoltas. Isso, através da Polícia Militar, nos casos mais difíceis, e, nos mais simples, nós fazemos com os agentes prisionais. Para mais alguma coisa, estou aqui à disposição dos senhores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - Deputado Dutra.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Queria só perguntar ao Dr. Adelson se todos os detentos trabalham e estudam.

**O SR. PEDRO ADELSON GUEDES DOS SANTOS** - Não. Todos, não.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Qual é o percentual?

**O SR. PEDRO ADELSON GUEDES DOS SANTOS** - Uma parte. Talvez, uns 50%, incluindo o pessoal que trabalha na Casa. Nós temos, inclusive, trabalho de presos, o que é muito difícil no País, em sistema de reclusão. Mas algumas Prefeituras aceitam. Guarabira, por exemplo, aceitou. Então, nós fazemos com preso de reclusão, o que não é muito fácil. Agora, no sistema semi-aberto, o Estado absorve um bocado e algumas indústrias têm absorvido um bocado, afora o trabalho



que fazemos internamente. Nos trabalhos internos, inclusive, estamos implantando até um sistema, agora, de produzir o nosso material de higiene e limpeza. Então, os presos têm a sua remuneração. Na parte do presídio agrícola, que nós temos 2, eles plantam, também, para ele. Uma parte a gente consome nos presídios, e a gente compra pelo trabalho deles. Nós pagamos. E o restante eles vendem, e o dinheiro é distribuído para a família.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Os administrativos são remunerados pelo Estado, os que ajudam na manutenção?

**O SR. PEDRO ADELSON GUEDES DOS SANTOS** - Perfeitamente, eles são remunerados pelo Estado, os que trabalham na limpeza do presídio, os que trabalham nas padarias, os que trabalham nas casas de farinha, os que trabalham na alimentação. E é um meio que a gente tem de tirar o preso dessa atividade ociosa ou até inatividade, vamos dizer, para colocar para trabalhar, e ele tem, além da sua remuneração, a remissão da pena de 3 dias de trabalho para 1 de remissão.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Na sua opinião, o senhor está dando informações bem otimistas de que, lá, 72 horas de estudos, 1 dia de remissão, os que trabalham também 3 dias de trabalho, 1 dia de remissão. Na sua opinião, por que a reincidência é tão alta igual aos outros Estados que têm pouco estudo e pouco trabalho?

**O SR. PEDRO ADELSON GUEDES SANTOS** - Porque nós estamos com 85% de crimes hediondos, começa daí, que é mais difícil a recuperação e, geralmente, não quer trabalhar, quando nós... nem tampouco estudar. Nós oferecemos sala de aula, começamos com 40 presos, não dá 1 mês nós só temos dez ou doze. O trabalho, a mesma coisa. Quando se coloca, o cidadão quer trabalhar na cozinha porque é uma porta aberta para o mundo, para mandar ordem, para receber droga, para passar droga. Então, nós tiramos, então... Aí é onde está o grande problema. E fizemos um plano para a redução do analfabetismo, encontrei... No primeiro ano, recuperamos 2% do total de 25% dos presos analfabetos, no segundo ano, nós já subimos para 12% e, no terceiro ano, nós subimos para 18%. Isso o DEPEN, através do Ministério da Justiça, adotou esse plano, que é em conjunto com a Secretaria da Educação, a UNESCO também e o Governo japonês e estendeu para os outros presídios.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, só perguntaria ao depoente quais são as suas sugestões para poder reverter esse quadro.

**O SR. PEDRO ADELSON GUEDES SANTOS** - Olha, eu acho que nós temos de trabalhar dentro dessa realidade que estou dizendo, na realidade prisional, porque a gente tem que saber que estamos pegando um produto que, na verdade, não teve lar, não teve escola, foi abandonado pela sociedade, pela família etc., e se culpa o sistema prisional porque o preso está lá e, dentro de pouco tempo, pelo que oferece a nossa legislação, ele está na rua e devia sair totalmente ressocializado. Então, com os presídios superlotados, sem essas condições de a gente ter as salas de aula, ter as separações necessárias para mudar através de educação, porque nós devíamos ter nos presídios mais educação, mais pedagogos, mais assistentes sociais, mais psicólogos, para resolver todos esses problemas, e a legislação também colaborar nesse sentido, porque o que estamos vendo é isso. É que o preso está se sentindo impune porque ele faz um ato dentro do presídio para ir para o semi-aberto. Se disser assim: o bom comportamento etc. Não se consegue, dentro de um presídio, descobrir a realidade de um acontecimento infracional dentro de um presídio. Qual é a lei do presídio? É a lei do mais forte, é a lei do silêncio. Então, quando acontece um crime, uma infração dentro do presídio, quem se apresentar, a gente recebe com reserva, porque não é aquele, absolutamente não é. E ninguém quer descobrir a verdade. Quando todo mundo aponta um, não é aquele. Ou ele está assumindo à força ou, então, está assumindo para não morrer. Então, essa realidade, a gente precisa ver, e essa realidade, a gente só pode trabalhar se nós tivermos uma observação perfeita dentro do presídio, não só com os agentes prisionais. Nós temos de trabalhar com essa separação que estou dizendo, dentro do presídio, para evitar essas condições, porque com a superlotação do jeito que está, numa cela em que só cabem doze, nós estamos botando trinta e seis, aí tenha a santa paciência! E, sem condições de separá-los, garantir a vida de cada um. Porque quantas vezes ele quer até colaborar, dizer, mas ele pode ser morto. Então, nós precisamos ter a garantia de lhe dar um presídio onde ele fique seguro, como a gente chama o seguro, para poder ele ter a informação correta a prestar à Justiça e ao sistema prisional.



**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Há algum programa de assistência ao egresso e às suas famílias?

**O SR. PEDRO ADELSON GUEDES SANTOS** - Não, nós tínhamos, nós tínhamos o Fundo Penitenciário Estadual, mas, por uma legislação federal, o Presidente do Tribunal com o Governador tiveram de cumprir, nós tínhamos 10% das custas judiciais, essas foram retiradas. Foram retiradas inopinadamente, de uma vez só. Então, não tivemos condições de implantar no orçamento do Estado algo que substituísse aquilo que foi retirado, que representava para nós em torno de 80 a 100 mil reais por mês, que nos garantia, vamos dizer, quando saísse um preso, a gente oferecer o material de encanador, o material de engraxate, o material de padeiro, de marceneiro, de mecânico e outros que ele tivesse atividade. E isso nós não tivemos condições de fazer, depois dessa extinção do fundo penitenciário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - Secretário Pedro Adelson, o número de defensores públicos que ficam à disposição do sistema penitenciário paraibano.

**O SR. PEDRO ADELSON GUEDES SANTOS** - Olha, nós temos, em todos os presídios, defensor público. Agora, o problema é que eles trabalhem. Nós estamos mandando a frequência negativa de muitos deles. Nós temos presídios com 2, 3, até 4 assistentes, mas, em compensação, eles não trabalham. E aí a nossa grande dificuldade. Nós fomos fazer a contratação de pessoal, através do fundo penitenciário, para que advogados prestassem serviços com tudo isso, que nós tínhamos, inclusive, diminuído sensivelmente o número de vagas, porque tiramos muitas pessoas que deviam estar nas ruas, deviam estar soltas e estavam presas. Mas o Tribunal de Contas glosou, acho que nós não podíamos fazer isso. Nós fizemos um convênio com a OAB e fizemos com algumas universidades. E elas estão trabalhando conosco, servindo de campo de estágio para fazer esse trabalho que o assistente penitenciário devia fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - O número de agentes penitenciários que são efetivos e daqueles que são prestadores de serviços.

**O SR. PEDRO ADELSON GUEDES SANTOS** - Nós só temos 160 efetivos, porque o concurso foi realizado há 30 anos atrás. Temos 900, que são *pro tempore*.



Só agora estamos fazendo um concurso para 2 mil vagas, e a prova vai ser no dia 8 agora de junho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - E o número de agentes penitenciários que o sistema necessitaria para dar assistência a todo o sistema penitenciário da Paraíba?

**O SR. PEDRO ADELSON GUEDES SANTOS** - Nós podíamos solicitar mais um pouco, mais de 2 mil, porque 2 mil só vai representar quinhentos. Porque nós trabalhamos 24 por 72 horas, que é um grande problema também. No nosso concurso, nós temos 31 mil inscrições para 2 mil vagas. No vizinho Estado de Pernambuco, nós temos quase 12 mil inscritos; do Ceará, 5 mil; do Rio Grande do Norte, 2 mil e pouco; Alagoas, outra quantidade. A nossa preocupação vai ser no seguinte: é que o cidadão que mora lá fora vai querer o emprego e vai pagar ao que é do Estado, para dar a prestação do serviço dele. Nós temos que mudar essa legislação, para não permitir essa substituição, porque ele trabalha 2 dias na semana. Dois dias apenas na semana: 24 por 72 horas. É muito pouco para a gente pedir a fixação dele no local de trabalho. Isso acontece com os delegados de Polícia, isso acontece com os agentes penitenciários, isso acontece com os policiais militares. Nós podíamos ter mais gente usando o mesmo pessoal, com uma melhor disciplina e uma melhor remuneração.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - Com relação a fugas, diminuiu o número de fugas e também de rebeliões que aconteceram no ano passado e esse ano?

**O SR. PEDRO ADELSON GUEDES SANTOS** - Nós diminuimos sensivelmente o número de rebeliões, passando a oferecer melhores condições; primeiro, de alimentação. A UNESCO esteve lá agora e constatou que nós tínhamos uma das melhores alimentações fornecidas. Nós temos um nutricionista, nós temos uma alimentação muito melhor. Não há uma rebelião por problema de alimentação. Oferecemos proteína 2 vezes por dia, dentro da *per capita*, fiscalizando exatamente para que não exceda. Porque até mandar quentinha para o policial, lá no alojamento dele, nós fizemos, porque o policial ia para o refeitório e, quando chegava lá, olhava para o preso e dizia: "*Bota 4 bifes para mim.*" Quando ele botava quatro faltava para outro preso. Então, nós mandamos a quentinha para lá, justamente para resolver



essa situação. Então, com uma alimentação melhor, com mais questão de saúde, com mais proteção na escola, facilitando a proteção dos direitos e a permissão da entrada das famílias, conseqüentemente, nós melhoramos sensivelmente tanto as rebeliões como as fugas. Recentemente, tivemos uma grande fuga, que foi em Campina Grande, por negligência, por incompetência de agentes, por um presídio antigo de mais de 30 anos, fora da realidade prisional — é o que eu digo aqui, a construção prisional tem que ser diferente —, onde policiais vão para a guarita, levam televisão, levam rádio e ficam alheio à prestação da observação que eles devem fazer. Entre uma guarita e outra, 36 presos saíram um atrás do outro, num buraco só, disputando a tapa para ver quem entrava primeiro, e não foi visto pelo policiamento. Tenha a santa paciência! Nós estivemos lá imediatamente, fizemos a substituição de todo mundo. Abrimos um inquérito, um inquérito nosso, administrativo, um inquérito policial militar e pedimos a presença do Ministério Público e da OAB para acompanhar essa situação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - O senhor considera que, nas fugas, tem omissão ou tem conivência de alguém do sistema?

**O SR. PEDRO ADELSON GUEDES SANTOS** - Mas a fuga é sempre com conivência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - Conivência.

**O SR. PEDRO ADELSON GUEDES SANTOS** - Sempre. A fuga sempre tem conivência de alguém. Nós já botamos... Nós já botamos. Eu quero ser mais... Toda vida perguntam e eu digo: foi negligência. Mas geralmente o inquérito apura a conivência. Essa que é a grande realidade. Quando se facilita a saída do preso para ir... Nós tivemos preso que sai para ir para o hospital, para ir para o médico, quando chega lá o resgate já está esperando. E aí se toma o preso na maior facilidade. Conseqüentemente, nós estamos vendo que há uma proteção. E já tiramos, no nosso sistema, mais de cinquenta em função disso. Uns, porque são *pro tempore*, nós fazemos uma mera sindicância e colocamos para fora. E quem é do sistema estatutário nós fazemos um inquérito e colocamos para fora, porque não vamos admitir um bandido tomando conta de preso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - A última pergunta...



**O SR. PEDRO ADELSON GUEDES SANTOS** - E a entrada de arma, a entrada de celular, a fuga de preso nós achamos uma das maiores infrações dentro do presídio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - Muito bem. Agora só a última questão com relação ao número de mortes que aconteceram dentro do sistema. O que ocasionou isso aqui, se era briga de quadrilhas, de gangues? E também eu sei que não é da competência, mas o acompanhamento de presos que, ao saírem do sistema penitenciário, quer dizer, são assassinados, ou são executados.

**O SR. PEDRO ADELSON GUEDES SANTOS** - São mortos do lado de fora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - Então, se a Secretaria tem essas informações.

**O SR. PEDRO ADELSON GUEDES SANTOS** - Olha, a morte dentro do presídio sempre acontece por acerto de contas, ou de grupos que brigam lá fora, ou brigam dentro do presídio e uns pagam pelos outros. Quantas vezes uma briga de gangue lá fora não se pode resolver entre a gangue que está lá fora e resolve entre participantes que estão dentro do presídio. Depois, é a briga por droga. Não se dispensa a dívida prisional. Não se dispensa! Comprou, não pagou, o caminho é a morte. Não tem perdão. Outra, preso que rouba preso, não se preocupe, paga com a vida. Eles chamam rato de presídio e eles não toleram. E qualquer pessoa que delatar um outro preso também é sinal de que vai morrer. E é difícil a gente saber disso porque eles vão para um galpão — não é, que lá tem, vamos dizer, 100, 120 homens —, e nós não temos como proteger, em determinadas horas da noite, o presídio. Quando vai se achar o cadáver, é na manhã seguinte, geralmente na hora do banho do sol, quando a gente vai olhar os presídios, encontra 1 ou 2 mortos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - É, muito obrigado. Agora...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, eu queria só completar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luiz Couto) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Eu queria perguntar para o Dr. Pedro que sugestão o senhor tem, no Estado — e aí serve para os demais —, de fonte de financiamentos, para não esperar somente recursos orçamentários.



O senhor disse que foi suprimida a questão das taxas judiciárias. Que sugestão o senhor tem para a gente poder recomendar para os Estados fontes alternativas de financiamentos?

Perguntaria também sobre o número de mandatos a cumprir, escoltas e o custo *per capita* de preso.

**O SR. PEDRO ADELSON GUEDES SANTOS** - O custo *per capita* de preso é em torno de 1.200 reais. É o que eu estou dizendo aqui. Aí não estão incluídas as questões das escoltas da Polícia Militar. Nós não estamos incluindo. Estamos falando naquilo que custa para nós um preso. O difícil também é uma sala, uma vaga para nós. Ela está custando em torno de 14 mil reais. E já está reajustada para quase dezessete, uma vaga no presídio, porque os presídios têm que ter essas condições preestabelecidas que dissemos aqui, de segurança. Têm que ser devidamente concretadas paredes, pisos, etc. Evitar grades. Estamos fazendo hoje com *brises*, porque não tem como serrar. Porque, para cerrar uma grade, eu digo ao senhor, basta um barbeador; a lâmina do barbeador é tirada e colocada, através de fogo no cabo do barbeador da escova; e cada preso fazendo isso, dentro de pouco tempo, eles serram uma grade; dentro de pouco tempo, eles têm um estilete de grande precisão. E, se nós colocarmos uma *brise*, ele tem que bater com ferramentas para chamar a atenção. E, aí, nós estamos tomando essas providências. Mandados de prisão. Eu não posso...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Escoltas.

**O SR. PEDRO ADELSON GUEDES SANTOS** - Escoltas, eu disse a V.Exa. que nós temos, na capital, em torno de 80 a 100 escoltas diárias; em Campina Grande, de 40 a 50; e, no interior do Estado, dependendo do presídio, nós temos também. Agora, nós temos Vara de Execução Penal em João Pessoa, em Campina Grande. E, nos presídios regionais, o juiz, onde está a sede do presídio, fica como juiz de execução penal. E, nas cadeias públicas, onde tem a cadeia pública, é o juiz da execução penal local quem é o juiz de direito local, que é o da execução penal.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Qual é a fonte de financiamento, as fontes estaduais de financiamento?

**O SR. PEDRO ADELSON GUEDES SANTOS** - Somente o Estado, o nosso orçamento para o sistema prisional. Nós não recebemos nenhum outro. Nós lutamos



inclusive para ver se a iniciativa privada colabora em alguns dos nossos projetos de recuperação de apenados, mas infelizmente nós não conseguimos. Ninguém quer aplicar nada ao preso. Quando eu estou nas reuniões e me perguntam: “Por que você não bota os presos para trabalhar?” Eu digo, é isso o que eu quero. Quanto você quer na sua empresa, ou na sua casa, ninguém quer. Então, seria a oportunidade de se facilitar para a empresa privada algum benefício, ou no financiamento, ou na redução de impostos, para poder estimular a que as empresas assumissem. Porque, como disse o Dr. Lauri, com muita precisão, a execução penal só ocorre da iniciativa privada também. Todos têm obrigação de colaborar com a execução penal, mas muitos não querem colaborar, porque, infelizmente, acham que o preso é o resíduo, é o lixo da sociedade, e não quer dar a menor atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Sr. Relator, mais alguma pergunta?

Eu estava consultando aqui o Relator se nós estamos em regime fechado, porque ninguém pôde comer nada até agora. Nem aquela situação que nós vimos lá no Estado do Ceará nós...

**O SR. PEDRO ADELSON GUEDES SANTOS** - No regime fechado, tem alimentação. Está muito pior. No regime fechado, tem alimentação em todos os presídios.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Aqui não, para você ver como é pior aqui. Aqui, não é só execução penal não; é penal e estomacal também.

Bom, nós vamos passar a palavra agora à Dra. Maria do Socorro, do Estado do Maranhão, para que ela possa também fazer a sua intervenção.

**A SRA. MARIA DO SOCORRO MORAIS RAMADA** - Relator, eu vou responder a algumas coisas. Sr. Presidente, Sr. Relator, eu tenho algumas informações atualizadas para entregar à Mesa. E, com relação a algumas perguntas que foram feitas, temos: um número de presos de 5.463 presos; provisórios, 1.898; sexo masculino, 4.908; feminino, 173. Número de vagas: 1.800. Temos 12 unidades no Estado. Reincidência de 63%; déficit de 3.663. Custo do preso: em torno de 950 reais. Valor da vaga: 22 mil; remuneração dos agentes penitenciários em torno de 1.570 reais. Temos um número de 383 agentes penitenciários; 36 inspetores, num



total de 419 para servir as 12 unidades do Estado. Temos 310 presos que estudam; e envolvidos em programas de laborterapia 601 presos; remuneração do preso três quartos do salário mínimo. Que estão em trabalho 154. Nosso sistema de INFOPEN, preenchido 100%, inconsistência 0%. Criamos 1.408 vagas para o ano de 2008. Também temos o problema com a Caixa Econômica. Estamos..., há 180 dias, em que os processos de 4 presídios estão na Caixa Econômica para aprovação. Toda documentação enviada ao DEPEN, a Caixa Econômica pede a mesma documentação que está nos autos. Então, inviabiliza muito. Passa 15, 20 dias para solicitar um documento. Então, nós estamos com o prazo já extrapolado, inclusive de aprovação dos projetos para início das obras. Investimento, constando no PPA: 8 milhões e 500 mil para o sistema penitenciário; valor recebido do DEPEN, em 2007, 21 milhões, 689 mil, 995 reais e 6 centavos; mandados de prisão temos 13.800. Óbitos, em 2008, nove. Todos crimes, dentro do presídio, de gangues, entre presos, os óbitos. Egressos temos 366. Assistência jurídica, 1 advogado e 10 estagiários para todas as unidades. Defensoria Pública somente na capital, no estabelecimento da capital, e 3 defensores para 9 unidades. A sugestão de tudo o que ouvi, eu acho que temos que investir mesmo na educação do preso. O preso não é excluído apenas dentro do presídio; ele já vem excluído da sociedade. Não existe uma ressocialização do preso. Ele nunca foi socializado. Eu converso com o preso. Eu também estou no cargo de Coordenadora-Geral dos projetos do presídio, então, converso, tenho contato com os presos. E a gente verifica que a questão da reincidência nossa é só 63%. Mas a reincidência deles, não só a questão do trabalho... Eu observo quando eles voltam e eu vou conversar e pergunto por que eles voltaram. “Ah, porque...” Tinha emprego? “Não, até que eu tenho uma profissão, mas sabe, eu venho para cá, eu me alimento e tal”. Então, ele já saiu de lá do presídio educado para o crime. Mas ele, no seio da família dele, ele também não foi educado. Nós temos um pouco de instrução. Nós vivemos numa sociedade que ela divide. Existe uma linha imaginária. Então, quando o preso... A maioria do presídio, se nós formos buscar eles moram em periferias. Se formos buscar a família, ele tem um pai alcoólatra, ou ex-presidiário, uma mãe também ou prostituta, ou ex-presidiária; ele está sozinho no mundo. Então, nós temos exemplo dentro da Secretaria de Segurança que os detentos, os internos convivem com os delegados,



convivem conosco. E nós estamos ali com um certo comportamento, a tendência dele é imitar o nosso comportamento. E esses internos que estão conosco nós percebemos que aí sim eles começam a se sociabilizar, eles começam a ter um outro comportamento e começam a rejeitar o crime e passam a ter a idéia de que o crime realmente não vai dar uma vida boa para ele. Nós temos o caso de um interno que ele foi condenado a 46 anos. E esse interno, ele chegou a fazer faculdade, fez Educação Física, fazia faculdade, e morava aqui em Brasília, e cometeu delitos. Bom, quando ele retornou a São Luís, ele encontrou, trabalhando no sistema penitenciário, alguns colegas de infância e colegas que compartilharam de escolas particulares com ele, e ele trabalhando lá. E perguntaram: “Ei, o que tu estás fazendo aqui? Trabalhando?” “É, mais ou menos.” “Mais ou menos como?” “Não, eu sou interno.” “O que tu fizeste?” “Não, algumas coisas e tal.” E ele ficou com vergonha. Então, eu percebo que se eles entram num presídio, e eles têm um acompanhamento psicológico e educação, se eles trabalham na parte da instrução e na parte da ética de convivência, aí dá para ressocializar o preso, mas só fazer um trabalho de apresentar cursos profissionalizantes, no íntimo do preso, ele não sai ressocializado, ele aprende a fazer um artesanato, ele aprende a trabalhar com cartucho, mas lá fora, ele não tem como trabalhar. Não existem cooperativas dentro do presídio, não existe um trabalho de cooperativa. Ele sai, ele tem a profissão dele, mas ele volta a delinqüir, porque ele não foi educado para trabalhar, para conviver na sociedade, ele não foi educado. Então, eu acho que antes de pensar no sistema prisional como uma forma de punir, poderíamos mudar um pouco e pensar no sistema prisional numa forma de educar. Educar, não reeducar, mas educar, porque muitos entram ali sem educação mesmo, sem educação, sem regras, sem limites. E não é a educação a instrução que eu estou falando, eu estou falando naquela educação que nós, os pais, nós, no dia-a-dia, educamos os nossos filhos, limitamos, orientamos: “Isso é certo, isso é errado. Se você fizer isso, você vai ser punido, você vai...” Eles não têm essa visão. Muitos vêm de famílias que moram em quartos, pai, mãe, filhos. Os pais mantêm relação sexual na frente dos filhos. E as meninas de 10, 11 anos, elas se prostituem, porque elas acham que aquilo é natural. O consumo da droga dentro de casa é natural. Então, veja, se os nossos filhos copiam as palavras, se os nossos filhos copiam nossos hábitos, então as crianças e os



adolescentes copiam os atos dos pais. A questão se insere... sempre a questão primordial é a educação. Se nós não educarmos os detentos, para que eles possam conviver em sociedade, tenham limites, eles vão delinquir, mesmo tendo profissão. A sugestão também com relação às celas individuais. Evitar que os crimes cometidos em celas... Oito presos numa cela, eles, com certeza, eles vão praticar violências com relação a um preso, que ele é, digamos, é um preso que não é um marginal. Ele está lá não como um marginal, ele teve a infelicidade de cometer um crime, mas ele... Porque nós sabemos que no caos em que nós nos encontramos, o Brasil, o sistema penitenciário não faz uma..., não segrega, não separa preso. Então, dentro da cela tem o psicopata, tem o que foi..., o traficante e tem aquele que furtou a bicicleta, que furtou uma quantia em dinheiro pequena, mas ele está lá, porque ele não tem um advogado para tirar e... provisório. Então, nesse caso, eu penso que a cela individual... Até nós, que trabalhamos com projetos, poderemos colocar o preso na educação, como? Nós vamos agora, no Maranhão, nós vamos fazer uma campanha de doação de livros, mas eu já percebi, já conversei com alguns presos e perguntei: Se você tiver um livro aqui? Ele diz: "Ah, mas eu não vou conseguir ler, porque os outros não vão deixar eu ler". Então, uma superlotação não tem como, existe sempre a influência dos outros presos. Penso que as celas individuais ajudam bastante. Educação e trabalho obrigatório, sim. Educação e trabalho obrigatório, porque se nós não educamos nossos filhos, e, Deus nos livre um deles vai para o presídio, e se ele não gosta de estudar aqui fora, lá dentro ele também não vai querer estudar. Se ele não gosta e trabalhar aqui fora, lá dentro também ele não vai querer trabalhar. E nós temos esse problema também, oferecer ao preso educação ele não aceita, ele não vai para a sala de aula. Oferece ao preso trabalho profissional, ele não quer. E ele pergunta logo: "Eu vou ganhar o quê com isso?" Geralmente eles perguntam. Se tiver mais... Eu tenho algumas informações aqui se o senhor tiver interesse.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Eu queria só pedir à Sra. Maria do Socorro que falasse um pouco das mulheres, das crianças no sistema; sobre o número de escoltas e se a senhora sabe o custo que isso dá para Estado; se o Estado do Maranhão tem algum programa de assistência para o egresso. O próprio DEPEN já declarou aqui que muitas vezes o preso, ao sair da cadeia, sair do



estabelecimento, ele não tem nem o dinheiro da passagem, já que a maioria esmagadora dos que estão presos são de origem pobre, de família desestruturada, como a senhora se referiu, sem instrução e ainda sai com atestado de preso sem nenhum tostão no bolso. Então, mais uma vez, é o Estado que está falhando. Então, eu pergunto para a senhora se o Estado do Maranhão tem alguma política. Pois, apesar da Lei de Execução Penal estabelecer que pelo menos durante 2 meses o Estado tem que garantir, pelo menos, habitação para o preso, a gente verifica o contrário. Então, pergunto para a senhora se tem algum programa de assistência.

A senhora informou aqui que apenas trezentos e dez estudam, de cinco mil quatrocentos e sessenta e três. Sobre o número dos que trabalham, eu não anotei direito. Mas eu pergunto para a senhora: qual é a sugestão que o Estado do Maranhão tem para fazer com que o maior número possível de presos possam estudar e trabalhar? A penitenciária, que no passado era agrícola, virou só penitenciária. Eu pergunto para a senhora: tem algum preso trabalhando em atividade agrícola? Gostaria que falasse também sobre a alimentação.

**A SRA. MARIA DO SOCORRO MORAIS RAMADA** - Com relação à escolta, eu não tenho o número preciso, só de quantos agentes nós temos, número reduzido, 17 agentes para fazer escolta na capital. O número de presos que trabalha, o senhor não anotou, é cento e cinqüenta e quatro, que trabalham.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Cento e cinqüenta e quatro dá menos de 1%. Então, nós temos aí 5.300 presos totalmente ociosos.

**A SRA. MARIA DO SOCORRO MORAIS RAMADA** - Nós temos... Nós não temos ainda nenhum trabalho com egresso, o Estado, porque o Plano Diretor, como já foi falado, vai nos subsidiar, nós vamos começar a trabalhar em cima do Plano Diretor, o Estado formou uma equipe, essa equipe vai se atualizar e vai tentar até 2011 todas as metas... Creio que até o final do ano pelo menos 50% das metas nós vamos cumprir, do Plano Diretor. Temos 4 metas já alcançadas. Com relação... E o trabalho com o egresso é um trabalho que nós vamos iniciar agora em julho. Nós vamos tentar fazer parceira com ONGs para criar patronatos. O Estado também está com intenção, e com certeza isso vai acontecer agora em julho, de alugar um imóvel para a inauguração da Casa de Albergado e Egresso, feminino, porque nós temos só masculino; construção do presídio feminino. Com relação às mulheres nós temos



uma população carcerária de 173 feminino; nós temos 3 berçários e 6 seções para gestantes parturientes ou similares. Não temos creche ainda, será construído no presídio feminino, que ainda está em aprovação na Caixa; são 210 vagas para todo o Estado. E o projeto desse presídio ele tem berçário, tem sala para gestante. O senhor poderia repetir? Mais alguma pergunta?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - É basicamente isso. Qual o tempo de permanência da crianças com as mães?

**A SRA. MARIA DO SOCORRO MORAIS RAMADA** - Seis meses.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Bom, antes de passarmos a palavra ao representante do Estado de Alagoas, Tenente-Coronel Paulo Sérgio, vou fazer uma rápida observação.

Alguns Deputados membros da CPI, e que também são Deputados de outras Comissões, têm permanentemente se preocupado com as questões orçamentárias e financeiras específicas de cada Comissão e de cada Comissão Parlamentar de Inquérito. Ouvimos aqui, da parte do Dr. Damázio, a referência à situação do Fundo Penitenciário, a inexistência da abrangência de recursos que possa representar o atendimento à demanda dos Estados. Mas é do conhecimento, eu creio, que de todos os que integram o sistema carcerário brasileiro, que a Procuradoria da República, no ano passado, por iniciativa do Procurador Wellington Marques, encaminhou à Justiça Federal uma ação civil pública para tentar reverter o contingenciamento de recursos do Fundo Penitenciário e a restituição ao mesmo de aproximadamente 85 milhões de reais, que haviam sido indevidamente retido. A legislação complementar que rege a gestão dos fundos, sobretudo a Lei de Responsabilidade Fiscal, ela afirma que os recursos que são aplicados a partir da constituição de fundos não pode ter destinação diversa da lei aprovada para a criação do fundo. Isso se aplica integralmente à lei complementar e à execução do FUNPEN.

Um outro aspecto que mereceria uma investigação análoga a dos outros sistemas é de que o que é investimento num exercício fiscal, com o apoio do Fundo Penitenciário para os Estados, no exercício seguinte passa a ser custeio para os Estados. Então, se o Estado tem na sua estrutura orçamentária um percentual ou um valor monetário que responde desde pagamento dos salários, manutenção,



alimentação, financiamento de programas, acompanhamento das audiências, etc., etc., no momento em que o Estado constrói 1, 2, 3 novos presídios ou amplia num determinado percentual as suas vagas com incremento de recursos do orçamento federal do Fundo Penitenciário, nos anos subseqüentes a manutenção dessa nova estrutura passa a exercer uma pressão de custeio sobre o Tesouro estadual. Se não for acompanhado de um sistema complementar de financiamento, como é o SUS, como nós aprovamos aqui no Fundo para Educação Básica, nós vamos criar um sistema em que ele, com uma mão, complementa a expansão das vagas no sistema prisional, e nos anos subseqüentes não haverá mão alguma do Governo Federal para poder assegurar a qualidade ou a manutenção desse padrão de atendimento.

Eu observava há pouco na Internet que, dos 36 itens contidos Plano Nacional de Política Penitenciária, todos eles implicam em custos. O primeiro deles é o mais amplo: reverter o contingenciamento na execução dos recursos do FUNPEN. O primeiro deles. É o primário. Reverte-se à atual política de contingenciamento dos recursos do Fundo para fins de política monetária, para formação do superávit primário.

Então, nós estamos numa situação que talvez enseje a preocupação com a criação de um sistema único prisional. Ou seja, quanto custa a manutenção de um preso para que essa manutenção responda à qualidade prevista na Lei de Execução Penal? É o que na educação, analogamente, chamamos de custo aluno/qualidade. Quanto custa a manutenção de um preso? Ela é diferente de um Estado para outro, em função da capacidade fiscal do orçamento estadual?

Alagoas é um dos Estados mais pobres. O custo de manutenção de um preso em Alagoas não pode ser o espelho da capacidade fiscal do Estado de Alagoas, porque a Lei de Execução Penal é a mesma para o País todo. Então, as condições de execução penal estabelecidas pela Lei de Execução Penal devem ser atendidas, independentemente da capacidade fiscal orçamentária de Alagoas, do Piauí, do Maranhão, da Paraíba ou do Estado de São Paulo, ou do impacto *per capita* pra toda a sociedade do custo de manutenção desse preso. Porque se no Maranhão um preso custa 900, se no meu Estado de Pernambuco — o Coronel Viana estava aqui — estimava em 1.400, quanto é o custo *per capita* para toda a população que



integra a base tributária da contribuição dos tributos, impostos e taxas arrecadados pelo ente público?

Então, eu gostaria de compartilhar essa preocupação, nós que atuamos mais na área orçamentária e financeira, da possibilidade de criarmos um sistema único prisional em que os Estados que assumem a execução da política carcerária e penitenciária seriam complementados a partir do cálculo de um custo, um custo que assegurasse as condições integrais a que a senhora se referiu aqui, a Secretária do Acre, o Secretário da Paraíba, o Secretário do Ceará, de Roraima. As diferenças são de ordem, de âmbito regional, do ponto de vista da arquitetura prisional ainda vigente hoje, do ponto de vista da estrutura física, mas o cumprimento da lei deve ser o mesmo em todo o território nacional.

É a situação que nós tínhamos na educação no antigo FUNDEF. Se a primeira quarta série é a mesma e deve ser a mesma em todo o País, por que um professor do Maranhão ganhava um terço de um professor do Paraná, por que um professor do Pará ganhava um quinto de um professor de São Paulo? Então, foi preciso se avançar para um sistema complementado pelo Orçamento Federal — porque, do contrário, nós vamos ficar sempre correndo atrás do prejuízo.

E uma outra questão, que nós vimos em Minas Gerais, no complexo penal de Ribeirão das Neves, e temos visto em outros Estados... Aqui já disse que é importante que a mesma ênfase dada aos investimentos no sistema prisional se dê no sistema de segurança pública. E eu diria mais: a mesma preocupação que se deve dar ao sistema de segurança pública e ao sistema de execução penal também se deve dar, fora da administração penitenciária, ao Poder Judiciário. Porque, se você amplia o quantitativo de vagas e fica com um déficit residual, 5%, 8%, 10%... Mas se você continua concentrando 10, 12 mil processos num juiz de uma vara de execução penal, a capacidade do sistema prisional de execução penal de ter qualidade para cumprir com os objetivos da execução penal fica comprometida, porque é humanamente impossível assistir ao que nós assistimos em Pernambuco, na Bahia, no Maranhão, no Piauí, no Pará, em São Paulo, no Estado de Minas, uma situação como essa, em que, de um lado, a juíza titular da execução penal pleiteia o desmembramento daquela vara em mais 2 ou 3 varas para aquele complexo penal, e o Tribunal de Justiça argüi que não tem recursos, mas, ao mesmo tempo, está



encaminhando a construção de uma nova sede para o Tribunal de Justiça orçada em 365 milhões.

Então, à luz do que já é ordenamento jurídico da República, como funciona o SUS, como funciona o sistema de educação básica, o complemento da União a partir de um custo aluno/qualidade. Hoje, a Lei nº 11.494, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 53, ela estabeleceu um *per capita*. Então, se o aluno está matriculado em Imperatriz do Maranhão, na primeira quarta série, ou se está matriculado numa escola urbana em Joinville, em Santa Catarina, ou na cidade do Recife, Capital de Pernambuco, o *per capita* é o mesmo. Nós não vamos discutir agora, aqui, se esse *per capita* corresponde a uma escola pública de qualidade ideal, mas esse *per capita* é o mesmo. E os Estados que tiverem capacidade fiscal para complementar ou para apresentar um padrão de melhor qualidade vão complementar a partir de sua receita fiscal. Mas a União não foge à responsabilidade de partir de um patamar mínimo.

Então, o que é um preso custar 900 reais no Maranhão para uma lei federal de execução penal? É a mesma coisa de um preso que custa 1.400 em Pernambuco, ou 1.100 na Paraíba, ou sei lá quanto em São Paulo? Não é a mesma coisa. A não ser que nós tenhamos 27 modelos de execução da Lei de Execução Penal. Então, num Estado se paga 2.000 a um agente penitenciário de nível superior, no outro se paga 1.800, no outro se admite nível médio, e por aí vai essa enorme gambiarra, esse enorme mosaico de improvisos a cujas conseqüências e resultados todos nós estamos assistindo no depoimento e nas visitas que a CPI fez.

Então, nós vamos trabalhar para que, no relatório, nós comecemos a caminhar na direção da construção desse Sistema Único Prisional, à luz do que é a experiência de complementação da União para o financiamento do SUS, da educação básica — agora a transformação da Lei Orgânica da Assistência Social também num sistema único. Quer dizer, ou se federaliza a República, a partir da responsabilidade do ente federal com os demais entes da República, ou nós vamos ficar correndo atrás de dinheiro do fundo para construir mais presídio; no ano seguinte, a implantação e manutenção dessas novas vagas implica num custo, numa pressão para o Tesouro estadual, que não vai ter, automaticamente, fontes fiscais excedentes para financiar a pressão desse custo, e aí a tendência pode ser ir



a um processo de pauperização de toda a estrutura, com conseqüências extremamente nefastas.

Passo a palavra agora ao representante de Alagoas, o Tenente-Coronel Paulo Sérgio.

**O SR. PAULO SÉRGIO DE FRANÇA LOPES** - Boa tarde a todos. Deputado Domingos Dutra, estou aqui na qualidade de representante do Delegado de Defesa Social, Delegado Paulo Rubim, e também o Intendente do Sistema Penitenciário de Alagoas, o Tenente-Coronel Bugarin. Inclusive o Delegado Paulo Rubim encaminhou ofício explicando a situação de não estar aqui presente para os senhores, justificando. Todos os 2 estão participando do Seminário de Segurança Pública que se está realizando hoje, amanhã e quinta-feira lá em Alagoas, discutindo essa problemática. Estava observando — tive a graça e a satisfação de ser o último a falar aqui um pouco sobre o sistema penitenciário. Eu sou Diretor de Segurança e Inteligência do Sistema Penitenciário. Uma das propostas que o Deputado Domingos Dutra colocou, na sua inicial: “Qual é a proposta para a solução do sistema penitenciário no Brasil?” Depois, evoluiu e perguntou: “Quais as propostas?” Aí eu fiquei mais tranqüilo, até porque não tem uma única forma de resolver essa situação. Ninguém vai chegar aqui e apertar um botão mágico e vai-se resolver toda a questão penitenciária no nosso País. E agente elencou aqui. A partir de então, já se iniciou um debate em que o Coronel Humberto Viana, de Pernambuco, começou a colocar, falou sobre a política do sistema penitenciário, esse tratamento que se está dando neste momento, esse debate permanente — ele também colocou. Fundamentalmente, a geração de vagas: não há como se pensar em se ressocializar se não houver condições de se custodiar. Na geração de vagas, invariavelmente nós vamos ter que partir para esses investimentos. Monitoramento eletrônico seria uma das soluções até apontadas aqui, demonstradas aqui. Custaria 700 reais essa pulseira para o semi-aberto, e haveria uma redução, no caso de Pernambuco, que é 1.400 que custa um preso, passaria para 700 reais — seria a visão dele também. Manter esse diagnóstico, de que eu vou falar dentro de instantes, sobre o Plano Diretor do Sistema Penitenciário — também seria uma questão. Por último, também o César Cals falou sobre a questão de que ele — Marcos Cals é o filho — fez esse pregão reverso, com a presença do Governador,



da Assembléia, de forma transparente, para que se fizesse um processo licitatório mais rápido, para que haja condições de se tomarem as medidas de uma forma mais rápida, mais dinâmica. E o senhor complementou falando sobre essa possibilidade desse sistema único. Também acho interessantes essas propostas. O colega do Maranhão também colocou a questão da ética e convivência, e, nesse ponto, deu exemplo até da vergonha de o cara ter aquela formação e encontrar colegas. Nosso Promotor de Execuções Penais teve uma idéia assim de vanguarda, e está se iniciando — a gente acompanhou há 2 semanas —, ele procurou tanto a Prefeitura municipal para apoiar. Ele é exigente, trabalha, ele gosta, envolve-se efetivamente, trabalha e muito. Uma das questões: “*o juiz aparece lá?*” O senhor até perguntou na fita. O juiz, o promotor — ele chega junto, trabalha mesmo. E ele tem essa proposta que ele viu um projeto da comunidade de Jericó, ele viu a possibilidade de se retirar ou diminuir a dependência do tráfico, ou a dependência química dos reeducandos, para diminuir essa influência por demais danosa a toda a sociedade e também ao sistema penitenciário, que só traz coisas negativas para a gente. E ele tem essa possibilidade. Então, ele chamou todos os atores envolvidos com essa problemática, e nós participamos. Já fizemos a primeira reunião; a Prefeitura está apoiando com psicólogo, com psiquiatra. E a intenção é essa. Então, seria um piloto no nosso Presídio Cyridião Durval, que iríamos reservar um local. Estamos com deficiência, claro, de vagas; não temos onde colocar, então imaginamos colocar no modo de trabalhador dez que efetivamente queiram tirar essa dependência da droga. Seria um projeto-piloto. Então, isso aí também seria uma solução. Se, de repente, sendo o Estado com a menor população carcerária, pode-se iniciar um projeto que dê encaminhamento e que traga soluções para todo o País. Nós torcemos para que isso seja um sucesso. Não é fácil. Mas, como eu estava dizendo desde o início, não existe uma solução única para o sistema penitenciário. Diante do que a gente viu aqui das imagens, que o senhor colocou aqui, digo que nós estamos aqui para ressuscitar esperança, não é porque ela já morreu. E quando a gente viu aquelas imagens, acompanhou durante a semana na *Globo*, então, todos os nossos parentes, não sei se aconteceu com os senhores, mas todos os nossos parentes se dirigiram para a gente dizendo: *Não tem solução*. Falavam até de forma desesperada. E a gente, como está ligado à questão de



segurança pública, tenta acalmar, dizendo que não, a gente vai levando, de forma política, até para convencer mentalmente de que há possibilidade, há pessoas interessadas em reverter essa situação. E nós acreditamos nisso. Por isso estamos aqui e ficamos felizes até por estar participando desta Comissão, pessoas de nível, como os senhores que estão aí à frente, realmente interessados em dar um encaminhamento adequado a essa problemática do sistema penitenciário. Entendo que essa situação da elaboração do Plano Diretor do Sistema Penitenciário é um caminho. Tanto que eu cheguei recentemente de numa capacitação, recebi essa missão de estar aqui, então, tudo eu trouxe em meio magnético. Deputado Domingos, se o senhor quiser, depois, a gente pode repassar a questão do Plano Diretor. Esta Comissão esteve em Alagoas com integrantes do DEPEN, com os servidores Júlio César, Carla Cristina e Alécio (*ininteligível*) Júnior, e fez um diagnóstico, que está aqui nesse meio magnético, fez um diagnóstico do sistema penitenciário de Alagoas, bem como dessas outras áreas também aqui afetas ao sistema, como Defensoria, que não está ligada à gente, mas ele elencou os problemas que há aqui, a questão das penas alternativas também, que não depende só da gente, mas da 11ª Vara. E, dentro das 22 metas, ficaram profissionais à frente aqui para dar um encaminhamento. E eu fiz até um resumo, porque eu achava até que também seria das metas aqui a nossa... A Comissão Técnica de Classificação já está atendida; assistência jurídica, capenga, mas também já está atendida; as penas alternativas, a 11ª Vara deu encaminhamento; quadro funcional, nós temos agentes penitenciários concursados, mas ainda temos (*ininteligível*) de serviços prestados; a Escola Penitenciária já está em funcionamento, porque nós tivemos a interdição de um presídio. O (*ininteligível*) nós perdemos (*ininteligível*) vagas, mas, ao mesmo tempo, houve uma destinação para um centro administrativo. Já colocamos lá a Comissão de Sindicância, a Corregedoria, uma Diretoria de Saúde, nós colocamos lá, e colocamos também a Escola Penitenciária, que está em funcionamento. Inclusive estamos realizando nesta semana um curso para escolta, a capacitação para a escolta está em pleno funcionamento. E o INFOPEN, o qual também nós nos esforçamos, temos 100% no preenchimento do INFOPEN estatística, sem nenhuma inconsistência. É um esforço, apesar do número pequeno da nossa população carcerária, porque também não depende, essa informação estatística, unicamente



dá interesse penitenciário, mas envolve também a Secretaria de Administração, semelhante ao Estado de vocês. E também na própria Polícia Civil, porque os presos custodiados em delegacia não estão sob nossa guarda, mas estão na Polícia Civil — é um problema. Também, dentro das soluções apontadas aqui, um colega aqui, um coronel aqui de Roraima, e eu também concordo, apesar de ser da PM, disse que o sistema penitenciário tem que ter uma Secretaria de Justiça, não pode estar ligado à Secretaria de Defesa Social e à Secretaria de Segurança. E eu tenho certeza de que o Dr. Paulo Rubim, que é o Secretário, também tem esse pensamento. A nossa visão, ou quando a gente está em campo como policial, como delegado, como policial militar na rua, é de prender. O Secretário anterior ao Dr. Paulo Rubim chegou a fazer até uma autocrítica quando saiu o General Sá Rocha, disse: *Poxa, eu acho que me dediquei pouco ao sistema penitenciário*. Mas já era tarde. E aí inclusive o nosso Intendente-Geral passou essa mesma mensagem para o Dr. Paulo Rubim, quando assumiu, para ele não ficar pensando. E, naturalmente, como ele recebeu a missão de um problema difícil que nós enfrentamos em Alagoas, nós estamos no mês de junho e temos mais de 600 homicídios. Então, ele recebeu uma situação para uma população de menos de 3 milhões. Não é fácil, para uma cidade que foi apontada sempre como muita calma. É tanto que as pessoas do Sul compravam suas jóias e relógios para poderem... só tinham chance de desfilar quando iam para Maceió porque sabiam que podiam entrar lá tranqüilo, não tinham problema nenhum. E hoje a gente está enfrentando esse tipo de situação. Então, a missão foi dada...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Os 600 mortos só em 2007?  
Homicídios?

**O SR. PAULO SÉRGIO DE FRANÇA LOPES** - Homicídios.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Em 2007?

**O SR. PAULO SÉRGIO DE FRANÇA LOPES** - Não, agora.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Só 2008?

**O SR. PAULO SÉRGIO DE FRANÇA LOPES** - Em 2008.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Isso que o Estado tem conhecimento?



**O SR. PAULO SÉRGIO DE FRANÇA LOPES** - Que tem conhecimento, justamente. Então, a situação não é fácil. O Dr. Paulo Rubim veio aqui, veio o Governador, gostaria até que o Dr. Damásio estivesse aqui presente, mas está sendo gravado. Houve todo um empenho para que não só mudasse as peças, tirar o Sá Rocha e colocar Rubim. Não adianta, tem que haver um apoio, tem que haver investimento, tem que dar uma dinâmica à economia local, porque até entrando nessas indagações do Deputado Domingos Dutra, essa educação, nós também enfrentamos o problema de Índice de Desenvolvimento Humano. Alagoas, os senhores sabem, é o pior do País. Temos um índice de analfabetismo gritante. É tanto que se conseguíssemos aqui uma mágica de resolver a questão do analfabetismo dentro das penitenciárias e de profissionalização, ia ter gente do lado de fora pedindo para entrar, para se profissionalizar, porque a situação não é fácil. Então, a gente luta com isso, mas a gente acredita que as propostas e os encaminhamentos são esses que foram debatidos aqui. E esse debate tem que ser permanente, para que surjam novas idéias, para que novos atores participem. Vão surgindo, os debates ficam mais acalorados, as idéias surgem, as pessoas fazem novas pesquisas, os senhores estão aí à frente desta Comissão, trabalharam por demais. A gente sabe dos problemas principalmente para o Relator. Eu também sou... Como na corporação a gente também faz processo, quando a gente está na condição de Relator, não é fácil, ainda mais o senhor nessa situação de inconsistência de dados, de números, que o senhor pega de um lado para o outro. A gente sabe dessa situação e fica até feliz que já tenha produzido aqui. Prometo me empenhar, já passar de imediato hoje mesmo para lá, quando chegar lá já ter a Comissão para poder responder detidamente e de forma organizada com um número real que o senhor está querendo colher para concluir o seu relatório. É isso, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Eu queria só perguntar ao doutor, ao Tenente-Coronel Paulo Sérgio, e se os presentes quiserem se manifestar. É que há uma polêmica de que os recursos do FUNPEN, do Governo Federal, na linha do que o Deputado Paulo Rubem sugeriu, eles fossem transferidos diretamente, como é hoje o Fundo de Participação. Isso levaria, de certa forma, ao esvaziamento do



Fundo Penitenciário, que hoje é mais mediante convênios. Eu gostaria de perguntar a opinião dos senhores. Segundo, devolvo também a pergunta sobre a questão da arquitetura prisional, se ela deve ser mais centralizada ou descentralizada. E se também na nova arquitetura pode ter ali um espaço para que o juiz, pelo menos o Juiz de Execução, esteja ali próximo. Não diria dentro do estabelecimento, mas no lado externo, para evitar essa quantidade de escoltas, com desvio de função de servidores, com o custo elevado e com risco para o servidor, para o serventuário que está no fórum. Muitas das vezes, chega-se num fórum superlotado de pessoas que estão ali pelos mais diversos... na busca de mais diversos serviços. Muitas das vezes, o fórum tem a área cível, a área criminal, e há uma mistura de presos com policiais, com risco muito grande para todo mundo. Gostaria de perguntar para o senhor.

E, por último, Alagoas, que não deu tempo para a gente ir, talvez vá uma Subcomissão. Além dos 600 homicídios que o senhor relata à Comissão, há notícia ainda de muitos crimes de pistolagem. Aliás, Alagoas, durante muito tempo, esteve no foco: um ex-Presidente cassado, depois um tesoureiro apareceu morto com a companheira em situações que até hoje não foram bem esclarecidas. Mas a gente tem ouvido muitas notícias de crimes de pistolagem. Eu li uma reportagem recente, em que um Deputado Estadual, Presidente da Assembléia, teria inclusive ameaçado o Governador, etc. Eu queria que o senhor se referisse sobre a questão dos presos desse tipo de crime.

Também devolvo uma pergunta para os demais, que eu vou colocar no relatório, que é um comparativo de quem está preso. Pelos dados do DEPEN e pelas nossas visitas na porta de cadeia, a gente só tem encontrado, na linguagem popular, só os lascados, só os pobres, a grande maioria, negros. Enquanto isso, os chamados crimes de colarinho-branco, ou crime praticado por aquele de “sangue bom” — entre aspas —, esse, ninguém encontra preso.

A Polícia Federal, de 2003 até a última operação feita no Rio de Janeiro, já gastou milhões de reais, e tem menos de... 10% daqueles presos estão presos. Todos saíram, alguns em poucas horas, como a esposa, o sogro e o Deputado, o último, o Lins, lá do Rio de Janeiro. Mas, em contrapartida, nós encontramos preso



há 3 anos sem ter tido uma audiência, preso provisório há 5 anos sem ter sentença. Então, eu queria que os senhores também se manifestassem sobre isso.

A impressão que a gente tem é que, para os pequenos, os rigores da lei; para os grandes, os favores do rei. E a Justiça parece que tem 2 olhos: um aberto para os pobres e um fechado para aqueles que têm a pele bastante lisa. Então, eu queria que o senhor também se manifestasse sobre isso, sobre Alagoas, mas estenda aos demais: por que as cadeias estão cheias só de gente a que o Estado sonegou os direitos?

**O SR. PAULO SÉRGIO DE FRANÇA LOPES** - Bom, quanto ao FUNPEN, eu entendo que a forma... Deve se acelerar esse processo. É por isso que eu gostei dessa idéia do pregão, colocada aqui para o Cals, Marcos Cals — não consigo encontrar o nome dele aqui —, do Ceará. Quanto ao que for de maior agilidade, deve ser colocado. Se for tipo Fundo de Participação do Município ou dos Estados, se isso transformar o FUNPEN e for mais rápido, que se coloque. O que não pode é estar esperando essa solução aqui. Nós somos contemplados com um... estamos contemplados, dentro do PRONASCI, com um presídio de jovens e adultos, de 18 a 24 anos. E quando ouço o Presidente do Conselho de Justiça, dizendo que está parado há 2 anos um recurso na Caixa Econômica, penso no nosso, que está só contemplado. Quando é que vai sair? Eu estava com a esperança de que a gente iniciasse este ano, ia dar tudo certo. A mensagem que a gente dá lá é essa: “Não, já está tudo certo. Falta só a licitação aqui em Brasília. Já está tudo certo, vai começar a construção do novo presídio”. Mas, depois dessa daqui, eu já fiquei com as esperanças abaladas. Quando é que vai sair isso aqui? Aliás, só tem ele aqui, já passou isso aqui... Então, eu acho que é isso. Quanto ao FUNPEN, o que for de maior agilidade, é o que tem que ser colocado. Se isso for imitar o Fundo de Participação dos Estados, se sair mais rápido, que se coloque. Os senhores têm uma Frente aí que modifica essa situação. Bom, quanto à arquitetura prisional, se eu entendi bem, é que seria regionalizado. Hoje, a gente percebe, pelas visitas que a gente faz em todos os Estados, que a universidade... eles entraram... a gente percebeu... houve uma visita lá do pessoal do Rio Grande do Sul, da ULBRA. Eles estão estudando isso. Não é mais de forma empírica. Então, hoje, o presídio, para ser construído, ele está ouvindo todos os atores envolvidos no processo. Hoje já se



fala palavras que eu não conhecia. Todo o mundo falava: “antivândálico”. Passei a conviver com esse tipo de situação, porque se está produzindo... Tudo o que é envolvido com o presídio é de uma forma diferenciada. Evidentemente que uma situação que pode atender ao Rio Grande do Sul não se vai colocar em Alagoas, que é muito mais quente; tem que colocar mais abertura, mais ventilação, tem que se adequar. Acredito que toda a arquitetura deve obedecer de forma regional, sim. O juiz da execução penal, para funcionar dentro do sistema? Alagoas é mais fácil, posso dizer que seja mais fácil, porque nós temos todo o sistema, praticamente, 5 unidades na capital e uma no interior. Então, nós ficamos... Não sei os outros Estados, que teriam descentralizadas as unidades na questão da execução penal, mas Alagoas é mais fácil. O juiz inclusive, muito atuante, da execução penal, ele procura sempre estar lá, então dá essa esperança na questão da progressão da pena, no fechado. A gente tem problema mais na questão dos provisórios, que é aquela questão da... que o cara fica buscando esperança, fica dizendo — o que foi colocado aqui na frente: “não, mas eu já cumpri a pena.” E fica aquela situação que causa aquela inquietação, já comentada. Estando o juiz lá no próprio sistema, se evitaria a escolta. Mas tem que olhar também que as escoltas não são só para a questão do fechado. Então, o aberto também continuaria indo para as outras Varas, é natural. Isso é normal. E chega a questão da pistolagem em Alagoas, que é um fato, foi reconhecido em todo o Brasil, sempre teve esse problema, mas que recentemente, com a chegada do Superintendente da Polícia Federal, o Dr. Paulo Luna Pinto, bem como do Delegado de Defesa Social, Paulo Rubim, daí tem se enchido de esperança toda a população de Alagoas. O que movimenta todos nós é a esperança. Então, a gente percebe a possibilidade de que, reconhecidamente, pessoas que sempre trilharam pelos caminhos errados estão sendo efetivamente punidas, que é até surpresa para a gente, é inacreditável esse tipo de coisa que está acontecendo em Alagoas. E, claro, acho que todo o Brasil torce para que sejam realizadas as devidas apurações, os culpados sejam devidamente responsabilizados, e que não se fechem os olhos para... porque é rico, é colarinho branco, isso também não deve acontecer, deve haver uma lei de forma igualitária. Aqui no Congresso já houve situações, e foi punido e foi afastado. Então, acho que os Deputados devem transcorrer de uma forma igualitária: quem estiver errado, que



pague pelo seu crime, a gente torce para isso. Particularmente, a gente viu naquele *site* de Transparência Brasil — não sei se esse dado é... — que do dinheiro público que vai para uma determinada obra, 80% são desviados por corrupção. Então, isso tem que acabar. Talvez isso seja o que faz encher os presídios, essa consequência danosa, aquelas imagens ali terríveis que foram mostradas. Se esse dinheiro tivesse sido efetivamente, não indo para bancos de Suíça, não saído do Estado aqui de forma indevida, não sendo lavado de forma indevida, entrando para poucos, concentrando a renda, talvez a gente não estivesse nessa situação, e talvez até esses ricos que comprem os seus Rolex, suas jóias, possam até não precisar se esconder dentro de palácio e dentro de condomínios fechados. Porque a pessoa pensa: “Não, vou me enriquecer, vou cuidar da minha família, vou cercar isso aqui e está resolvido.” E a gente sabe que não é assim. Daqui a pouco, está sofrendo também as consequências por causa dessa questão da concentração de renda e dessa falta de visão maior de todo homem público do País, de querer se esforçar para a questão da divisão da renda de forma justa e igualitária. É isso que a gente vê. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Por último, só queria perguntar ao Tenente-Coronel Paulo: lá no Estado de Alagoas, o Secretário da Pasta, ou alguém abaixo dele, tem controle da quantidade dos presos que são condenados? Na hora da execução do mandado de prisão, olha o mapa e verifica o espaço que tem, e diz: “Olha, em tal cela não pode caber mais ninguém”, ou vai, como na linguagem do nordestino, a locé: o cara chega lá, entrega, é posto dentro de uma cela, não se pergunta quantos presos há, se aquela cela tem banheiro... Ou seja, qual é o nível de controle, no caso de Alagoas?

**O SR. PAULO SÉRGIO DE FRANÇA LOPES** - Quando se recebe, nós não temos um centro de triagem na Diretoria das Unidades Penitenciárias, que concentra todas as Unidades. Recebe o que vem da delegacia e aí ele vai encaminhar para a unidade. Hoje, nós temos essa questão da superlotação também, como os demais Estados. Então, ele vai designar para o... O gerente geral da unidade vai receber, que foi designado pelo Diretor da Unidade Penitenciária. Esse tipo de avaliação, Deputado, o senhor sabe que é difícil, diante do que já está, do caos que já se



encontra. Então, o que é que se faz, na realidade? Tenta-se encontrar a menor forma de impactar, para aquele que está chegando. Ou seja, às vezes ele já é de uma determinada facção, aí não vai colocar na facção de inimigo dele, porque se sabe que ali ele vai ser destruído. Então, procura-se buscar convívio. Então, não vai nem se olhar a quantidade ou os métodos estabelecidos, o tamanho específico, mas se ele tem convívio ou não no local a que está sendo destinado, para que seja garantida sua vida, seu bem maior.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Rubem Santiago) - O.k.?

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente, eu queria, primeiro agradecer a todos os Secretários ou Substitutos que aqui vieram. O debate foi bom, apesar da complexidade, do tempo e da quantidade de pessoas. Muitas informações foram adicionadas; espero que essas informações complementares nos cheguem, e nos cheguem do jeito que elas são, porque também fomos a muitos lugares e houve muita maquiagem. Não estou dizendo que aqui alguém vá maquiar. Mas houve lugar que a cozinha estava superlavada, com sabão em pó, quando a gente sabe que foi tudo feito na véspera. Em Rondônia, tinham acabado de pintar o pátio. Nós encostamos no muro, saímos todos manchados, porque a tinta estava fresca.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Exatamente. Para nós, negar a realidade, maquiar a realidade, não contribui em coisa alguma. Nós queremos é saber dessa realidade nua e crua, porque qualquer tipo de informação diferente esse vídeo aí desmente. Não adianta maquiar, porque há esse vídeo, que vai ser de 45 minutos agora. Nós queremos convidar todos os Secretários, porque dia 2 de julho, se não houver nenhum obstáculo, nós vamos apresentar esse relatório eletrônico em Comissão Geral, no Plenário da Câmara, para todo o Brasil acompanhar, porque nós queremos ganhar a sociedade para esta causa.

Nós também não estamos alheios ao sofrimento que passam aqueles que estão diretamente trabalhando com o sistema: os Secretários, os agentes, os poucos médicos, enfermeiros, os diretores. Sabemos da pressão. E sabemos que um agente que está ganhando 500 ou 600 reais por mês para estar diretamente na porta do perigo, não é fácil. Nós estamos preocupados com isso.



Portanto, dia 2, nós vamos apresentar esse VT em Comissão Geral. Todos os Líderes assinaram. Será uma quarta-feira pela manhã. E se a mídia nacional não der importância, só a *TV Câmara* já será suficiente, e por meio dos outros instrumentos da Casa. Portanto, nós gostaríamos de fazer esse convite.

Então, esse VT vai circular o mundo. Talvez seja algo inédito: uma CPI fazer um trabalho desse porte. Porque por meio dele nós vamos para as universidades, para as Assembléias, para os organismos de direitos humanos, para fazer esse debate com a sociedade sobre a questão carcerária, na visão de segurança pública.

Portanto, não adianta dizer outra coisa, porque o vídeo já revela a verdade do sistema.

Quero agradecer a contribuição de todos.

Termino com 2 conclusões: primeiro, eu sou esperançoso de que essa realidade mude, porque o nosso País tem mudado. Eu acho, e sou esperançoso, porque o número de pessoas presas no Brasil é muito pequeno diante da população brasileira. Se os Governadores, os Governos de Estado, o Governo Central, com todos os seus organismos, Defensoria, Ministério Público, Poder Judiciário, não resolverem a situação de 420 ou 430 mil brasileiros, e alguns estrangeiros, que estão presos, então vamos fechar as portas, porque nós não temos condições de resolver a situação de 185 milhões de brasileiros. É muito pouca gente para tanto organismo envolvido.

Então, eu tenho esperança de que esta CPI esteja dando uma contribuição.

Concordo plenamente, eu já havia dito aqui na Comissão, que a conclusão da Comissão poderia ser 2 expressões, ou 2 determinações: uma, como o Secretário do Amazonas disse aqui: “Art. 1º. Cumpra-se a lei.” Mas precisaria completar: “Art. 2º. Puna-se aquele que deixar de cumprir a lei.” Porque o aparato jurídico brasileiro é muito bom. A Constituição diz que tortura é crime — para onde olhamos vemos presos torturados. Está escrito que todo mundo tem direito ao trabalho — os dados ditos aqui revelam o contrário.

Portanto, bastaria isso, mas sabemos também que não dá para simplificar, porque não basta só ter a lei, é preciso ter recursos, é preciso ter uma série de outras exigências.



Eu considero, Sr. Presidente, que o mais importante é que as pessoas tenham sentimento, que as pessoas sejam solidárias, que as pessoas tenham uma visão de mundo que não seja esta de que cada um salve-se do jeito que puder. Porque, se não tiver esse compromisso, podemos ter a melhor lei e ter os cofres abarrotados de dinheiro, que ele será roubado, será desviado.

É preciso, portanto, combinar leis. É preciso combinar recursos, mas, sobretudo, combinar com sentimentos. Estou falando impessoalmente, porque o Congresso Nacional, esta Casa tem uma responsabilidade muito grande sobre o caos. Muitas vezes, aqui não legislamos, legislamos muito pouco. Aí, na hora em que aparece um caso como o do João Hélio, todo mundo se apavora e aprova lei em 10 minutos: um caso. Então, é casuísmo. Na hora em que no Congresso aprovamos leis e mais leis, endurecendo penas e criando crimes, sem definir fontes de financiamento, sem conhecer a realidade, estamos contribuindo para esse caos.

Por isso esta Comissão tem um mérito: ter ajudado a colocar na agenda do País esse assunto. Esse assunto, hoje, está na agenda. Eu tenho certeza de que todos os Deputados têm dado entrevista em rádios. A *Globo* esteve conosco, aquelas imagens todas... Acho que a CPI foi pouco referenciada. A *Globo*..., o Fábio William nos acompanhou em todos os presídios. Noventa por cento das imagens foram feitas graças ao trabalho da CPI. Mas a mídia tem o papel importante de botar isso na agenda de uma outra forma, porque até então só se ouvia falar de presos em rebeliões, em motins e, quase sempre, os presos assassinando os colegas, cortando a cabeça, espetando na ponta de uma vara, para exibir para o Brasil. É evidente que o comportamento da sociedade não poderia ser outra de entender que ali é uma barbárie. Na verdade, a maioria dessas rebeliões é a forma que eles têm de dizer que eles existem diante do caos e do abandono. Portanto, eu acho que a CPI tem esse mérito de colocar na agenda.

E tem um outro mérito. Nós estamos indo na porta da cela, correndo o risco de ser reféns, correndo o risco de pegar uma doença incurável. Nós estamos fazendo esse trabalho pé no chão, que acho que o Congresso Nacional nunca tinha feito. Portanto, eu acho, Deputado...

**O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO** - Só para reforçar o que V.Exa. está dizendo, Deputado Domingos. No Rio Grande do Sul, por exemplo, nós



estivemos lá visitando o presídio central. E na oportunidade em que nós estivemos lá, o pessoal, orgulhoso, dizendo que estava construindo uma nova ala. Nos mostraram ala nova, construída, e tal. Investiram 8 milhões, uma coisa assim. E nós criticamos veemente que aquilo lá estava sendo construído inadequadamente. Agora, vem à tona todo esse trabalho da CPI. Qual foi a decisão? Vão demolir o presídio. Realmente, nós, com a CPI, conseguimos desviar a rota que estava sendo encaminhada.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Eu agradeço, portanto, e queria dizer a V.Exa., Deputado Luiz Carlos Busato, que tem um papel importante sobre arquitetura, o tema não estava no início dos trabalhos e que, depois, revelou-se da maior importância a arquitetura prisional, para a economia, para a saúde dos presos, etc. Mas eu quero dizer a V.Exa. que esta CPI já contribuiu pontualmente em vários lugares. Em Pernambuco, o Secretário informou que o presídio do Estado do companheiro Paulo Rubem já não é mais aquela desgraça que nós encontramos, apesar de ter confessado que ainda tem 40 chaveiros, ou seja, presos cumprindo a função de Estado. E lá nós encontramos chaveiros que eram donos de quitanda, que sublocavam quitanda; preso contratava funcionário, ou seja, uma coisa absurda. Portanto, a CPI pontualmente tem ajudado a resolver vários problemas.

Encerro com a crença de que nós estamos aqui trabalhando não para dar privilégio para presos. Nós estamos trabalhando, primeiro, para cumprir a lei. Porque tem lei, neste País, que regula o tema. Segundo, nós estamos trabalhando é para nós mesmos, em causa própria, porque se não humanizarmos o sistema carcerário, com certeza, não estaremos contribuindo para a segurança pública.

Portanto, é com essa visão de esperança de que a democracia no Brasil vai-se aprofundar, de que, através da democracia, os cidadãos mais humildes podem ter direito, de que vamos fechando a porta da criminalidade urbanizando as favelas, universalizando os serviços públicos. Acho que dessa forma vamos contribuir para um País mais justo e mais solidário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Obrigado, Deputado Dutra.

Apenas informo ao Tenenete-Coronel Paulo Sérgio que todos os Estados que haviam assinado convênios com o Ministério da Justiça e que foram objeto de



auditoria pela Controladoria-Geral da União, todo esse processo foi objeto de uma audiência pública que conduzimos na Comissão de Segurança Pública, em abril de 2007. E é mais ou menos a imagem que o senhor criou aqui. Alguns desses convênios que ensejaram a construção de novos presídios. Os primeiros presos deveriam ser os licitantes, a empreiteira que construiu a obra, tamanho o desenho da criminalidade envolvida na obra de engenharia, na compra de equipamentos. Houve Estados em que computadores foram comprados, lote de 5 computadores, por 65 mil reais. Não sei o HD era de ouro, se o *drive* era de platina ou se o império foi o império da criminalidade no uso do dinheiro público.

Então, esse é um trabalho que já vem sendo acompanhado, mas prevalece, em muitos casos, a impunidade no trato da coisa pública. O senhor disse: alguns procuram se colocar distantes dessa realidade e entendem que se autodefendem em condomínios fechados; outros se escondem atrás de mandato e se valem da imunidade parlamentar e do foro privilegiado para esperar das instâncias superiores o julgamento dos seus processos.

Os casos que temos acompanhado em alguns Estados, dos indícios de envolvimento até de membros do Poder Judiciário, de membros do Poder Legislativo na formação de quadrilhas, na venda de sentença, no mal uso do dinheiro público, demonstram o tamanho da presença do crime organizado nas esferas do Estado que deveriam ser as esferas de fiscalização e cumprimento da lei.

Então, quero fazer este registro também para compartilhar da participação dos Deputados da Comissão de Segurança Pública.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Só queria pedir aos Secretários que, se puderem, mandem essas informações em 48 horas. Melhor para nós, porque não queremos atrasar um minuto mais os trabalhos da Comissão. Eu pediria que a Consultoria, também no mesmo prazo, faça uma síntese dos depoimentos, para podermos colher as informações recolhidas hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Tendo sido distribuída cópia da ata da 35ª reunião a todos os Deputados presentes...

**O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA** - Solicito a dispensa, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Dispensada a leitura.

Em discussão a ata.

Não há quem queira fazer uso da palavra.

Em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

A ata está aprovada.

Está encerrada esta reunião.